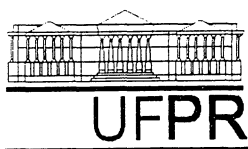


ANA INÊS SOUZA

**RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS
NA PERSPECTIVA DE MILITANTES-EDUCADORES DE CURITIBA.
Um balanço das décadas de 1980 e 1990 e os desafios da realidade atual.**

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Educação
da Universidade Federal do Paraná, sob a
orientação da Professora Doutora Maria de
Fátima Quintal de Freitas.**

**UFPR – Curitiba - PR
2003**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PARECER

Defesa de Dissertação de **ANA INÊS SOUZA** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO.

Os abaixo-assinados, DR^a MARIA DE FÁTIMA QUINTAL DE FREITAS; DR. SALVADOR A. M. SANDOVAL e DR^a MARIA DATIVA DE SALLES GONÇALVES argüiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DE MILITANTES-EDUCADORES DE CURITIBA. UM BALANÇO DAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 E OS DESAFIOS DA REALIDADE ATUAL”**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo, aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

PROFESSORES:

DR^a MARIA DE FÁTIMA QUINTAL DE FREITAS (Presidente)

Apreciação

aprovada

DR. SALVADOR A. M. SANDOVAL (Membro Titular)

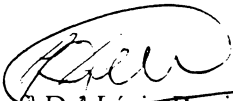
aprovada

DR^a MARIA DATIVA DE SALLES GONÇALVES (Membro Titular)

aprovada



Curitiba, 27 de fevereiro de 2003


Prof.^a Dr.^a Lígia Regina Klein
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação

AGRADECIMENTOS

*Nascemos num campo de futebol.
Haverá berço melhor para dar à luz uma estrela?
Aprendemos que os donos do país só nos ouviam
quando parava o rumor da última máquina...
quando cantava o arame cortado da última cerca...
Carregamos no peito, cada um, batalhas incontáveis.
Somos a memória perigosa das lutas.
Projetamos a perigosa imagem do sonho.
Nada causa mais horror à ordem do que
homens e mulheres que sonham.
Nós sonhamos. E organizamos o sonho.
Nascemos negros, nordestinos, nisseis, índios,
mulheres, mulatas, meninas de todas as cores,
filhos, netos de italianos, alemães, árabes, judeus,
portugueses, espanhóis, tantos...
Nascemos assim desiguais como todos os sonhos humanos.
Fomos batizados na pia, na água dos rios, nos terreiros...
Fomos, ao nascer, condenados a amar a diferença.
A amar os diferentes.
Em 84 viramos multidão. Inundamos as ruas.
Somamos nosso grito ao grito de todos. Depois gritamos sozinhos.
E choramos a derrota sob nossas bandeiras.
A cada passo, em cada gesto, a cada dia,
a vida nova que nossa boca anunciou.
89: encarnamos a tempestade.
Assombramos pela vertigem dos ventos que desatamos.
Venceu a solidez da mentira, do preconceito.
Dois anos depois pintamos a cara, como tantos.
E fomos pra rua inventar o arco-íris e a indignação.
Dessa vez a fortaleza ruiu diante de nossos olhos.
E só havia ratos depois dos muros.
A fortaleza agora está vazia. Ou povoada de fantasmas.
O caminho que conduz a ela passa por muitos lugares: Caravanas.
Pelas estradas empoeiradas, pela esperança empoeirada do povo.*

*pelos mandacarus e juazeiros. pelos seringais. pelas águas da Amazônia.
pelas parreiras. pelos pampas. pelos cerrados e pelos
habuçuais. mas sobretudo pela invencível alegria que o rosto
castigado da gente demonstra à sua passagem.
A revolução que acaalentamos na juventude faltou.
A vida não. A vida não falta.
E não há nada mais revolucionário que a vida.
Fixa suas próprias regras. Marca hora e se põe
diante de nós. incontornável.
Os filhos da margem têm olhos postos sobre nós.
Eles sabem. nós sabemos que a vida não concederá
uma terceira oportunidade.*
(Pedro Tierra. trechos de "Os filhos da paixão")

Mas, a despeito do poeta, a vida – revolucionária que é – nos concedeu uma terceira oportunidade pelas próprias mãos dos filhos da margem. A estes e a todos aqueles e aquelas que, insistentemente, não deixam a esperança empoeirada morrer, eu dedico esta dissertação, como forma de agradecimento – foram eles e elas que encharcaram de vida as páginas que ousam falar sobre sua história, suas lutas, seus erros, seus aprendizados. Que sejamos todos capazes de, ao lado do operário-presidente não permitir que a esperança empoeirada novamente desfaleça e que, sobretudo, a invencível alegria que o rosto castigado da gente demonstra à sua passagem desapareça. Que o legado de todos aqueles e aquelas que dedicaram suas vidas à construção desse momento histórico e que dele não puderam desfrutar, nos ajude em mais esta empreitada.

Agradeço ainda à CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa que me permitiu dedicação exclusiva ao mestrado nos últimos doze meses. Aos professores que compuseram as bancas de qualificação e defesa, em especial à professora Milena Martinez que, sem integrá-la oficialmente, dispôs-se a contribuir. A todos os professores que ministraram disciplinas e seminários, em especial à professora Maria de Fátima Quintal de Freitas, minha orientadora. Aos companheiros, militantes-educadores sociais que me concederam as entrevistas. Aos colegas de mestrado, especialmente à Ana Tereza e ao Claudir pelo companheirismo. Ao Jair, ao Tiago e ao André pelo carinho e convivência solidária durante o período.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo discutir as relações entre educação popular e movimentos sociais, na cidade de Curitiba, durante as décadas de 1980 e 1990, na perspectiva dos militantes sociais envolvidos. A educação popular é entendida aqui como impulsionadora e ao mesmo tempo resultante das práticas desenvolvidas nos movimentos sociais naquele período. Analisa mudanças de qualidade ocorridas nestas práticas entre as duas décadas estudadas e destaca como uma das causas mais importantes destas mudanças, os processos macroeconômicos, políticos, sociais e culturais que ocorreram no mundo, impactando fortemente o Brasil a partir do final dos anos 80, que são a dissolução das experiências históricas do socialismo e a globalização capitalista neoliberal. Discute ainda as possibilidades de construção humana no mundo atual, guiado pelo fetiche da mercadoria e as contribuições que a inserção em práticas político-pedagógico-sociais transformadoras trazem para a construção psicossocial do homem, vendo a militância como uma das vias de acesso à humanização, enquanto atividade transformadora das pessoas e da realidade.

Palavras-chave: Educação Popular; Movimentos Sociais; Conscientização.

ABSTRACT

The present dissertation has the aim to discuss the relations between the popular education and the social movements, in the city of Curitiba, during the decades of 1980 and 1990, in the perspective of the social militants involved. Popular education is understood here as impelled and at the same time as resultant of the practice developed in the social movements in that time. The dissertation analyses the quality changes that happened in those practices between the two decades studied and it emphasizes as one of the most important causes of those changes, the macroeconomics, political, social and cultural processes that happened in the world causing a strong impact in Brazil since the end of the 80's that are the dissolution of the historic experiences of the socialism and the neoliberal capitalist globalization. The dissertation still discusses the possibilities of the human construction in the present world, guided by the fetish of the goods and the contributions that the inclusion of the political-pedagogical-social changing practices bring to the psychosocial construction to man, seeing the militance as one of the way to humanization as a transforming activity of people and reality.

ÍNDICE

ÍNDICE.....	1
INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO I.....	6
AS OPÇÕES EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA.....	6
Referências teóricas e categorias de análises.....	8
Instrumento de pesquisa e critérios da amostra.....	11
Realização das entrevistas e tratamento das informações.....	15
A Multidisciplinaridade.....	18
A Educação Popular.....	19
A Psicologia Social Latino-americana.....	24
As Teorias dos Movimentos Sociais.....	26
CAPÍTULO II.....	30
OS DESAFIOS DA REALIDADE ATUAL.....	30
A urbanização e as cidades.....	30
A relação com o Estado.....	32
As novas tecnologias e o trabalho.....	35
As práticas sociais urbanas.....	39
A eleição de Lula.....	44
A religiosidade e a subjetividade.....	46
CAPÍTULO III.....	51
A CONSTRUÇÃO HUMANA NO MUNDO GLOBALIZADO.....	51
Militância e Humanização.....	53
Socialização e Ideologia.....	55
Mídia e Controle Social.....	58
Cotidiano e Alienação.....	61
Grupo e Conscientização.....	64
CAPÍTULO IV.....	68
EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	68
O conceito de Educação Popular nascido da prática.....	68
A compreensão empírica sobre os Movimentos Sociais.....	70
O sujeito coletivo da transformação social.....	72
O desafio da relação Educação Popular-Movimentos Sociais.....	74
Os frutos colhidos e os aprendizados resultantes.....	81
As propostas de ação dos militantes entrevistados.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU INICIAIS?).....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
ANEXO.....	104
ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	104

INTRODUÇÃO

"El objetivo de servir a la necesidad de liberación de los pueblos latinoamericanos exige una nueva forma de buscar el conocimiento: la verdad de los pueblos latinoamericanos no está en su presente de opresión, sino en su mañana de libertad: la verdad de las mayorías populares no hay que encontrarla sino que hay que hacerla. Ello supone, por lo menos, dos aspectos: una nueva perspectiva y una nueva praxis." (Martín-Baró, 1942-1989)

O objetivo da pesquisa apresentada nesta dissertação foi estudar a relação entre Educação Popular e Movimentos Sociais Populares Urbanos durante as décadas de 80 e 90, em Curitiba, buscando contribuir para a construção de alternativas que visem a organização popular, na perspectiva da transformação social. Para tanto, procurou-se compreender os desafios apontados para a década atual, a partir de uma avaliação das práticas político-pedagógico-sociais desenvolvidas nos últimos vinte anos na cidade, na perspectiva dos próprios militantes sociais realizadores dessas práticas, a fim de entender as mudanças ocorridas, suas causas e conseqüências. Reiterando-se aqui, que esta proposição tem uma marca clara de uma circunscrição histórico-social, delimitado por suas fronteiras culturais e geográficas.

Tal objetivo assentou-se em preocupações nascidas do trabalho desenvolvido pela pesquisadora junto a alguns Movimentos Sociais desde o início dos anos 80: Associação dos Funcionários da ACARPA/EMATER/PR, Movimento de Bairro de Curitiba e Região Metropolitana, Partido dos Trabalhadores, Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná, Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo e Movimento Político Consulta Popular. Essas preocupações centravam-se, fundamentalmente, no crescimento de uma certa apatia das pessoas e na conseqüente desmobilização em nível das práticas locais no meio urbano, a partir do final dos anos 80. Ao mesmo tempo em que tornava-se visível o crescimento da violência, a disseminação das drogas, do crime organizado, da multiplicação de seitas religiosas, do consumismo, da desesperança.

Não é que não houvesse mobilizações sociais, afinal os últimos anos da década de 90 e o início da de 2000, foram marcados por marchas e caravanas populares realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Consulta Popular,

Central Única dos Trabalhadores, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, pelos Plebiscitos da Dívida Externa e da ALCA, pelas sessões do Fórum Social Mundial, entre outras atividades. Mas todas essas iniciativas tinham, na visão da pesquisadora, uma participação muito restrita a uma militância forjada em lutas anteriores e não estavam deixando um saldo organizativo mais permanente em nível de base, capaz de incorporar mais gente no processo. Paralelamente a isto se desenvolviam uma série de práticas locais centradas na busca de auto-sustento, como os clubes de trocas, padarias comunitárias, oficinas de costura, etc., mas que pareciam, num primeiro momento, estarem pouco ou nada articuladas com problemas mais gerais que estavam na base dos motivos que as impulsionaram, como é o caso do desemprego estrutural.

Havia uma mudança empiricamente visível nas práticas sociais e era preciso compreendê-las, buscando ajuda na literatura e ouvindo os próprios militantes envolvidos, porque os problemas urbanos cresciam, as contradições se explicitavam e, ao mesmo tempo, as pessoas pareciam se fechar cada vez mais em suas casas, buscando saídas individuais para seus problemas. É como se tivessem desacreditado das instituições tradicionais e dos próprios instrumentos coletivos de luta. Algumas questões importantes estavam a demandar reflexões mais aprofundadas.

Qual o impacto causado pelas mudanças ocorridas no mundo entre as décadas de 80 e 90 (dissolução das experiências comunistas e globalização capitalista neoliberal) e suas conseqüências psicossociais (intolerância, violência, mercantilização da vida, solidão) sobre as práticas político-pedagógico-sociais locais? Como os militantes sociais realizadores dessas práticas foram atingidos naquilo que lhes dava sentido e que alternativas foram construídas? Afinal, a chamada “crise” dos Movimentos Sociais nos anos 90, estava de fato relacionada a tais processos?

De repente, já quase no final da pesquisa, um fato novo se colocou: a eleição de Lula. De que forma uma década de aparente apatia como a de 90 pôde gerar saldo político que permitisse tal acontecimento? Ou, ao contrário, como um fato político dessa envergadura pôde acontecer apesar da década de 90? Ele significou um salto na consciência política dos brasileiros ou não? Foram questões que acabaram se incorporando na dissertação e discutidas pelos militantes entrevistados, ainda que superficialmente, por exigência da própria conjuntura, porém abertas a estudos futuros mais aprofundados.

O detalhamento da metodologia utilizada, critérios de escolha dos entrevistados e o caminho teórico percorrido na pesquisa são tratados no Capítulo I desta dissertação. Mas é importante explicitar mais uma vez aos leitores, que a pesquisa de campo foi realizada na cidade de Curitiba, com militantes envolvidos nos Movimentos Sociais Populares Urbanos e de Esquerda, uma vez que existem também uma série de movimentos de direita, mas que não se constituíram objeto de estudo nesta pesquisa. Os militantes entrevistados tiveram ou têm sua participação em movimentos diversos: negros, mulheres, bairro, reforma urbana e saúde, mas o recorte principal foi o caráter popular (onde se concentrou as práticas locais) e a área urbana (onde as dificuldades organizativas se destacaram no período em estudo), isto é, a especificidade das práticas não foi fator determinante para a pesquisa, mas a sua mudança de qualidade.

O Capítulo II aborda os desafios da realidade vivida pelos Movimentos Sociais desde os anos 80, qual seja: um mundo guiado pelo fetiche da mercadoria, onde o mercado fica “nervoso”, o computador “pensa” e as relações humanas são cada vez mais intermediadas por objetos: da compra de um refrigerante às operações bancárias; do entretenimento pela televisão ao namoro pela internet. Onde os objetos produzidos por outros objetos escondem o trabalho humano neles embutido, o seu verdadeiro valor, e se constituem sonhos de consumo. Onde o desemprego graça e o crime se coloca como alternativa de sobrevivência para milhares de pessoas. Mas que também é o mundo onde todos os dias milhões de pessoas engendram possibilidades de vida, com criatividade, dedicação e trabalho. Onde os Movimentos Sociais construíram alternativas de participação política e contribuíram com os processos de democratização.

O Capítulo III discute as alternativas de construção humana neste mundo fetichizado a partir da concepção de homem que se constrói historicamente, defendida pela Psicologia Social Latino-americana, de base marxista. Onde a experiência humana vivida cotidianamente, as trocas efetuadas nas relações com os outros homens e com o mundo no processo de produção da existência, são o substrato de sua construção psicossocial. Onde a qualidade dessas relações sociais é que determina, em última instância, o processo de humanização. A proposta é que isto permita pensar as relações no mundo atual e se elas apontam para a construção de homens solidários ou competitivos, fraternos ou egoístas, coletivistas ou individualistas, alienados ou críticos, lutadores ou acomodados, transformadores ou resignados à ordem social vigente.

O Capítulo IV aborda o tema das relações entre a Educação Popular e os Movimentos Sociais. O que, afinal, liga umbilicalmente as histórias de lutas e aprendizados, as contribuições para a construção dos homens e do mundo? Que forças sustentaram as práticas político-pedagógico-sociais realizadas por milhares de militantes anônimos espalhados pelo país afora que, apesar do corte efetuado pelo golpe militar, produziram – através da luta contra a ditadura, contra a carestia, por melhores condições de vida nos locais de trabalho e moradia, pela ampliação das formas de participação político-social – um campo democrático e popular no seio da sociedade (Paludo, 2001), que não se permitiu destruir totalmente, seja pela avalanche das políticas neoliberais, seja pela dissolução das experiências ditas socialistas no mundo? Ao contrário, apesar de todas as contradições inerentes ao processo, conforme será visto no decorrer da exposição, conseguiu finalmente levar à Presidência da República, um trabalhador forjado nas lutas sociais e aprendizados delas decorrentes.

Finalmente, é importante explicar aos leitores que o método de exposição adotado aqui fugiu à forma como freqüentemente se redigem as dissertações. Os leitores não encontrarão um capítulo teórico separado da análise das entrevistas ou da própria experiência prática da pesquisadora. Ao contrário, já no primeiro capítulo que trata da metodologia e da epistemologia, a pesquisadora descreve a trajetória que a trouxe ao mestrado, entrelaçada com os referenciais teóricos que foram iluminando sua prática antes e durante o mestrado. Da mesma forma, os três capítulos seguintes que constituem o corpo principal da dissertação, discutem o problema da pesquisa buscando seus fundamentos tanto no referencial teórico quanto no referencial empírico produzido pelas entrevistas. Buscou-se desta forma valorizar a práxis dos militantes entrevistados e fazer um esforço de abstração que captasse os elementos fundantes na perspectiva da teoria e da prática, exercitando o movimento dialético do pensamento na análise do problema pesquisado. A lógica que norteia a sequência dos capítulos II, III e IV é: partindo das determinações mais amplas do problema – ao mesmo tempo em que o contextualiza – passar pela construção dos sujeitos realizadores das práticas sociais em meio a tais determinações, para chegar à essência do objeto de pesquisa que é a relação entre as práticas desenvolvidas e os processos educativos que as permeiam.

CAPÍTULO I

AS OPÇÕES EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA

*“Não, não tenho caminho novo.
O que tenho de novo
é o jeito de caminhar.
Aprendi
(o caminho me ensinou)
a caminhar cantando
como convém a mim
e aos que vão comigo
pois já não vou mais sozinho.”
(Thiago de Mello)*

O caminho trilhado nesta pesquisa tem muito a ver com os versos do poeta em epigrafe, pois ele se constituiu numa continuidade do caminho percorrido pela pesquisadora desde o início dos anos 80. Porém agora, de uma outra forma, um outro jeito de caminhar, que a obrigou a afastar-se de suas atividades junto aos Movimentos Sociais para melhor refletir sobre elas. E quem sabe, ao voltar, fazê-las melhor.

O caminho agora, como antes, não foi percorrido pela pesquisadora sozinha. Além do referencial teórico que, como uma lanterna, ajudou a iluminá-lo, a companhia de um grupo de companheiros e companheiras que se dispuseram a doar duas, três, quatro horas de seu tempo para, junto com a pesquisadora, sentar diante de um gravador e reviver, reconstruir, avaliar parte de suas vidas¹ – exatamente aquelas em que se dedicaram à construção de uma vida melhor para todos – foi fundamental. Lendo e relendo muitas vezes as entrevistas a posteriori, localizando os eixos temáticos, os conceitos construídos, as reflexões feitas, percebeu-se a seriedade com que estes militantes se entregaram a este reviver, a este resgate das práticas realizadas há dez, vinte e, em alguns casos quarenta anos atrás, fazendo a crítica e a autocrítica.²

¹ Como uma técnica de descobrimento a posteriori, a entrevista em profundidade compreende um esforço de reimersão do entrevistado em colaboração com o entrevistador. É quase um reviver juntos de uma época que o entrevistado vai narrando, estimulado pelo entrevistador que vai reorientando o roteiro inicial a partir de questões significativas colocadas pelo entrevistado. (Olabuénaga, 1989).

² Minayo diz que a interpretação dos dados é um encontro com os fatos empíricos e que os dados não são “dados”, mas têm que ser construídos numa relação com as referências teóricas do investigador. Daí que a interpretação tem dois níveis: o contexto sócio-histórico do entrevistado e o conjunto de concepções por ele apresentadas nas linhas e entrelinhas, daí a importância da leitura exaustiva das entrevistas. (Minayo, 1996).

Muitos outros exemplos vivos ou que já se foram, constituíram-se também referências práticas do período (1980-1990) que buscou-se compreender através deste novo jeito de caminhar, que foi a realização desta pesquisa. Além, é claro, da contribuição dos colegas e professores do mestrado com os debates e estudos em equipe que se realizaram nestes últimos dois anos.

De fato, esta dissertação, embora tenha sido redigida numa linguagem impessoal, ela está encharcada de “nós”. Um “nós” que se compõe de aprendizados e trocas estabelecidas durante toda a vida da pesquisadora mas, fundamentalmente a partir do início dos anos 80 quando, trabalhando na extensão rural, chegou-lhe às mãos, pela primeira vez, um livro do professor Paulo Freire: “Extensão ou comunicação?”. Este foi o autor que mais a influenciaria daí pra frente.

Muitos anos depois, já na década de 90, tentando fazer melhor o trabalho como assessora de formação no sindicato dos professores, deparou-se com o “Poema Pedagógico” de Antón Makarenko, que muito a impressionou. Mais tarde, um outro livro deste autor lhe chegaria às mãos: “Problemas da Educação Escolar”.

E, apesar da distância de tempo e espaço entre os dois autores – Makarenko e Paulo Freire – a pesquisadora percebeu uma semelhança entre as concepções de educação daquele pedagogo russo que organizara a Colônia Gorki com crianças e adolescentes de rua, frutos das guerra mundial e civil, e as do mestre brasileiro que tanto a influenciara desde os tempos em que trabalhara na extensão rural.

Já no final da década de 90, um outro livro a que teve acesso, destacaria essa semelhança percebida intuitivamente – “Makarenko: o nascimento da pedagogia socialista”, de René Capriles³, da coleção Mestres da Educação, publicada pela Editora Scipione. Diz o autor:

“Passaram-se os anos e a figura de Makarenko sempre se mesclou à minha visão da América Latina. Visitei quase todos os países de nosso continente e constatei as enormes deficiências existentes em seu sistema educacional. Imaginava que um dia a realidade social latino-americana descobriria, em toda a sua plenitude, a proposta defendida por Makarenko. A respeito dele, Paulo Freire me disse certa vez: ‘Ele

³ Jornalista e cineasta, com trabalhos realizados na França e na América Latina. Foi correspondente da agência de notícias Nóvosti, da antiga UniãoSoviética, do jornal boliviano El Diario e da revista venezuelana Nueva Sociedad e redator dos Cadernos Rioarte do Instituto Municipal de Arte e Cultura do Rio de Janeiro.

é o pai de todos nós. Ele é tão grande quanto um Fidel, um Amílcar Cabral, um Samora Machel. Numa outra ocasião, intuí que Darcy Ribeiro, com seu programa ligado aos CIEPs cariocas, caminhava na direção de Makarenko. Infelizmente, essa experiência foi destruída pela direita, que não admite uma educação popular, muito menos uma pedagogia autogerida. Tanto Paulo Freire quanto Darcy Ribeiro são os educadores que mais perto estiveram, no Brasil, da aplicação cabal das propostas pedagógicas de Makarenko.” (Capriles, 1989, p. 9)

Referências teóricas e categorias de análises

Foi com a idéia de buscar em Paulo Freire e Makarenko, subsídios para pensar alternativas de Educação Popular aos desafios colocados para os Movimentos Sociais no mundo atual, que chegou-se ao mestrado. E aí, uma nova porta se abriu pelas mãos da professora Maria de Fátima Quintal de Freitas, orientadora desta pesquisa, durante a docência da disciplina “Conscientização e Participação” – o aporte da Psicologia Social Latino-americana e, fundamentalmente, a obra de Ignacio Martín-Baró⁴. Pelas mesmas mãos teve-se acesso à obra de Agnes Heller sobre a vida cotidiana. Martín-Baró e Heller foram fundamentais para se compreender como é que as determinações sociais mais amplas se desdobram em níveis menores e constroem historicamente, cotidianamente, o ser humano, ajudando a preencher lacunas que outros autores, haviam deixado nesta busca de compreender o mundo atual, o país e os desafios que os Movimentos Sociais têm no campo pedagógico, para ajudar a construir um mundo melhor, entre eles Karl Marx, István Mészáros e Milton Santos.

Estes três últimos autores constituíram os fundamentos para a crítica da realidade atual, ponto de partida dessa pesquisa pois é ela (a realidade) que, em última instância determina as possibilidades de formação humana e a qualidade das formas de mediação que concretizam as relações entre as pessoas e a sociedade, entre as quais os processos de formação e organização popular.

Neste sentido, algumas categorias teóricas adquirem centralidade nesta pesquisa, quais sejam – trabalho, alienação (reificação e fetichização) e ideologia, pois elas estão

⁴ Psicólogo social e teólogo espanhol salvadorenho, morto em chacina junto com outros jesuítas professores da UCA (Universidad Centroamericana José Simeón Cañas) em novembro de 1989, em el Salvador. Foi defensor da construção de uma Psicologia da Libertação, formulada a partir dos sofrimentos, aspirações e lutas do povo latino-americano.

referidas à formação da consciência, fazem parte da existência, são processos que se desenvolvem a partir do modo como a sociedade produz sua vida material e espiritual, sob a forma histórica chamada capitalismo.

E, se por um lado, como produto histórico do modo de produção capitalista, tais processos permeiam as relações sociais há mais de 200 anos, eles assumem hoje uma importância ímpar, dado o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, que possibilitam um controle social ainda maior, por parte dos detentores dos meios de produção, seja sobre os processos de trabalho, seja sobre as próprias formas de socialização humana, produção e distribuição do conhecimento, idéias, valores, objetivos de vida.

Trabalho é entendido aqui, não apenas na sua dimensão alienada, tal como Marx o estudou, na sociedade capitalista, mas também enquanto atividade transformadora da natureza, dos objetos e das pessoas e, portanto, da sociedade. Nessa concepção, atividades de Educação Popular, ainda que sendo parte da superestrutura, são consideradas trabalho. Da mesma forma que o são as práticas desenvolvidas pelos Movimentos Sociais, compreendidas como militância.

Alienação, reificação e fetichização, estas sim, são frutos do trabalho alienado e são a forma sob a qual se dão as relações sociais dominantes na sociedade capitalista. Neste tipo de relação, as pessoas desaparecem, não contam, e o mundo assume assim, a forma de uma “imensa coleção de mercadorias” (Marx, 1988, p. 45).

“Alienação, reificação, fetichismo: é esse processo fantástico no qual as atividades humanas começam a se realizar como se fossem autônomas ou independentes dos homens e passam a dirigir e comandar a vida dos homens, sem que estes possam controlá-las. São ameaçados e perseguidos por elas. Tornam-se objetos delas. Basta pensar no trabalho submetido às ‘vontades’ da máquina regulada por um ‘cérebro eletrônico’, ou no indivíduo que, jogando na bolsa de valores de São Paulo, tem sua vida determinada pela flutuação de um banco numa cidade do interior da Europa, de que nunca ouviu falar.”
(Chauí, 1983, pp. 58-59)

Por que isso é possível? Por que os homens não se revoltam e rompem com estas relações? É que à maioria deles, esta forma de relação aparece como natural, aparece

“velada”, coberta com o manto da ideologia dominante que, como diz Marx (1986) é a ideologia da classe dominante. É a visão de mundo de uma classe que é passada para a sociedade, como se fosse dela mesma como um todo, através de todas as formas de produção e reprodução: escolas, igrejas, família, mídia, uma infinidade de objetos que se constituem símbolos de uma determinada visão de mundo.

Ideologia, nesta pesquisa, então, não se refere a um conjunto de idéias, como comumente é tratada, mas como uma forma de mascaramento da realidade, como uma espécie de “véu” estendido pela classe dominante sobre a sociedade como um todo, “um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.” (Chauí, 1983, p. 113). É claro que como produto histórico da sociedade a ideologia não é monolítica e, com frequência, a própria realidade concreta a desmente. É o que estamos vendo agora com a ideologia neoliberal que, colocando a forma capitalismo como a última da história humana, começa a ser questionada por todos os cantos do mundo.

As categorias teóricas servem para nos ajudar a compreender a realidade, não para engessá-la. Neste sentido, categorias e autores acima citados, constituíram a epistemologia, a base de compreensão, reflexão e análise do objeto da pesquisa. Ajudaram a ampliar a visão de homem e de mundo que se constróem mutuamente, o que foi fundamental, pois a caminhada neste mestrado, não se restringia apenas à busca do título, mas principalmente à preocupação enraizada em anos de experiência que, naquele momento, esbarrava em desafios novos, de uma profundidade⁵ que extrapolava o campo da prática militante, mas que tinha nela um sustentáculo de análise fundamental, enquanto práxis. Foi este “por que” e “para quem” que moveu a opção do “como” realizar a pesquisa.

“Ciertamente, asumir una perspectiva, involucrarse en una praxis popular, es tomar partido. Se presupone que al tomar partido se abdica de la objetividad científica, confundiendo de este modo la parcialidad

⁵ Está se referindo aqui a problemas da realidade atual diante dos quais os militantes se sentem impotentes, tais como a banalização da violência, a deshistorização do tempo, a desesperança, a disseminação das drogas, o desemprego estrutural, o consumismo, o individualismo exacerbado, entre outros.

com la objetividad. El que un conocimiento sea parcial no quiere decir que sea subjetivo; la parcialidad puede ser consecuencia de unos intereses, más o menos conscientes, pero puede ser también el resultado de una opción ética. Y mientras todos estamos condicionados por nuestros intereses de clases que parcializam nuestro conocimiento, no todos realizan una opción ética consciente que asuma una parcialización coherente com los propios valores.” (Martín-Baró, 1998, p. 300)

Instrumento de pesquisa e critérios da amostra

Mas como garantir cientificidade⁶ no estudo de um objeto com o qual se esteve envolvida durante tantos anos? Como não se deixar cegar pela paixão que se sente pelo problema em estudo, pela “ilusão da transparência” (Minayo, 1996, p. 197) de que o real se mostraria nitidamente? Todas essas dúvidas fizeram voltar-se várias vezes aos textos estudados nos Seminários de Pesquisa I e II, alguns deles já citados aqui e que ajudaram muito na definição dos critérios da amostra, na definição do instrumento e na elaboração do roteiro (Anexo).

A pesquisadora havia se impressionado muito com a releitura de uma antologia organizada por António Nóvoa e Mathias Finger – “O método (auto)biográfico e a formação” (1988), especialmente o texto de Franco Ferrarotti – “Sobre a autonomia do método biográfico” e, por causa disso, num primeiro momento, decidiu-se por trabalhar com histórias de vida. Este parecia ser o método que ajudaria compreender as relações entre os espaços micro e macrossociais, entre o homem e o mundo no seu processo dialético de construção psicossocial e de transformação da realidade. E foi com esta definição que elaborou-se o roteiro de campo para a realização da entrevista piloto. A orientadora alertou-a para o tempo escasso do mestrado e para a necessidade de precisar melhor seu problema de pesquisa, antes de se definir pela história de vida. Mas ela estava convencida de que só a história de vida a ajudaria a alcançar o real. Assim,

⁶ O termo cientificidade aqui acompanha a concepção gramsciana de que “o que interessa à ciência não é tanto a objetividade do real, quanto o homem que elabora os seus métodos de pesquisa (Gramsci, 1999a, p.73). Isto porque para o autor o real não é algo exterior ou independente dos homens, mas fruto da relação homem-mundo. “Objetivo significa sempre ‘humanamente objetivo’, o que pode corresponder exatamente a ‘historicamente subjetivo’”. (Gramsci, 1999a, p. 41).

fez-se o contato com Antônio⁷, militante do Movimento Popular em Curitiba, desde a década de 70 e realizou-se a entrevista piloto. Foram quatro horas a fio de conversa, das quais três de gravação e a restante, dedicada a ver mapas, fotos, equipamentos que o entrevistado ia mostrando. Antônio narrou a sua vida, da infância aos dias atuais, contando em detalhes sua entrada e participação no movimento comunitário⁸. Ao voltar para a casa, a pesquisadora imediatamente fez a transcrição das fitas, leu e releu o texto resultante, destacando questões importantes e buscou compreender como o Antônio foi se construindo na sua relação com o mundo, com as pessoas, na sua participação comunitária, os aprendizados decorrentes desta participação, as suas contribuições para o Movimento Social e a sociedade como um todo.

Os meses de maio a setembro, foram dedicados à reorganização do projeto de pesquisa e o preparo para a qualificação. Buscou-se novos referenciais, montou-se uma proposta de análise da história de vida do Antônio e sentou-se pela última vez com a orientadora, antes da qualificação. Dessa vez ela não voltou a fazer aquela pergunta “perturbadora”, (talvez para não deixar a mestrandia nervosa): “Qual é mesmo o seu problema de pesquisa?” Chegou, finalmente, o grande dia: 12 de setembro de 2002. A qualificação durou quase três horas – de debate, de indicações de leituras complementares, de dicas para reorganizar a dissertação, para rever o instrumento e o roteiro da pesquisa de campo, a fim de ajustá-lo a uma maior precisão do problema de pesquisa e às categorias de análise. No dia seguinte, iniciou-se a transcrição das fitas gravadas na qualificação e, gradativamente, foi-se incorporando as sugestões. Entre as quais a própria mudança do instrumento de pesquisa que, de histórias de vida, acabou-se definindo por entrevistas em profundidade⁹. É por tudo isso que se sente o “nós” na elaboração desse trabalho.

O momento da escolha da amostra, da sua representatividade e ao mesmo tempo da qualidade, da possibilidade de aprofundamento, foi outro momento de dúvidas, de leituras e reflexões. Que pessoas seriam representativas de grupos significativos no

⁷ Todos os nomes usados nesta dissertação referidos aos entrevistados são fictícios, pois a pesquisadora achou que seria muito ruim chamá-los “entrevistado I” ou “sujeito A”, optando por adotar pseudônimos.

⁸ Antonio usa Movimento Comunitário e Movimento Popular como sinônimos, entretanto é importante destacar que na região onde ele atuou, as CEBs e o trabalho de bairro eram uma coisa só. Discutia-se e encaminhava-se questões relativas à Igreja e aos problemas da população “à luz do evangelho”. Daí o uso do termo Movimento Comunitário, que é uma referência às Comunidades Eclesiais de Base e à luta por melhores condições de vida.

⁹ “La entrevista en profundidad, en definitiva, es una técnica para obtener que un individuo transmita oralmente al entrevistador su definición personal de la situación.” (Olabuénaga, 1989, p. 126)

movimento social em Curitiba nas últimas duas décadas e que, ao mesmo tempo, tivessem condições teórico-práticas de fazer uma reflexão mais abrangente das práticas e dos processos pedagógicos que as permearam? Mais que isso, a amostra não poderia integrar pessoas com as quais a pesquisadora tivesse um convívio muito intenso, fosse ao nível local das práticas, fosse ao nível de instâncias no movimento, porque isso poderia alterar a condução das entrevistas e os resultados da pesquisa. E o grupo levantado que, em princípio era grande, começou a parecer pequeno, diante das exigências colocadas pelos critérios de validade. Em alguns momentos a lista foi alterada, porque determinadas ausências não dariam a pluralidade de experiências e interpretações, importantes para a compreensão do problema de pesquisa; assim os critérios foram sendo construídos.

A primeira definição foi de que se entrevistaria pessoas envolvidas com os Movimentos Sociais Urbanos, de corte Popular e de Esquerda. A segunda definição foi de que não se entrevistaria pessoas do município onde a pesquisadora militou por um longo tempo na região metropolitana, mas apenas da capital. A terceira foi de que se entrevistaria militantes que trabalhassem como mediadores sociais, ou seja, não teriam apenas atuação de base. O quarto critério foi de que seriam pessoas que haviam buscado um maior nível de aprofundamento através do estudo (não necessariamente formal), isto é, que não fossem apenas ativistas, mas que tivessem preocupações com a dimensão teórica da luta social. O quinto critério buscou atender uma característica do Movimento Social Popular Urbano em Curitiba¹⁰ incorporando pessoas dos vários segmentos, algumas com militância mais centrada na política e outras com contribuição mais na área técnica. Por fim, a amostra contemplou homens e mulheres; com nível de participação e envolvimento variado (maior e menor dedicação); e com áreas de atuação diferentes (saúde, negros, mulheres, reforma urbana, bairro, pastoral, etc.) para garantir pluralidade na avaliação das práticas.

¹⁰ A partir dos anos 70, o Movimento Popular em Curitiba, foi animado por uma estreita aliança entre militantes que moravam nas vilas e bairros periféricos, agentes das pastorais sociais, a partir dos quais se fundou o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, professores universitários e técnicos que trabalhavam em órgãos governamentais, responsáveis pela elaboração de políticas públicas e prestação de serviços à população. Esta aliança permitiu que o Movimento de Bairro, atuasse com autonomia em relação ao poder público, mas não apenas com ações reivindicatórias, se não também propondo políticas públicas que serviam como instrumento de pressão e mobilização popular, cujo exemplo mais significativo foi o Movimento do Transporte Coletivo que acabou constituindo-se na “menina dos olhos” do Governo Municipal (Neves, 1995).

Todo esse processo foi sendo construído no decorrer do tempo e cada vez que uma dúvida era levantada pela orientação ou sentida pela pesquisadora, retomavam-se os textos sobre metodologia já lidos e relidos e reavaliava-se o que havia sido definido até então. Antônio que havia concedido a entrevista piloto, acabou não integrando a amostra definitiva, porque a análise de sua entrevista apontou a necessidade de uma reorientação no roteiro a fim de que a pesquisadora desse conta do objetivo da pesquisa. Assim a amostra se completou com dez pessoas, sendo cinco mulheres e cinco homens, conforme quadro abaixo:

Nº	Anos de Idade	Sexo	Início da militância	Áreas prioritárias de atuação no período
01	56	F	1961	Juventude Estudantil Católica; Movimento de Educação Popular; Movimento de Bairro; Movimento de Mulheres; Escola Oficina; Movimento Popular de Saúde.
02	52	F	1968	Ação Popular; Movimento Estudantil; Movimento de Bairro; Escola Oficina; Reforma Urbana; Movimento Popular de Saúde.
03	50	F	1969	Movimentos Jovens ligados à Igreja Católica; Movimento Estudantil; Participação Popular na Constituinte; Reforma Urbana e Direitos Humanos.
04	52	F	1970	Movimento Estudantil; Comunidades Eclesiais de Base; Movimento de Bairro; Movimento Popular de Saúde; Movimento de Mulheres.
05	45	M	1971	Grupo de Jovens Católicos; Comunidades Eclesiais de Base; Movimento de Bairro; Pastoral Operária..
06	50	M	1971	Comunidades Eclesiais de Base; Movimento de Moradia; Movimento de Bairro.
07	60	M	1973	Defesa da Escola Pública; Escolas de Rua; Participação Popular na Constituinte; Reforma Urbana.
08	39	M	1981	Grupo de Jovens; Pastoral Operária; Movimento Negro; Movimento de Bairro.
09	41	M	1982	Pastoral Operária; Movimento Sindical; Movimento de Luta contra o Desemprego
10	37	F	1983	Movimento de Jovens Cristãos; Direitos Humanos; Participação Popular na Constituinte; Consulta Popular.

Pelo quadro vê-se que as idades das pessoas entrevistadas variam de 37 a 60 anos e o tempo de militância de 20 a 42 anos. Ainda pode-se perceber que, de maneira geral, os militantes se envolvem num grande número de atividades e em diferentes frentes de trabalho, acrescentando-se o fato de que todos eles tiveram ou têm algum tipo de atuação partidária, que não foi incluída no quadro.

Realização das entrevistas e tratamento das informações

Quando se completou o quadro da amostra já estávamos em outubro, algumas dessas pessoas estavam muito envolvidas com a campanha presidencial e acabaram sendo entrevistadas só no início de novembro. Telefonou-se para cada uma delas (ninguém se furtou ao chamado, pelo contrário, houve uma disposição surpreendente, talvez porque a iminência do governo Lula chamava todos à responsabilidade, o que ficou claro depois, no conteúdo das entrevistas). Duas pessoas foram entrevistadas antes do primeiro turno, seis delas entre o primeiro e o segundo e, as duas últimas, após o segundo turno. A pesquisadora ficou apreensiva com a possibilidade de que isto influenciasse positiva ou negativamente o desenvolvimento da pesquisa, pois as pessoas poderiam estar extremamente otimistas ou, em caso de derrota do Lula, extremamente pessimistas. Mas surpreendeu-se com o nível de maturidade das avaliações, não apenas porque as pessoas estivessem sentindo o peso da responsabilidade, mas pela situação mesma porque passava o Brasil e o mundo e pela forma como a “onda vermelha” havia tomado conta do país. A necessidade posta pela conjuntura, de um urgente trabalho de educação e organização popular, fez com que a maioria dos entrevistados fizessem com muita seriedade a reflexão proposta na entrevista. O otimismo do momento foi mesclado com o esforço de avaliar os erros, resgatar os acertos, pensar alternativas futuras. O roteiro inicial¹¹ foi sendo enriquecido, cada uma das questões originais se desdobrando, em cada entrevista, pelo próprio rumo que os entrevistados foram dando, a partir de suas práxis, explicitando a veracidade do que diz Minayo:

“A ordem dos assuntos abordados não obedece a uma seqüência rígida e, sim, é determinada freqüentemente pelas próprias preocupações e ênfases que os entrevistados dão aos assuntos em pauta. A quantidade de material produzida tende a ser maior e com um grau de profundidade incomparável em relação ao questionário, porque a aproximação qualitativa permite atingir regiões inacessíveis à simples pergunta e resposta.” (Mynayo, 1996, p. 122).

¹¹ O roteiro das entrevistas, embora organizado em quatro blocos como pode ser visto em anexo, abordou três eixos temáticos fundamentais: a história dos militantes desde o início de suas inserções, suas motivações, aprendizados, sonhos; a avaliação das práticas político-pedagógico-sociais desenvolvidas no período estudado (anos 80 e 90); os processos educativos desencadeados junto com as práticas e os frutos colhidos para a sociedade como um todo.

Assim, a angústia sentida na definição da amostra, foi se transformando em confiança, na medida em que as entrevistas iam sendo realizadas. Procurou-se agendá-las deixando um espaço de tempo entre elas (ainda que nem sempre tenha sido possível) de maneira a permitir a transcrição das fitas, sem deixar acumulá-las, para que se pudesse lembrar ainda das falas e compreender melhor a gravação que em muitos momentos se tornou difícil. Lembrar das pausas para reflexão, dos risos, dos choros, das caras de raiva ou de espanto que ocorreram durante as entrevistas e das próprias falas, foi fundamental no momento da transcrição.

Um outro momento bastante complexo constituiu-se na interpretação das entrevistas e na associação dos conceitos produzidos pelos entrevistados, com aqueles do referencial teórico adotado. A prática militante é rica em matizes e, raramente, os seus realizadores elaboram teoricamente o que fazem. Assim, no momento da entrevista, os conceitos aparecem dispersos em diferentes momentos, o que exige muitas leituras dos textos resultantes das transcrições para que possam ser identificados e agrupados em eixos temáticos, de maneira a permitir o movimento do pensamento entre a teoria e a prática, no momento da análise.¹² Outra característica é de que os militantes pensam a prática e a vida concreta de maneira mais integrada, ainda que nem sempre abstraíam delas conceitos gerais, enquanto as teorias seguem sistematização mais rígida e mais especializada por áreas de conhecimento. O desafio então, neste procedimento, para o pesquisador é, partindo da confiabilidade do material empírico e da coerência teórica dos referenciais escolhidos, desenvolver um esforço de abstração, que permita articular com clareza parte e totalidade, concreto e abstrato, histórico e lógico, conteúdo e forma, pensamento e realidade, conforme apontam Kuenzer (1999) e Rochabrún (1974).

E, é claro, apesar dos cuidados tomados, com certeza houve falhas, muitas falhas, pois a pesquisadora havia trabalhado em outras pesquisas, mas quase sempre no campo da execução, o trabalho que lhe tocou agora no mestrado, havia sido feito por

¹² Minayo dá a esse momento do tratamento das entrevistas, o nome de hermenêutica-dialética, que integra os dois níveis ou momentos de interpretação: a totalidade (conexões que a experiência empírica mantém com as relações essenciais) e o encontro com os fatos empíricos (significações particulares e reveladoras do todo) (Minayo, 1996, p. 231-234), permitindo ir além da análise do conteúdo ou do discurso na busca de aclarar o contexto dos entrevistados, uma vez que as falas expressam saberes compartilhados com outros (idem, p. 222), saberes que assim como o do pesquisador não se separa da práxis. Nesse sentido, a hermenêutica-dialética não é uma mera técnica de tratamento de dados, mas apresenta-se como um “caminho do pensamento” (idem p. 218), que é construído numa dança entre o teórico e o empírico, permeada pela reflexão e análise do pesquisador.

outras pessoas. E a prática, com certeza é sempre o critério da verdade. Além disso, dois e dois quase nunca é quatro quando se trata de pesquisa na área das ciências humanas, o que parece ser mais certo ainda quando se trata de pesquisa na área dos Movimentos Sociais, porque estes lidam, cotidianamente, com as contradições sociais, não apenas como tudo que está imerso na sociedade de classes, mas porque as contradições sociais fazem parte do conteúdo de suas lutas, de suas atividades e aprendizados. E, apesar da vasta literatura sobre resultados de pesquisa nos Movimentos Sociais, os pesquisadores quase nunca relatam em detalhes o caminho percorrido, os percalços, as improvisações e como minimizar os “vieses”, no caso daqueles pesquisadores que também são militantes nos Movimentos Sociais e, portanto, estão inseridos em seus objetos de estudo. O que seria importante pois, como diz Becker, “problemas de método são sempre relativos à organização das relações entre pesquisadores e as pessoas às quais estudam, e das relações entre as várias categorias de pesquisadores na produção de resultados” (1999, p. 14).

“Pesquisas qualitativas são de natureza tal que têm menos probabilidade do que suas colegas quantitativas de serem explícitas sobre seus métodos. As situações de pesquisa qualitativa incentivam, poder-se-ia dizer *exigem*, a improvisação, e muitos pesquisadores qualitativos sentem que suas soluções *ad hoc* para os problemas de campo têm pouco valor fora da situação que as evocou. Decidi modestamente que vale a pena passar minhas soluções *ad hoc* para outras pessoas” (Becker, 1999, p. 14).

Modestamente, este foi um dos objetivos deste capítulo, ainda que poucos pesquisadores leiam esta dissertação. Um outro objetivo, foi explicitar os possíveis “vieses” da pesquisa, ou pelo menos aqueles que a pesquisadora conseguiu enxergar, na medida em que se esforçou por tornar as “bases de seu julgamento”, tão explícitas quanto possível, de modo que outras pessoas cheguem às suas próprias conclusões, conforme propõe Becker (1999, p. 20). Neste sentido, retomando-se as preocupações com os resultados da pesquisa em função da conjuntura, é importante dizer que tais preocupações não se relacionaram apenas aos entrevistados, pois a própria pesquisadora viveu subjetivamente o clima do momento. Ainda que ausente da campanha eleitoral por conta do mestrado, sentiu toda a emoção daquele momento histórico. Também foi

influenciada pela alegria e apreensão, afinal, a eleição de Lula (para o bem ou para o mal) parece ser fruto das lutas e dos processos educativos que as permearam antes e durante o período estudado.

A Multidisciplinaridade

Finalmente quer se destacar algo que no mundo acadêmico é pouco compreendido e praticado (aliás, quase sempre confundido com ecletismo e, por isso mesmo deixado de lado) mas que faz parte do mundo dos Movimentos Sociais, apesar de todo o corporativismo – a multidisciplinaridade e/ou interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade.

Ciente de que somos todos frutos da divisão social do trabalho imposta pelo modo de produção capitalista predominante nos últimos 200 anos e fundamentalmente do taylorismo, buscou-se nesta pesquisa realizar isto que, para a pesquisadora, é um sonho e que está muito presente nas escolhas feitas durante o caminho percorrido em sua vida, que é a superação das divisões disciplinares. Ela está presente tanto nas referências teóricas adotadas, quanto na amostra dos sujeitos entrevistados, porque acredita-se que os problemas humanos são por demais complexos, para serem explicados por áreas especializadas.

Aliás, o que percebe-se no mundo atual, é que os especialismos acabaram fazendo com que o progresso material se descolasse totalmente do progresso humano, que a economia deixasse de ser uma ciência humana, para virar uma ciência dos negócios, que a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual fosse exacerbada ao ponto da sociedade ser capaz de conviver com a maioria da humanidade trabalhando em condições absolutamente degradantes e cujos sonhos de consumo não considerassem que isto está matando a possibilidade de vida no planeta.

“O estudo sobre os movimentos sociais latino-americanos deve ter um enfoque multidisciplinar, envolvendo a sociologia, a ciência política, a antropologia, a história, a economia e a psicologia social. A política deve ser destacada por ser a grande arena de articulação, pelo fato de os movimentos sempre estarem envolvidos ou ligados a relações de poder. Deve-se considerar: ideologias, valores, tradições e rituais da cultura de um grupo: a cultura política como um todo, etc.; assim

como a estrutura sociopolítica e econômica em que os movimentos estão inscritos, numa abordagem histórico-estrutural renovada.” (Gohn, 1997, p. 240).

Também, neste caminho, a pesquisadora não segue sozinha, além de Gohn outros autores falam da necessidade de uma nova epistemologia para explicar tais processos: Brandão (1984a); Calado (1997); Betto (2000).

Milton Santos fala de *metadisciplinas* a partir das quais se estabeleça o diálogo entre as ciências e se produza a interdisciplinaridade. “Eu converso com os outros colegas a partir da minha filosofia e da deles. Mas não da minha disciplina. Se eles não tiverem a filosofia, se eles não forem capazes de produzi-la, não há possibilidade de diálogo” (Santos, 1999b, p. 34). Milton Santos se refere a este diálogo, a partir dos fundamentos – do por quê, para quê e para quem de cada disciplina – isto é, a partir da visão de mundo que ela encerra.

Paulo Freire referindo-se aos “quefazer humanos”, fala da pedagogia como “um conjunto de disposições técnicas, estéticas e éticas capazes de orientar uma atividade humana qualquer”, perpassando todas as ciências que, “autônomas e relacionadas, não dão conta por si só de manter ativa e saudável a curiosidade humana” (Freire, pp. 101-102).

Dentro desta idéia que se articula com uma perspectiva libertadora, desenvolve-se a seguir, ainda como parte deste capítulo, algumas considerações teóricas – história, concepções – sobre as práticas da Educação Popular, dos Movimentos Sociais e da Psicologia Social Comunitária em suas interfaces capazes de engendrar esta multidisciplinaridade.

A Educação Popular

As práticas educativas libertadoras reconhecidas classicamente como Educação Popular desenvolvidas no Brasil e na América Latina, são freqüentemente associadas à concepção pedagógica freireana, com origem datada do final da década de 50 e início da de 60, quando a sociedade brasileira transitava de uma economia agrário-exportadora, para uma economia urbano-industrial. A ela estão associados o MCP/Recife (Movimento de Cultura Popular), o MEB/CNBB (Movimento de Educação de Base) e o

CPC/UNE (Centros Populares de Cultura). Todos Movimentos Sociais construídos antes de 1964 e desmantelados ou enfraquecidos pelo golpe militar. (Paludo, 2001; Betto, 2000; Arroyo, 2001; Bezerra, 1986). Outros autores, entretanto já consideram Educação Popular, as práticas educativas desenvolvidas pelo movimento operário desde o início do século XX, e que ganharam impulso com o aporte de Paulo Freire posteriormente. (Brandão, 2001; Jara, 1987).

Segundo Conceição Paludo, a consolidação da Educação Popular (EP), no Brasil e na América Latina, se dá nas décadas de 1970/1980 e que, no caso brasileiro, esta consolidação acompanhou a formação do que ela chama de um “Campo Democrático Popular” (Paludo, 2001, p. 203). A consolidação da Educação Popular se dá então com a emergência dos Movimentos Sociais que se organizam a partir da luta contra a ditadura militar, com uma contribuição fundamental das Comunidades Eclesiais de Base, inspiradas na Teologia da Libertação. Neste sentido a EP foi impulsionadora dos processos de reorganização popular e, ao mesmo tempo, resultante deles, acabando por se consolidar como prática pedagógica dos próprios movimentos. Esta autora diz que, se nos anos 60 a EP teve apoio oficial (Governos Arraes e Goulart), nos anos 70 seu espaço eram os locais de moradia e trabalho. “É neste momento que a EP ganha a posição de uma concepção que associa os processos educativos à ação política e social das classes subalternas com vistas à transformação social, apesar e para além da multiplicidade de correntes que a conformam, esta constitui a centralidade que lhes dá sentido”. (Paludo, 2001, p. 96).

Num resgate histórico, vamos perceber que as concepções de EP, desde sua origem, oscilaram entre a filosofia personalista ou o personalismo cristão e o marxismo (Betto, 2000; Barreiro, 1985); e, segundo este último autor, tais concepções podem ser didaticamente classificadas em três grandes grupos de práticas ou tendências, com base nas diferentes formas de interpretação da consciência popular e dos processos de conscientização¹³.

Na primeira tendência, a conscientização era vista como descobrimento da dimensão da pessoa e como compromisso com suas consequências (Barreiro, 1985). No caso brasileiro, neste momento (anos 50-60) predominava a “filosofia personalista”

¹³ O estudo de Barreiro foi realizado em cinco países da América do Sul em 1973, e constitui sistematização de práticas desenvolvidas por equipes multidisciplinares (educadores, sociólogos, economistas, teólogos, psicólogos, assistentes sociais, etc.).

adaptada à realidade brasileira pelo Pe. Henrique Vaz que, segundo Fr. Betto, foi quem, abriu a porta à leitura de Marx aos cristãos. (Betto e Freire, 1986).

A segunda tendência interpretava a conscientização como passagem de uma consciência intransitiva para uma consciência transitivo-ingênuo e desta para a transitivo-crítica (Barreiro, 1985). O momento histórico brasileiro era o mesmo da primeira tendência, mas aqui já predominavam as idéias de Paulo Freire defendidas em sua tese de doutorado e muito influenciada também pelos isebianos¹⁴, principalmente por Álvaro Vieira Pinto, onde a ideologia do desenvolvimento era muito forte. A passagem da intransitividade (interesses quase restritos à esfera biológica) para a consciência transitivo-ingênuo (já com uma forte dose de espiritualidade e historicidade) se daria automaticamente, como reflexo das mudanças na infra-estrutura. Enquanto que a passagem da consciência ingênuo para a crítica (caracterizada pela profundidade na interpretação dos problemas) carecia de trabalho educativo intencional, sem o que haveria o risco da consciência transitivo ingênuo se alongar em fanatizada. Isto porque, para Freire, a industrialização e a urbanização traziam consigo, contraditoriamente as possibilidades de massificação como consequência do desenraizamento (Freire, 2001).

A terceira tendência correspondia a um segundo momento do pensamento freireano, onde a conscientização era a passagem da consciência oprimida para a consciência da opressão que, segundo Barreiro, significou uma transformação radical na interpretação da realidade em relação às duas tendências anteriores. A realidade social “deja de ser un reflejo impuesto e inadecuado de las interpretaciones del opresor y se transforma en la posibilidad de aprender, en la conciencia, los ‘términos de la existencia en situación de opresión’ (desde el punto de vista del oprimido y como consecuencia de su propia opresión)” (Barreiro, 1985 p. 68).

O que se busca fazer na quarta tendência de interpretação do processo de conscientização, num esforço complementar, que Barreiro denomina “la concientización como emergencia de la *existencia oprimida* hacia la *conciencia del oprimido*” (Barreiro, 1985, p. 81) é compreender qual é o “máximo de consciência possível”, que

¹⁴ Intelectuais ligados ao ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde as tendências marxistas, através de seus teóricos, faziam uma releitura de Marx, como Roland Corbisier (Freire e Betto, 1986).

na verdade, corresponde ao “mínimo de consciência necessária” para o engajamento numa ação. É uma tendência constituída por uma reflexão mais teórica, que parte da análise das condições pessoais da conscientização para tentar explicar “o medo da liberdade” (Freire, 1987, p. 25), ou seja, porque é difícil a passagem do que Barreiro chama de “consciência visceral” (explicitamente ligada ao eu) para a “consciência clara” (com um nível de representação mais abrangente). “El organismo humano (como entidad cargada de ‘sabiduría de su especie’) realiza una permanente selección de niveles de representación, de tal modo que sólo emergen a la conciencia clara los conocimientos y las representaciones de la realidad social que no sean percibidos por el propio sujeto como *amenazadores*, cuando son referidos a su propio yo.” (Barreiro, 1985, p. 83)

“Lo que se profundiza de la segunda a la tercera alternativa se radicaliza en la cuarta: la idea de que el hombre es una totalidad de existencia en su mundo, que él o vive como una corporeidad inserta concretamente en un momento y en un espacio determinado por sus posibilidades de relaciones. La conciencia del hombre no está solamente en lo que puede ser racionalmente representado y simbólicamente significado. Si el hombre vive su mundo con la totalidad de su presencia física y conciente, lo aprende también en esa, su totalidad de relaciones. Y la existencia del hombre determina concretamente los modos como esa conciencia *puede ser*” (Barreiro, 1985, p. 82)

Pode-se acrescentar ao esquema de Barreiro, uma quinta tendência, a partir dos estudos de Conceição Paludo (2001) que corresponde, ao período de consolidação da EP no Brasil (70-80). Cujas teorização e divulgação, segundo Paludo, tem sido feita pelo CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae), o Instituto Cajamar e, em nível de América Latina, pelo grupo ALFORJA (Programa Coordenado de Educação Popular); e pelos intelectuais militantes brasileiros: Frei Betto, Marcos Arruda e Pedro Pontual. Nesta concepção a ação educativa é totalmente comprometida com a prática política dos grupos populares e, por isso mesmo é fortemente marcada pelos contextos em que estas práticas se dão. Seus fundamentos são múltiplos e remontam às experiências educativas populares dos primeiros trinta anos da República e

ao período 61-64; à Teologia da Libertação, ao Novo Sindicalismo e aos Centros de Educação e Promoção Popular; ao pensamento pedagógico socialista; às múltiplas experiências concretas ocorridas no continente latino-americano. Esta concepção chamada de CMD (Concepção Metodológica Dialética) é “entendida como a lógica que perpassa todo o processo educativo, dando-lhe coerência interna, sentido e perspectiva”, cujo desafio é “inter-relacionar: pesquisa, pedagogia, comunicação, estratégias de mobilização e cotidiano popular”. (Paludo, 2001, p. 97-100).

A compreensão de homem como “totalidade de existência”, conforme sugere Barreiro (1985), coloca para a Educação Popular exigências que transcendem os campos da pedagogia e da sociologia, bem como de outras ciências sociais que centram suas análises nas questões macrosociais, pois é preciso entender como esta “totalidade” se constrói em todos os níveis das relações sociais. É preciso compreender por que o homem, diante de suas circunstâncias, se comporta de um jeito e não de outro. “Todo el comportamiento humano puede ser comprendido, de manera muy general, como una exteriorización de la necesidad de recuperar alguna forma de equilibrio perdido en sus relaciones con el mundo, o de la necesidad de mantener algún equilibrio anteriormente recuperado.” (Barreiro, 1985, p. 83). E mesmo reconhecendo que o “homem é uma totalidade de relações”, continua-se pensando e vendo a unidade homem-mundo de forma dicotômica. “Faz parte dessa nossa tradição cultural ocidental (há pelo menos dois mil e quinhentos anos) pensar dualisticamente. Mente e corpo, psiquismo e soma, subjetividade e objetividade, afeto e representação, consciência e materialidade e, nos tempos modernos, indivíduo e sociedade.” (Bezerra Jr, 1999). E os tempos “pós-modernos” parecem ter levado às últimas consequências tal dualidade, ainda que o discurso seja inverso (Castoriadis, 1992; Harvey, 2001; Manzano, 2001).

Assim, para suprir as lacunas deixadas pelas outras ciências a fim de melhor enfrentar os desafios postos à Educação Popular e aos Movimentos Sociais no mundo atual, o aporte da psicologia social latino-americana pode contribuir com categorias fundamentais tais como: linguagem, atividade, processo grupais e vida cotidiana, entre outras, sem as quais é difícil compreender a alienação nas suas formas extremadas – fetichismo e reificação – típicas da vida cotidiana contemporânea (Netto, 1996) e, contribuir com a elaboração de estratégias de intervenção social no meio popular.

A Psicologia Social Latino-americana

Na década de 50, o Brasil estava mergulhado num caldeirão de idéias desenvolvimentistas. Acreditava-se que a industrialização e a urbanização trariam no seu bojo, a cidadania. A sociedade brasileira transitava de um passado colonial escravocrata, atrasado para um futuro moderno, industrial, democrático. Foi dentro deste contexto que tiveram origem os trabalhos comunitários e a Educação Popular. Fundamentalmente, seus objetivos eram preparar a população para as mudanças na base econômica, sem grandes conflitos sociais.

Entretanto, a industrialização acabou por acirrar as contradições do sistema. O trabalho nas fábricas e a concentração populacional nas cidades explicitavam e avolumavam os problemas sociais. As famílias dos trabalhadores iam erguendo suas precárias moradias em vilas e bairros periféricos, sobre morros ou terrenos alagados, criando os cinturões de pobreza (Freitas, 2000a). O ufanismo dos 50 anos em 5 de Juscelino Kubistsek mesclava-se com o debate político e a crescente mobilização social. O povo brasileiro emergia na história, exigindo reformas estruturais.

As práticas sociais, originalmente assistencialistas, foram empurradas para o compromisso político com as populações pobres. O número de profissionais preocupados com a situação de subdesenvolvimento aumentou, questionando-se o *establishment* científico e aproximando-se da teoria marxista, sociologias alternativas e militância (Sandoval, 2000). Até então, os trabalhos comunitários e de Educação Popular eram realizados, principalmente por profissionais da Educação, Serviço Social e Ciências Sociais. A Psicologia é reconhecida oficialmente, como profissão, no Brasil, em 1962 e nasce marcada pela concepção positivista de ciência, a-histórica e elitizante. (Freitas, 2000a).

Os movimentos contestatórios que varreram o mundo no final da década de 60, adentraram as universidades questionando o modelo dominante nas ciências humanas. Firma-se uma aliança entre alguns profissionais da psicologia que passaram a questionar sua elitização com profissionais de outras áreas das ciências humanas e sociais que colocavam o compromisso com as populações periféricas acima das preocupações teórico- metodológicas (Freitas, 2000a).

Este movimento nas ciências humanas e sociais colocou em cheque o enfoque positivista e, na psicologia, começa-se a esboçar novo paradigma. Assim, a partir do

final da década de 70, Sílvia Lane propõe construir-se uma psicologia social histórica, utilizando-se de argumentos marxistas (Montero, 1994). Este enfoque amplia as possibilidades de respostas da psicologia aos problemas sociais latino-americanos.

Alguns dos postulados, segundo os quais se assenta o novo paradigma da psicologia social comunitária latino-americana são, segundo Montero (1994): auto-reconhecimento, por parte da psicologia, como ciência histórica; orientação dos estudos psicológicos pela realidade social; reconhecimento do caráter ativo dos seres humanos; inclusão, nos estudos psicológicos, do ponto de vista dos oprimidos; reconhecimento do conflito como parte da ação humana; reconhecimento da ideologia como fenômeno humano e produto psicossocial; estudo da relação entre indivíduos e vida cotidiana, ou seja, como se dá sentido ao mundo em que se vive nesse processo de construí-lo; reconhecimento da falsa percepção como produto de interpretações mediadas pela linguagem.

Tais pressupostos, como espinha dorsal do novo paradigma, subsidia os debates que se seguem pelas décadas de 80 e 90, convivendo, contraditoriamente, com o paradigma positivista. Isto porque, diferentemente das ciências naturais, a mudança de paradigma nas ciências humanas e sociais não se dá como ruptura abrupta com velhos paradigmas, mas sim “en la posibilidad de considerar críticamente al paradigma dominante y aún de jugar o flirtear con las ideas de otros paradigmas rivales”. (Montero, 1994, p.30).

Se nas décadas de 60-70 a educação popular foi uma vertente fundamental para a construção de um novo paradigma na psicologia social comunitária, “mostrando para o psicólogo o que se pode fazer em prol da conscientização e da redescoberta do valor dos indivíduos submetidos a processos seculares de dominação e alienados de sua própria cultura” (Andery, 1997, p. 207), hoje, a psicologia social pode prestar uma grande contribuição à educação popular quando “analisa as formas como o desenvolvimento tecnológico tem operado e fortalecido novas configurações de relacionamento interpessoal que gerou condições propícias para um sofrimento psíquico, para o individualismo e para uma ‘solidão social’ (Freitas, 2000b, p. 177).

Neste sentido, uma psicologia social crítica e comprometida com uma sociedade mais justa, pode repor no debate atual dimensões humanas deixadas de lado pela própria esquerda: sentimentos, motivações, necessidades individuais, ajudando num processo de reeducação da própria militância, sem que isso signifique psicologizar os problemas

humanos ou roubar-lhes a combatividade. Dimensões essas trabalhadas como retórica pela direita, como forma de cooptação, transferindo para as próprias pessoas a responsabilidade por suas mazelas. “A consciência deve ser considerada na sua forma de conhecimento explicativo, como também no seu aspecto intuitivo-emocional, e o processo de conscientização deve contemplar desejos, necessidades e emoções individuais e coletivas.” (Sawaia, 1995, p. 50). Questões essas que aparecem na forma de crítica e auto-crítica pelos militantes entrevistados nesta pesquisa e que se constituem numa das causas de um certo cansaço e afastamento do movimento.

As Teorias dos Movimentos Sociais

A inclusão da psicologia social comunitária como uma das ciências necessária à compreensão dos movimentos sociais, foi feita pela Teoria da Mobilização Política (MP) desenvolvida nos Estados Unidos na era da globalização, aproximando-a da teoria europeia conhecida como Novos Movimentos Sociais (Gohn, 1997). “Progressivamente teorias de outros paradigmas foram incorporadas, num esforço de articular explicações gerais, de nível macro – com ênfase em processos políticos e não no campo de interesses econômicos da MR¹⁵ - e explicações do universo micro, específicas – com ênfase na cultura e na política dos grupos e movimentos.” (Gohn, 1997, p. 75). Outras contribuições foram incorporadas pela MP: a perspectiva histórica, as influências da mídia, o paradigma marxista. “Finalmente, assinala-se que a nova teoria estabeleceu laços entre as políticas institucionalizadas e os movimentos sociais propriamente ditos. Os movimentos sociais tomam forma por conjuntos de oportunidades e constrangimentos políticos externos existentes no contexto político em que estão inseridos” (Gohn, 1997, p. 78). Isto explica, em parte, porque os Movimentos Sociais foram tão impactados por fatores externos, tais como: o Estado mínimo; recuo da Igreja Católica; a Queda do Muro de Berlim; o desemprego; por exemplo. O que é evidente pois os Movimentos Sociais não são uma ilha, mas agem e interagem com outros atores em meio às relações sociais dominantes.

¹⁵ MR (Teoria da Mobilização de Recursos), teoria contemporânea norte-americana da ação coletiva e dos movimentos sociais, como tentativa de explicação das transformações políticas ocorridas nos EUA nos anos 60 cujos principais representantes são Olson, Zald e McCarthy. Segundo a MR os movimentos surgiram quando os recursos se tornassem viáveis (humanos, financeiros e de infra-estrutura variada) (Gohn, 1997).

No caso da América Latina, segundo Gohn, não pode-se falar ainda de uma teoria dos movimentos sociais. “O que existe é um paradigma bem diferenciado de lutas e movimentos sociais, na realidade concreta, quando comparado com os movimentos europeus, norte-americanos, canadenses, etc., e não um paradigma teórico propriamente dito.” (Gohn, 1997, p. 211). E, neste sentido, Gohn reconhece na teoria da dependência e da marginalidade estrutural uma abertura à compreensão das especificidades latino-americanas à outras dimensões da sociedade, para além do desenvolvimento econômico, entre elas o controle social pelos regimes militares, sob cujo contexto surgiram movimentos sociais de resistência às péssimas condições de vida, baixos salários, contra a carestia e pela redemocratização do país. Entretanto a teoria da dependência buscava explicar um quadro histórico anterior ao surgimento dos movimentos, além de se centrar nas questões macroestruturais. Assim os primeiros estudos lançaram mão das teorias européias, entre elas a de Castells “que além de focalizar a sociedade civil era também de um guia para a ação, no sentido de que conferia importância aos movimentos e os via como elementos estratégicos de uma redemocratização do Estado e da sociedade em geral” (Gohn, 1997, p. 215).

Após vários anos de pesquisa, e levando em conta as diferenças históricas da realidade dos diferentes países, Gohn aponta elementos para uma teoria sobre os movimentos sociais latino-americanos: diversidade de práticas; hegemonia do caráter popular; especificidade dos “novos” movimentos sociais (ecologia, mulheres, negros, etc.) em relação aqueles da Europa e EUA; influência decisiva da Teologia da Libertação sobre os movimentos populares; a busca do auto-sustento como alternativa à retirada de apoio da Igreja Católica nos anos 90; ausência de problemas étnico-nacionalistas significativos; presença de sérios conflitos com as comunidades indígenas; questão racial definida em termos sociais e culturais; luta pela inclusão e não pela integração social; sérios conflitos agrários; mudança de agenda e formas de luta na década de 90; etc. (Gohn, 1997, p. 227)

Ainda, para efeito desta pesquisa, é importante destacar nos estudos de Gohn (1997), duas fases características dos movimentos sociais classificadas como: “Movimentos Sociais no Brasil na era da participação (1978-1989)” e “Movimentos Sociais e ONGs no Brasil na era da Globalização (desde 1990)”. Três ciclos são identificados no mapeamento feito pela autora, identificando os movimentos no período de 1972-1997, quais sejam: “1º ciclo – Lutas pela redemocratização do país e acesso a

serviços públicos: 1972-1984. 2º ciclo – Institucionalização de movimentos: 1985-1989. 3º ciclo – Emergência de novos atores e desmobilização dos movimentos populares urbanos. Crescimento dos movimentos populares rurais: 1990-1997.” (Gohn, 1997, p. 7)

Uma outra autora que tem se dedicado ao estudo dos Movimentos Sociais na América Latina – Ilse Scherer-Warren – apresenta uma periodização diferente, baseada na produção acadêmica sobre os Movimentos Sociais. Considerando as diferentes concepções sobre a realidade, os rumos da mudança e o papel dos sujeitos da ação social, a autora a agrupa em quatro fases: as lutas de classe (meados do século XX até a década de 70); as lutas nacional-populares (década de 70); os movimentos de base (década de 80); as redes de movimentos (perspectivas para a década de 90) (Scherer-Warren, 1993).

Ainda que a nomenclatura utilizada na classificação feita pelas duas autoras se diferencie, expressando concepções diferentes, o ano de 1989, conforme proposto nesta pesquisa, segue sendo um marco para as mudanças na qualidade das práticas sociais urbanas, o que coincide com as avaliações feitas pelos militantes entrevistados e que será visto nos capítulos seguintes.

A aproximação entre as caracterizações feitas pelas autoras citadas e as informações resultantes das entrevistas, nos permitiu construir o seguinte quadro que apresenta as mudanças ocorridas nas práticas sociais e os principais fatos e processos históricos ocorridos no período em estudo. Como os leitores verão, o quadro compara as décadas de 80 e de 90, além de incluir algumas atividades organizadas pelos Movimentos Sociais nos primeiros anos da década de 2000. Na década de 80, percebe-se uma estreita ligação entre Educação Popular e os Movimentos de Base, organizados de forma autônoma em relação ao Estado, enquanto na década de 90 há uma institucionalização dos Movimentos, seguida de um esvaziamento no papel do Estado enquanto interlocutor da sociedade civil organizada. Na década de 2000, pelo menos nos seus dois primeiros anos, destaca-se fundamentalmente os Movimentos de contestação à globalização excludente.

Década de 80	Década de 90
Era da participação (Gohn, 1997) ou dos movimentos de base (Scherer-Warren, 1989); consolidação de uma concepção de Educação Popular imbricada com os Movimentos Sociais (Paludo, 2001)	Era da globalização: emergência de novos atores, desmobilização de movimentos populares urbanos e fortalecimento dos movimentos no campo (Gohn, 1997); pluralidade de sujeitos (das organizações verticais, aos pequenos grupos, 'as redes e outras formas) compondo um campo democrático popular (Paludo, 2001).
Construção do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.	Fundação da Central de Movimentos Populares (1993)
Reorganização do Movimento Popular pós ditadura militar: Bairro (lutas por creche e escolas públicas, postos de saúde, transporte coletivo, etc.), de luta pela moradia, contra o desemprego; pró-participação popular na constituinte; de meninos e meninas de rua, de mulheres, negros, homossexuais; Diretas Já; etc.	Movimentos Anti-globalização excludente e Ecológico; Marchas e Caravanas Populares; Consulta Popular; Fórum por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania. Práticas de economia solidária (clubes de tocas, padarias comunitárias, oficinas de costura, etc.) e outros movimentos pelo trabalho nos grandes centros.
Estado presente, respondendo (ainda que de forma limitada) às demandas sociais encaradas como dívidas do regime militar.	Estado mínimo. Inicia-se a era FHC que põe fim à era getulista: privatizações de estatais, flexibilização de direitos, ausência de políticas públicas.
Forte atuação das CEBs e Pastorais Sociais, inspiradas pela Teologia da Libertação.	Recuo da Igreja Católica na sua "opção pelos pobres".
Constituição cidadã (1988)	Regulamentação dos Conselhos (Saúde, Tutelar, etc.)
Disputa eleitoral Lula-Collor (1989)	Administrações Populares (experiências de Orçamento Participativo)
Queda do Muro de Berlim e Consenso de Washington (1989)	Aumento do desemprego e do crime organizado
Década de 2000	
Plebiscitos Populares da Dívida Externa (2000) e da ALCA (2002)	
Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2001, 2002, 2003)	
Eleição de Lula 'a Presidência da República (novembro/2002)	

CAPÍTULO II

OS DESAFIOS DA REALIDADE ATUAL

“Tivemos num mundo confuso e confusamente percebido. Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação? De um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são os novos materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade. De outro lado, há, também, referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade. Todos esses, porém são dados de um mundo físico fabricado pelo homem, cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso e confusamente percebido. Explicações mecanicistas são, todavia, insuficientes. É a maneira como, sobre essa base material, se produz a história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de babel em que vive a nossa era globalizada. Quando tudo permite imaginar que se tornou possível a criação de um mundo veraz, o que é imposto aos espíritos é um mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento de todos os contextos para consagrar um discurso único.”
(Santos, 1926-2001).

A urbanização e as cidades

O rápido processo de urbanização ocorrido nos últimos trinta anos, concentrou em torno de 80% da população brasileira nas cidades. Assustadoramente, 40% desta população está situada em nove capitais e respectivas regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Belém, Fortaleza e Curitiba. (Benjamin, 2000). Tal concentração populacional exige dos governos um aporte de recursos num montante tal, capaz de implementar políticas públicas nas áreas de saúde, educação, transporte, saneamento, habitação, lazer, que permitam a essas populações alcançarem um mínimo de dignidade em suas vidas. Esta exigência de aporte de recursos, entretanto, não apenas não é garantida, como o que acontece é exatamente o oposto. O Estado brasileiro desloca grande parte de seu orçamento público para o pagamento das Dívidas Interna e Externa, restringindo ainda

mais o investimento nas áreas sociais. (CNBB/Cáritas *et al.* 1999; Arruda, 1999; Gonçalves e Pomar, 2001).

Paralelamente a isso, os interesses econômicos internacionais sobre as cidades se acirraram. Os projetos de modernização urbana começam a se implantar, atendendo os interesses do capital e ignorando seus moradores pobres completamente¹⁶. Paula, militante na área de reforma urbana desde os anos 70 diz que, no caso de Curitiba, isto já estava posto desde esta década. *Curitiba é a grande antecipação*, diz Paula. *O planejamento estratégico explode no mundo com a internacionalização da economia, porque ele faz parte desse modelo neoliberal, que traz junto consigo a reorganização das cidades para um tipo de gestão empresarial. Esse projeto cria formas de valorização e revalorização do solo urbano, cria elementos atrativos ao capital internacional, implanta altas redes de infra-estrutura de ponta (grandes equipamentos comerciais, culturais, redes de fibras óticas) e as demandas coletivas ficam relegadas. [...] Cria uma cidade moderna, bem equipada, mas altamente excludente. Como Curitiba fez e faz para que o seu 'status' de modelo se mantenha amplamente aceito e espetacular? É usando a mídia e a tal 'engenharia do consenso'. Os trabalhos da Fernanda Sanchez¹⁷ deixam isso muito claro. E os grandes planejadores urbanos se valem da mídia pra fazer todas as reformas urbanas, interessantes aos segmentos privilegiados da população. Se você pegar os estudos mais modernos de planejamento, eles desembocam no planejamento estratégico, com bases empresariais, que tem um viés inteirinho pra construção do 'patriotismo de cidade'. Quer dizer, primeiro usam a tal 'engenharia do consenso' para fazer com que você se orgulhe da sua cidade, segundo você se orgulha de tudo o que a cidade dá e, terceiro, você se sente participe de uma coisa que é decidida por uma elite e que aparece, via mídia e via manipulação do imaginário, como algo que toda a sociedade necessitava, ansiava. Se a mídia é perigosa em outros sentidos, no nosso caso, no caso da cidade, ela é mais perigosa*

¹⁶ Bauman diz que “os escritores das modernas utopias não distinguiram entre a ordem social e a arquitetônica, entre as unidades e divisões sociais ou territoriais: para eles – assim como para seus contemporâneos encarregados da manutenção da ordem social -- a chave para uma sociedade ordeira devia ser procurada na organização do espaço. [...] Sobre esse espaço planejado, territorial-urbanístico-arquitetônico, impôs-se um terceiro espaço *cibernético* do mundo humano com o advento da rede mundial de informática (Bauman, 1999, p. 24)

¹⁷ Fernanda Sánchez García é uma estudiosa do espaço urbano em tempos de neoliberalismo e da mercantilização deste espaço em Curitiba. Paula se refere aqui, mais especificamente, a dois trabalhos da autora: sua dissertação de mestrado – Curitiba imagem e mito: reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica. UFRJ, 1993 e sua tese de doutorado – A reinvenção das cidades para um mercado mundial. USP, 2001.

ainda, porque essas técnicas de “city marketin”, de “engenharia do consenso” e tudo mais, elas são extremamente desmobilizadoras.

A relação com o Estado

Como parte da mesma lógica, o desmantelamento do Estado, fundamentalmente na década de 90, fez prevalecer os interesses privados, praticamente excluindo a esfera de interesses públicos do âmbito dos governos. O Estado, enquanto provedor de serviços voltados à população que vive do trabalho, foi de tal forma satanizado pelo neoliberalismo, que a vida foi transformada num balcão de negócios – tudo se compra, tudo se vende. (Biondi, 1999; Benjamim *et al.*, 1998; Ianni, 1997a). Este quadro disseminou a insegurança e a violência e roubou dos mais jovens as perspectivas de futuro, deixando-os à mercê do crime organizado – “Eu falo muito isso: quando o jovem, o ser humano perde a sensibilidade da dor, do medo, ele não tem mais nada a perder. Isso é muito sério. O Estado está fazendo com que esses meninos percam essa sensibilidade.” (Paganele, 2002, p. 35)

“Esse é o contexto em que se verifica uma crescente e generalizada dissociação entre o Estado e a sociedade civil. Amplos setores da sociedade civil, compreendendo classes e grupos sociais, são alijados, barrados, esquecidos ou desafiados a situar-se e mover-se apenas ou principalmente nos espaços do mercado. Na medida em que o privatismo e o economicismo predominam mais ou menos absolutos não só na economia e finanças mas também na educação, saúde, habitação transporte, relações de trabalho e previdência, fica evidente que grande parte do que se pode denominar de sociedade civil é desafiada a sobreviver, organizar-se e conscientizar-se elaborando novos meios de luta para influenciar ou conquistar o poder. (Ianni, *apud* Ianni, 2000, p. 57)

Esta dissociação entre Estado e Sociedade acabou por esvaziar os próprios canais oficiais de relação entre as duas esferas que são os Conselhos, cujos representantes da sociedade civil nestes canais eram, no princípio, respaldados pelo

Movimento Popular. Um exemplo muito citado pelos militantes entrevistados foram os Conselhos de Saúde, pois quase todos eles, em algum momento de sua militância passaram por tais. Maria, militante antiga na área de saúde em Curitiba, diz o seguinte: *No Fórum Popular de Saúde houve um esvaziamento, quem tá se reunindo são os quadros de direção. O contato com os quadros de base ficou mais esgarçado e eu acho que é uma perda. Eu acho que houve um cansaço do povão. O pessoal que sente os problemas no bairro, que vinha muito nos primeiros anos, não vem mais. Porque a gente estava construindo os Conselhos de Saúde: nós íamos fiscalizar tudo, as Conferências iam traçar as diretrizes do sistema e vinha muita gente dos bairros, onde tinha inserção das Comunidades de Base ou Associações de Moradores, porque saúde é um assunto dentro de vários. Eles vinham e o que é que acontecia: aquelas Conferências acontecem em 90, 94, 96 e a gente voltava a discutir as mesmas coisas e elas não eram aplicadas ou eram à maneira do gestor. Então a gente percebeu um cansaço do pessoal de base porque o Conselho é de fachada, a gente não consegue resolver de fato os problemas ou tem a turma que é cooptada. Gente de associações, onde nunca houve trabalho mais crítico, foi cooptada, porque tem jantar, porque ficam de bem com o secretário ou com a autoridade local. Ou seja, na medida em que não tem respaldo popular, os Conselhos passam a ser meros instrumentos na mão do Estado que ao mesmo tempo se desresponsabiliza pelo atendimento às reivindicações da população. Estas cansadas de baterem à porta da prefeitura sem ter retorno ou de discutir propostas que nunca eram implementadas, acabam se desmobilizando. Forma-se assim um círculo vicioso e os instrumentos conquistados como espaço de consolidação de relações democráticas entre Estado e Movimentos Sociais perdem seu sentido.*

Vera que também militou durante anos no Fórum Popular de Saúde, fala disso, numa outra perspectiva: *Eu acho que essa coisa do Estado Mínimo e bem junto com a crise do Estado, com a crise financeira que a gente tá vivendo, de capital e tal, ela cria o berço pra você poder negar ao movimento social popular os seus direitos. Fica mais difícil pro movimento reivindicar, porque existe um consenso na sociedade, badalado pela mídia, pela rede globo, por tudo, de que o Estado não pode suprir. Que o Estado de Bem-Estar que era aquele que a gente buscava, não é mais viável. Então isso ajuda a enfraquecer o Movimento Popular. Porque por mais que as suas necessidades sejam justas, eu sinto como se existisse um consenso de que não é viável resolver. Então, se eu assumo que não é viável resolver, diminui o meu problema de consciência... não é*

viável, não sou eu que não quero... o Estado não vai dar conta disso. Para os governos, inclusive, a lei de responsabilidade fiscal, virou um bom escudo pra legitimar. Eu vejo muito por aí e acho que, realmente, a gente tá vivendo uma situação de crise. O modelo da previdência, por exemplo, há muito tempo que tá se falando que ele se esgota, porque se esgota mesmo, é matemática a coisa, é aritmética, é menos gente contribuindo, porque é menos gente trabalhando, mais gente vivendo mais, quer dizer, não dá conta disso. Então, são algumas grandes reformas que a gente vai ter que fazer mesmo e que, o medo é que ao fazer essas reformas, prevaleça essa posição de que uma parte da sociedade é descartável mesmo, então deixa os africanos morrerem tudo de AIDS lá porque é melhor, porque é menos gente no mundo, eles não estão no mercado mesmo. Isso é uma coisa muito forte na concepção das elites e dos intelectuais.

Além dessas duas perspectivas sentidas empiricamente pelos militantes, uma terceira se acrescenta e vê no Estado o grande responsável pelas mudanças culturais ocorridas a partir dos anos 90 no Brasil. José, que militou nos anos 80 no Movimento de Luta contra o Desemprego, fala que o país optou pelo privilegiamento da esfera privada em detrimento da pública: *Porque o Estado se retira e abdica de um papel importante na economia, na produção, na sociedade e ele caminha na perspectiva de que o mercado é que vai organizar melhor as coisas, então há uma transferência da importância do público, pro espaço privado. Isso está vinculado a essa lógica toda da globalização, de que o importante é você ser competitivo, de que a competitividade é o critério decisivo pra você crescer. Só que essa categoria da competitividade e da racionalidade econômica correu pra baixo na sociedade e se tornou também um valor cultural. Então essas categorias que servem pro processo produtivo se tornou um valor cultural e, neste sentido, o Estado é responsável, na medida em que foi ele que operou essa grande transferência. O que é a era FHC? Transformação do Estado... uma coisa assim... uma transferência de um Estado que tem esse papel de intervenção, que chama pra si essa função, pra um Estado meramente regulador. É uma ótica privada. Então a grande transformação da era FHC foi isso. Eu diria que ela não impactou apenas aspectos da organização econômica da sociedade brasileira, mas uma outra coisa, difícil de perceber, porque é sutil, mas ela foi responsável também por esta nova cultura que diz que as saídas são individuais... tem que ser competitivo... acho que isso é uma coisa complexa, difícil de ser percebida. [...] Então, na década de 90, esse paradigma maior da globalização, da revolução tecnológica, esse novo conceito da*

competitividade, tudo isso foi impactando. Impacta o Estado, que passa a não ter mais importância, porque o público não tem mais importância, isso tudo existiu na década de 90, a perda da importância da educação pública, da saúde pública. Eu sempre brinco com o pessoal aí.... que eu passo na frente do Colégio..... e tenho a impressão de que estou passando em frente a um presídio... porque o público não tem mais importância... Por que é que se picham as escolas? ... porque o público não é importante. Então acho que essa foi a grande derrota do movimento social na década de 90. Nós perdemos, do ponto de vista do projeto político, ele passou a ser dirigido pela direita, do neoliberalismo, do privado, virou o centro, do ponto de vista econômico, cultural, político. É isso foi a bananas que nós nos metemos. Agora... por isso que a eleição do Lula é importante neste momento, porque ela retoma essa perspectiva, de valores que foram sufocados na década de 90. A vitória do Lula retoma isso. Mas também porque a sociedade, acho que tá percebendo, que esse projeto chegou ao limite, num esgotamento, ele tá criando uma situação social que é crítica do ponto de vista político. Então a elite está disposta a participar do pacto social, da questão da fome que o Lula tá falando... Então acho que agora haverá essa retomada da importância do público.

As novas tecnologias e o trabalho

Outro “valor sufocado” nos anos 90, foi o valor trabalho. A chamada globalização econômica e suas mudanças nos processos produtivos, roubaram dessa massa urbana, as perspectivas de melhoria de condições de vida com base no trabalho, enquanto expressão de dignidade e construtor da vida humana em todas as suas dimensões. Se no campo, o trabalho produtivo podia ser concebido e realizado de forma mais abrangente do que o emprego, na cidade, as formas de produção material da vida, estão praticamente reduzidas a este último. O capitalismo, num primeiro momento, reduziu a noção de trabalho a emprego, expressão da expropriação e concentração dos meios de produção nas mãos de poucos. Num segundo momento, tirou da maioria, até mesmo esta forma exploradora de mais-valia, jogando a maioria da humanidade num vácuo. (Forrester, 1997; Antunes, 2000; Cassen, 1999). Dentro deste cenário macrossocial, a corrida pela sobrevivência, pela satisfação das necessidades básicas ou criadas artificialmente pela ideologia do consumo, têm levado as pessoas a se utilizarem

de meios cada vez mais perversos (às vezes criminosos) e bem pouco solidários. O trabalho criador não apenas têm ficado cada vez menos visível nos objetos consumidos, dada às novas formas de produzi-los (automação flexível, robótica), mas também têm sido cada vez menos experienciado pelas pessoas, dada à precarização das condições destinadas à maioria das populações. “O que dizer de uma forma de sociabilidade que, conforme dados recentes da OIT para o ano de 1999, desemprega ou precariza mais de 1 bilhão de pessoas, *algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha?*” (Antunes, 2000, p. 16).

Se a urbanização e a globalização, nas suas formas excludentes como estão se processando, trazem consequências desastrosas para os povos dos países centrais, não é difícil avaliar a dimensão dessas consequências para os povos dos países periféricos. (Fiori, 1997, 2001a; Sampaio Jr, 1998; Santos, 2000a). No caso do Brasil, tais processos têm um caráter ainda mais pernicioso, dada a natureza da elite brasileira – excludente, predatória, entreguista e autoritária – que, durante toda a nossa história, governou o Brasil de costas para o povo (Sampaio Jr, 1999; Fiori, 2001b; Alencastro, 1998). De fato, é esta natureza da elite brasileira que garante o caráter desumanizador dos processos de urbanização e globalização em nosso país, não permitindo ao povo realizar transformações sociais profundas e abrangentes. A subserviência para fora e o autoritarismo para dentro, com massacres sistemáticos dos movimentos de contestação e resistência, marcam a ferro e fogo a luta de classes no Brasil, desde a chegada dos portugueses até os nossos dias. (Morel, 1979; Arns, 1985; Alves, 1985; Pomar, 1987; Chiavenato, 1988)¹⁸.

Como parte deste processo, a revolução tecnológica resultante do desenvolvimento das forças produtivas – com base na microeletrônica – permitiu, contraditoriamente, um controle ainda maior sobre os processos de trabalho por parte dos detentores dos meios de produção e um conseqüente aumento da alienação dos trabalhadores, levando as relações sociais de produção a um nível de reificação jamais visto na história da humanidade. Cada vez mais, as relações humanas

¹⁸ Toda essa literatura discorre sobre a crueldade com que as elites brasileiras tratam, historicamente, os movimentos sociais: tratamento este que deixa marcas profundas e reflete sobre as novas gerações que, se são herdeiras das lutas, das conquistas e dos sonhos, também o são do pavor e do medo da repressão. Soma-se a esse imaginário, o controle ideológico via indústria cultural, as novas seitas religiosas e o crime organizado na construção do “conformismo” e da desmobilização popular.

cotidianas, são intermediadas por objetos: computadores, televisores, celulares, *bips*, etc. E tais objetos passam a ter *status* de gente, como se tivessem vida própria – é a fetichização (Marx, 1986, 1988). Os objetos circulam impregnados de ideologia, plantando a solidão, deshistorizando o tempo, “controlando mentes e corações” (Santos, 1999a; Boal, 2001; Ianni, 1997b, 2000; Bezerra Jr, 1999; Faria, 2001; Betto, 2000, 2001). “Os sistemas técnicos do presente são utilizados para reduzir o escopo da vida humana. Nunca houve na história sistemas tão propícios a facilitar a vida e a felicidade do homem. Descobrimos os sistemas técnicos mais dóceis e doces que já existiram e os empregamos no sentido da perversidade!” (Santos, 1999b, p. 36). O avanço tecnológico resultante do conhecimento humano, ao invés de diminuir as jornadas de trabalho e torná-las menos desgastante física e mentalmente, empurra homens e mulheres em quantidade cada vez maior para trabalhos degradantes e mal remunerados, chegando ao cúmulo de permitir que atividades criminosas floresçam como alternativa de subsistência para milhares de pessoas, especialmente jovens e crianças.

Pedro, militante do movimento negro e de bairro, exemplifica isso em sua entrevista. *As drogas, o tráfico de drogas na minha região, aumentou que é um absurdo. É uma alternativa de sobrevivência desses adolescentes que não têm perspectivas. Você entra na minha comunidade, você vê grupinhos de adolescentes, eles não tem perspectiva. Em frente à minha casa, toda noite tem lá um grupo de 10 adolescentes, tanto que na campanha pediram pra mim várias vezes se tinha trabalho pra eles. Você entra no colégio lá no bairro, está tudo quebrado, tudo estourado. Por causa disso o colégio se fechou, criou uma muralha enorme agora, pra impedir a entrada dessa meninada. 800 alunos estudam lá à noite, 50 alunos em sala de aula, professor ganhando uma miséria. Estudar tanto pra isso.... pagam 380 reais por 20 hs aula?! É brincadeira, isso é piada! Tanto é que estão se inscrevendo muito poucos professores para dar aula. E vai encarar esses adolescentes?! Então é uma crise que nós estamos, terrível! Crise do capitalismo. Então nós temos que colocar em cheque todo esse processo de globalização, de tecnologia. Não quero dizer que isso não é importante. Isso é importante, mas veio pra quê e pra quem? Acho que é isso que nós tínhamos que estar trabalhando.*

“Como imaginar um pensamento crítico hoje que não seja crítica do fetichismo da mercadoria?” (Schwarz, 1998, p. 18). Além do desemprego estrutural, que também é

uma forma de controle social, outras questões têm sido apontadas como importantes desafios da realidade atual.

“Técnicas publicitárias, as mais sofisticadas, introduzem na vida cotidiana o fabuloso progresso das máquinas e utensílios domésticos, capazes de transformar radicalmente a paisagem da vida cotidiana, seja dos ricos, seja dos pobres. (...) As máquinas adentram também os espaços coletivos (praças, estações de metrô, instituições, empresas, etc.), substituindo os pequenos vendedores de sanduíche, café, cigarro, chocolate, etc. A máquina vende estes e outros produtos, eliminando não só a mão-de-obra humana, mas igualmente muitas das rotineiras relações humanas face a face, de todos os dias.” (Carvalho, 1996, p. 18-19).

Reificação e fetichização fazem parte do mesmo processo, que seduz e amedronta as pessoas e acaba por atá-las numa rede de dependência que as faz sentir-se menor quando não podem ostentar um ou outro objeto, consumir este ou aquele produto, apresentar-se como este ou aquele modelo de homem ou mulher vendido pela mídia. “Vista sob um certo ângulo, a vida cotidiana é em si o espaço modelado (pelo Estado e pela produção capitalista) para erigir o homem em robô: um robô capaz de consumismo dócil e voraz, de eficiência produtiva e que abdicou de sua condição de sujeito, cidadão”. (Carvalho, 1996, p. 19). Daí a importância da compreensão desta realidade – o mundo da vida cotidiana que, segundo Berger e Luckmann “constitui a matéria da ciência empírica da sociologia” (1976, p. 35). O cotidiano constitui-se, assim, também para a Educação Popular, espaço de conflito, produção e reprodução da vida humana, de contradição, de alienação, mas também de possibilidades de desalienação (Heller, 1987).

E isto é assim (relações sociais alienadas) porque o fruto de todo potencial humano construído historicamente é controlado por algumas poucas empresas privadas. Mais assustador ainda, é saber que a propriedade destas empresas está concentrada nos Estados Unidos, país cuja hegemonia se estende sobre o resto do mundo de forma

imperial¹⁹ – seja através da mídia, seja pela dominação econômica, seja pela guerra, fundamentalmente após a queda do Leste Europeu (Batista, 1999; Guimarães, 2001; Ianni, 2002; Petras, 2002).²⁰ “Nenhum tema importante do mundo contemporâneo pode ser entendido fora do marco da hegemonia norte-americana. Esta cruza de tal forma o plano econômico, tecnológico, comercial, financeiro, militar, informativo, midiático, de lazer – entre outros – que o que tentasse ser abordado fora desse marco, provavelmente seria enfocado mal, de forma insuficiente ou provavelmente de forma errada” (Sader, 2001, p.8).

As práticas sociais urbanas

O descenso das lutas populares no Brasil urbano nesta última década precisa ser compreendido dentro deste quadro internacional, que aumentou ainda mais a distância entre pobres e ricos (Oliveira, 2000)²¹ e produziu uma instabilidade social jamais conhecida. “Ao contrário da laboriosamente cultivada mitologia da ordem vigente, as perigosas contradições são *intrínsecas* e não *exteriores* a ela. É por isso que o mundo é hoje – depois da capitulação do antigo ‘inimigo externo’ e da curta celebração triunfalista do ‘fim da guerra fria’ – um lugar muito mais instável do que já foi” (Mézaros, 2002, p. 41). Ou seja: a crise de mobilização porque passa os Movimentos Sociais é parte da própria crise do capitalismo internacional, ou melhor, é parte dos impactos provocados pelo modo de produção capitalista na sua versão neoliberal. Compreender tais questões têm se constituído parte de preocupações de muitas pessoas

¹⁹ Seguindo a concepção de Hardt e Negri, Império aqui não é utilizado apenas como metáfora, mas como conceito, que caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: como uma ordem que suspende a história e determina o estado de coisas existentes; funciona em todos os registros da ordem social, descendo às profundezas do mundo social; e, finalmente, apesar de sua prática banhar-se continuamente em sangue, é sempre dedicada à paz. (Hardt e Negri, 2001: pp. 14 e 15).

²⁰ Além dos textos citados, sobre dominação cultural na América Latina, ver: PETRAS, James. *Ensaio contra a ordem*. São Paulo : Scritta, 1995. “No mundo contemporâneo, Hollywood, a CNN e a Disneylândia são mais influentes que o Vaticano, a Bíblia ou a retórica de relações públicas das personalidades políticas.”, diz Petras, à p. 111. Sobre a guerra, ver a Revista Caros Amigos, ano V, n. 55, outubro 2001, principalmente a entrevista do jornalista Renato Pompeu, p. 18-19.

²¹ “No dia 12 de setembro, o Banco Mundial apresentou o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001 e o ataque à pobreza. Comparando relatórios sobre o mesmo tema em 1980 e 1990 é fácil perceber que nesses anos do neoliberalismo triunfante, piorou a situação da pobreza no mundo, 2,8 bilhões de pessoas (quase metade da população mundial) vivem com renda menor que US\$ 2 diários, dos quais 1,2 bilhão (22% dos habitantes da terra) vive com renda menor que US\$ 1 diário. A América Latina ainda tem 15% da população na pobreza absoluta e, em 10 anos o número de indigentes passou de 63,7 para 78,2 milhões. A desigualdade da distribuição da renda cresceu: a diferença entre os 20 países mais ricos e os 20 países mais pobres duplicou nos últimos 40 anos (renda média 37 vezes maior).” (Oliveira, 2000, p. 1).

que trabalham com ou estudam os movimentos sociais urbanos nesta virada de século no Brasil e no mundo, pois elas se constituem num vasto campo de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento humano.

José, entrevistado já citado anteriormente, diz o seguinte: *do ponto de vista do movimento social, são duas décadas diferentes. A década de 80 era uma década de muita descoberta, de muita novidade, de muita criatividade, de muita ousadia, de muita aposta na formação política, de uma multiplicidade, de uma variedade impressionante, de um debate político muito rico, inclusive, de opiniões. Então, do ponto de vista do partido, o debate era intenso, desde as posições mais ortodoxas até as mais heterodoxas, dentro da igreja também a gente tinha esse debate, na década de 80 tinha esse debate se marxismo e cristianismo era compatível ou não... a revolução na Nicarágua... foi uma década riquíssima... As executivas das pastorais e do partido tinham muita formação, a base tinha formação, tinha muito subsídio, muito material que circulava, muito texto, você estudava muito a história da classe trabalhadora, tinha uma sede de compreender... Então muito vinculado à toda militância muito intensa. A década de 90 acho que foi um refluxo nesse movimento forte que vinha crescendo. As entidades perderam força: as pastorais, os movimentos sociais, o movimento sindical... e neste interim também, a formação perdeu força. A década de 80 foi uma década de avanço, de otimismo, de utopia. A década de 90, de certa forma foi uma década de um certo refluxo, aí eu acho que a reflexão assumiu um outro caráter, mais complexo, você perceber que aquela sociedade que nós achávamos que estava próxima [socialismo], não era bem assim... aí entra toda a conjuntura internacional, a globalização, a sociedade ficou muito mais complexa. A década de 90 foi isso, uma década de reflexão, de tentar entender esse novo momento da conjuntura internacional, como é que os movimentos sociais se posicionam e tal, e perde força também a formação política. Acho que, de certa forma, a queda do Muro de Berlim interferiu também. Eu não teria condições de fazer uma avaliação mais de fundo, até que ponto, até onde. Interferiu no sentido de que você tinha o chamado paradigma socialista.... aquilo que comumente se fala: por mais crítico que se fosse, havia essa outra referência e então quebrou essa outra referência. Junto a isso nós tivemos a derrota do Lula e a agressividade do modelo neoliberal, que entra com muita força. É uma conjunção de fatores. Esse é um, a derrota do Lula, a ascensão do movimento neoliberal e o descenso do movimento*

social. Esse refluxo que houve também internamente na igreja. É uma série de fatores que pesam.

O trecho da entrevista citado acima ilustra o que esse estudo sobre os Movimentos Sociais e a Educação Popular, comparativamente entre os anos 80 e 90, têm apontado – um corte visível entre as duas décadas. E, no caso brasileiro, o ano de 89 é de fato um marco porque a eleição de Collor com a implementação abrupta das políticas neoliberais, vem acompanhada com a dissolução das experiências do socialismo real, mexendo profundamente com a utopia que animava a militância. Mas o fenômeno não é só brasileiro, o que fez com que alguns autores que se dedicaram ao estudo dos Movimentos Sociais em períodos anteriores, voltassem suas atenções nos últimos anos para os processos de desorganização social: “condutas de crise” e “antimovimentos”, conforme explica Scherer-Warren:

“Pode-se, pois, determinar como perspectiva para os anos 90, a necessidade de entender como, nos interstícios da modernização (e, para alguns, às vezes até da pós-modernização) de países latino-americanos, ocorre a desmodernização, a exclusão, a pobreza crescente, a desordem e a escalada da violência organizada. Em outras palavras, o ‘desmovimento’ (seja desmobilização, imobilismo ou antimovimento). (Scherer-Warren, 1993, p. 21).

Obviamente a sociedade não parou. Se a crise dos velhos instrumentos de luta ocorreu, novas formas de resistência foram sendo gestadas no bojo das contradições. No que se refere aos fatores externos da crise, os militantes entrevistados se reportam tanto às suas negatividades, quanta às possibilidades de engendrar novas formas de organização. É novamente José quem diz: *Essa tese de que não houve refluxo, se você olhar numa perspectiva histórica, talvez se chegue a uma conclusão de que de fato não houve, porque é verdade que, se do ponto de vista da luta local, houve um certo arrefecimento, você ganhou esta perspectiva fantástica do movimento internacional. Eu diria que esse é um grande desafio: essa compreensão de que a luta local não está desconectada de uma luta mais ampla, mais global, de que a perspectiva de uma civilização, de um novo mundo, digamos assim, ela tem que considerar esse outro elemento. E eu acho que o movimento social tá muito ainda limitado. Se trabalha pouco essa perspectiva, essa compreensão hoje das lutas globais.*

Na verdade, os anos 80, no caso brasileiro, foram fruto dos movimentos antitadura e, portanto, significaram continuidade dos anos 70, avançando em participação popular. É como se tivessem sido “as luzes” comparativamente à “idade das trevas”, se quisermos fazer uma analogia com o Iluminismo e a Idade Média pois, apesar de uma democratização “capenga”²², via Colégio Eleitoral, esta década, de fato, trouxe conquistas importantes para os trabalhadores. Os bairros ganharam vida: lutava-se por creches, postos de saúde, escolas, transporte coletivo. Construiu-se instrumentos importantes de organização social: a Central Única dos Trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento de Luta pela Moradia, Movimento de Meninos e Meninas de Rua, de Mulheres, de Negros e uma série de outros mais. As eleições de 86 foram marcadas por um processo inédito de politização porque estava-se elegendo o Congresso Constituinte. No campo e na cidade os grupos de base discutiram propostas para a nova Constituição do Brasil que enterraria o terror dos últimos 20 anos e consolidaria direitos e conquistas democráticas (Comparato, 1986). O ano de 89 haveria de coroar tudo isso levando à Presidência da República Federativa do Brasil, um operário torneiro-mecânico. A nova “Carta Magna” haveria de ser aplicada na prática, as reformas de base pelas quais tantos tinham lutado antes de 64 e pelas quais tantos perderam suas vidas, haveriam de ser realizadas. O Brasil veria seu povo em movimento, participando concretamente das definições de prioridades no Orçamento Público e nos Conselhos Deliberativos. Este foi o sonho acalentado por muitos militantes e intelectuais comprometidos com as transformações sociais e que haviam, inclusive, discutido e elaborado coletivamente, o Projeto Democrático Popular. (Pomar, 1990; Bittar, 1992).

²² A mudança do regime militar (64-84) para a democracia representativa no Brasil, materializada na Nova República, mais uma vez obedeceu à tradição brasileira de “transição pelo alto”, que significa mudar para manter a ordem vigente. “O Brasil constitui, pelo menos até aqui, o caso infeliz de um país que não fez, nunca, nem uma revolução verdadeira nem uma democracia verdadeira. Se é assim, não poderíamos entender como normais as dificuldades que enfrentamos ao discutir sobre temas como democracia e revolução?” (Weffort, 1984, p. 23). Na mesma perspectiva do “mudar para manter” diz José Álvaro Moisés: “A história só se repete como farsa, ensinaram-nos há mais de cem anos. Mas, no Brasil, o destino resolveu pregar-nos uma peça. É como se a repetição, até a exaustão, da dolorosa experiência da tragédia tivesse sido programada para, só assim, nos conformar como Nação. (Moisés, 1986, p. 117). Uma visão diferente desta, que destaca mais as mudanças que as permanências deste período, pode ser lida no prefácio de Fernando Henrique Cardoso do livro de Sorj e Almeida (1984, p. 10): “Existem momentos nos quais, quase à revelia da consciência, o pensamento social registra uma mutação. Parece que isto ocorreu no Brasil. De repente, depois de anos de crítica ao autoritarismo, à exclusão social e à exploração econômica da maioria da população, os textos dos cientistas sociais começam a falar do *novo*”.

Entretanto, mais uma vez a história, se não estava se repetindo como farsa, nos pregaria uma peça. A elite já havia acordado do susto do primeiro turno e armado a “arapuca” para o segundo. “A eleição é um longo e doloroso aprendizado, aprendizado para a democracia, caminho também, nessa nossa América invertebrada, para o purgatório. Houve também casos em que ela levou ao inferno” (Faoro, *apud* Pomar, 1990, p. 11).

Certamente, o refluxo das lutas populares que se instalou no Brasil urbano a partir da década seguinte, não foi apenas resultado da derrota do Projeto Democrático Popular. Como foi visto, contraditoriamente, o ano de 89 traria também nas suas entranhas a desesperança, o desemprego, a falta de perspectivas, a banalização da violência, o fim das utopias e a mercantilização da vida, cujos símbolos são dois acontecimentos históricos de alcance internacional - a queda do Muro de Berlim e o consenso de Washington – cujo significado se expressa na expansão da hegemonia norte-americana no mundo (Guimarães, 2001; Batista, 1999) já abordada anteriormente.

Mesmo as mobilizações sociais que voltaram a ocorrer no final dos anos 90, já citadas na introdução deste trabalho, tiveram um caráter muito pontual. “Cumpre destacar que parte das ações que têm mobilizado grandes coletivos de pessoas, nos anos 90, surge antes de um chamamento à consciência individual do que à consciência coletiva. (...) Outra diferença usualmente observada nas ações coletivas dos anos 90 é que se apresentam mais como “Campanhas” do que como movimentos sociais.” (Gohn, 1997, p. 306).

Por conta disso, tem-se feito muitas perguntas e buscado refletir sobre elas nesta pesquisa e, não é possível, racionalmente, atribuir à esta situação explicações rápidas, tais como: inconsistência ideológica da militância, adesão ao reformismo, etc., pois nosso estudo mostrou que o problema é muito mais profundo, atingindo subjetivamente a sociedade como um todo. Enquanto a ciência avança vertiginosamente, as pessoas estão sofrendo e buscando saídas individuais para seus sofrimentos, sem acesso aos frutos resultantes do conhecimento humano, que se distribuídos igualitariamente, poderiam redimi-las de seus sofrimentos. Ao mesmo tempo em que o consumo parece ter-se constituído o limite dos sonhos. Por quê?

“Como parte da atomização dos interesses – fruto da ampliação das necessidades neste final de século – a sociedade entra em processos de individuação muito fortes, em que esses interesses começam a ser representados de forma muito diferenciada: alguns autores até assinalam a existência de uma reorganização por necessidades de consumo. Ao se tornar mais aberta a sociedade e ao se ter maiores possibilidades de informação, inicia-se um processo de enfraquecimento das lealdades pessoais, produzindo-se um movimento em direção ao massivo. Predomina, então, a perda das identidades coletivas que se fragmentam e buscam outra representatividade. Em se tratando do exercício da política, o modo como a imagem e os meios de comunicação entram no jogo, transfere a força das propostas do candidato à imagem que ele tenta passar e não a seus programas, produzindo, uma espécie de ‘política-espetáculo’”. (Mejía, 1994, p. 64-65).

A eleição de Lula

Estaria a eleição de Lula, em 2002, caracterizada dentro destes quadros traçados por Gohn e Mejía? O que dizem os militantes entrevistados sobre isso? A maioria deles a considera fruto do saldo educativo dos Movimentos Sociais nas últimas décadas, como se tivesse se criado um “caldo cultural”, mas percebem que é diferente de 89. Não a sentem como uma ação coletiva, mas fruto de decisões individualizadas, o que não atestaria um avanço na consciência política, necessária para sustentar tomadas de decisões mais radicais. A militância vive portanto, ainda, um momento de perplexidade, uma espécie de alegria misturada com apreensão. E não conseguem vislumbrar ainda, como se inserir no processo de maneira a garantir que o Governo Lula dê certo, o que significa dar passos concretos na resolução dos problemas históricos vividos pelo povo.

Carlos, militante das CEBs e do Movimento de Bairro em Curitiba, desde a década de 70, diz o seguinte: *É claro que teve muita gente que se perdeu, mas foi uma conquista este Movimento Popular nosso no Brasil, entende? Hoje todo mundo respeita o PT, do jeito que o PT é, porque o PT inclusive, representa, sem querer ser necessariamente uma correia de transmissão, mas representa a luta sindical e a luta popular no Brasil E aí você pode por o Sem Terra, a CUT, a CMP. A própria história*

das Associações de Moradores, do Movimento Popular cheira PT no Brasil todo. Então, acho que não tem outro lugar no mundo que tem isso. Então com toda a deficiência, eu acho que cada coisa tem o seu tempo. Teologicamente, a gente fala outra coisa também. Tu sabes que tem a história do Kairós... por exemplo, Jesus nasceu numa época propícia, alguma coisa aconteceu naquela época, juntou fatores ideológicos, políticos, sociais, econômicos e o escambo, que houve a possibilidade de nascer uma figura como Jesus... então isso é o Kairós, um momento oportuno de alguma coisa muito diferente acontecer. Então acho que a década de 70-80 foi um Kairós, foi um momento mágico, bonito, vivo que se fez uma revolução, talvez sem a gente perceber, e que agora nós estamos colhendo o fruto. E nem sempre a coisa vai ser igual, não necessariamente a década de 2000 tenha que ser igual, talvez ela vá ser de qualidade diferente, vai ser num ritmo diferente, nós temos que saber valorizar e saber qual é o específico desse momento.

Vera, militante da Ação Popular nos anos 60-70, e que se integrou depois no Movimento de Bairro, Saúde, Reforma Urbana coloca uma preocupação com esta característica mais individualista do voto no Lula, apesar de reconhecer um avanço na consciência popular: *Eu acho que sobra de tudo isso um caldo... que a gente não consegue por a mão e apalpar... que significa esse caldo de cultura que você acaba gerando, que eleva pra um patamar diferente de cidadania, de visão... Por mais que o cara esteja acomodado, não esteja participando, mas ele hoje tem mais noção dos seus direitos do que tinha no tempo do fiscal que ia lá pra não deixar o cara trocar a telha. Hoje você se sente mais indignado com as coisas, protesta e briga, mesmo que seja individualmente. Então eu acho que existe um patamar de cidadania muito mais avançado hoje. Então, isso eu acho que é um legado de todo esse processo. Não só dos movimentos em si, de cada movimento, mas do próprio processo que a sociedade viveu. Você é sensibilizado pelo filme que você viu, é geral a coisa, pela peça de teatro, pelo livro que você leu, pelo programa de televisão, pelo debate que você assistiu, pela discussão política da campanha eleitoral... É no bojo de tudo isso junto que cresce esse caldo, que eu acho que é uma coisa positiva. É quando eu digo assim: está sendo gestada alguma coisa neste caldo, que eu espero que seja positivo e que represente um novo acúmulo pra frente. Mas nós temos que achar uma saída. A eleição do Lula agora me parece um fato novo, que pode ser ou pode dar com os burros n'água e o medo é grande, neste sentido, porque o nível de decepção que vai dar na população, é maior*

ainda, você vai pra um degrau mais abaixo, porque daí, realmente, não dá pra acreditar em nada. [...] Você percebe uma mudança na população como um todo, num posicionamento dela, por exemplo, em votar no Lula agora. Isso que eu digo que é um patamar mais avançado. Mas é individual, é um posicionamento de cada um, ele não é mais aquela coisa do grupo, que refletiu junto, do coletivo, que pensou, que resolveu tomar posição. Eu me lembro que na escola de Serviço Social, a gente fazia uma assembléia pra todos os alunos decidirem juntos se iam ou não à passeata. E daí íamos em caravana. Quer dizer, não era uma decisão que eu tomava individualmente. Hoje não, é muito individual, é num patamar mais avançado, mas é individual. Então isso assusta porque, realmente, pra chegar a coisa lá embaixo, ela não vai acontecer porque se criou uma lei, ou se elaborou um programa a nível federal. E eu não sei até que ponto, que os nossos companheiros que estão no governo federal hoje, tem a experiência que eu acho que o trabalhar no município te dá. Porque você vê o que é concreto.

A própria eleição de Lula faz parte das contradições do mundo atual. Parece ser a negação da negação, ou seja, o não de um povo cansado de ver seus direitos negados, ainda que isso se expresse de maneira confusa. E que vê, todas as instituições recuarem, os espaços públicos se fecharem, enquanto se escancaram ofertas e apelos a um nível de consumo ao qual ele não tem acesso. Um povo abandonado.

A religiosidade e a subjetividade

Neste sentido, um outro elemento fundamental a se considerar na análise das práticas sociais no Brasil e na América Latina é a religiosidade popular. “Os movimentos populares que se destacaram e se tornaram conhecidos internacionalmente foram os que estavam sob o manto protetor da igreja católica em sua ala progressista, da Teologia da Libertação.” (Gohn, 1997, p. 229). Com certeza, a retirada da igreja do meio popular foi um dos fatores influentes na crise dos movimentos sociais e as mudanças ocorridas nos anos 90. As práticas de economia solidária foram uma das saídas encontradas. “Com isto o plano das demandas e pressões passou para segundo lugar e o das atividades produtivas ganhou centralidade.” (Gohn, 1997, p. 230).

Mas, apesar do recuo institucional da igreja católica no que se refere ao compromisso social junto ao povo pobre a partir da base da sociedade, a Teologia da

Libertação continua a impulsionar uma série de ações importantes, num momento em que os próprios movimentos sociais entram em crise. As Campanhas da Fraternidade têm colocado em debate temas fundamentais para a libertação dos povos. A CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) tem pautado na agenda nacional o debate sobre as Dívidas Externa e Interna, a soberania do país, a exclusão social, a questão dos povos negro e indígena e, em 2002, o significado da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) para os países americanos pobres.

Ainda que já não tenham mais o mesmo peso de 20-30 anos, uma boa parte das práticas sociais desenvolvidas hoje nas periferias, são executadas por Pastorais Sociais e CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) que ainda resistem, seja ao recuo da própria Igreja enquanto instituição, seja à avalanche das políticas neoliberais e suas drásticas consequências, especialmente aquelas relativas ao problema do desemprego. Mesmo as atividades do 1º de Maio, alternativas aos “bingões” da Força Sindical, têm sido organizadas, fundamentalmente, pelas CEBs e pastorais. Não seria errado afirmar que grande parte da força do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), no enfrentamento durante as ocupações e manifestações com os jagunços e policiais, vem da fé que os anima. (Poker, 1997).

Entretanto, a importância da religião na América Latina não reside tão somente naquela dimensão libertadora, senão também naquela denominada por Martín-Baró como a “religião da ordem” (1987, p. 232). A utilização da religião como opressora ou libertadora se assenta numa característica da própria cultura popular, fundamentalmente centrada na simbologia religiosa e na herança de um passado colonial que transformou a religião em sinônimo de esperança (Gohn, 1997). E por isso também floresce as influências da religião domesticadora, cujos dois exemplos, no caso brasileiro, são os fenômenos Padre Marcelo e Igreja Universal do Reino de Deus, que disputam as populações periféricas (abandonadas pelo Estado e suas instituições) com o crime organizado. Doimo (1997) dá exemplos contundentes sobre o investimento deste e daquela na eleição de vereadores, deputados e prefeitos. Este é um dado da realidade atual que deve integrar os estudos psicossociológicos no Brasil e na América Latina neste início de século. “La religión es por tanto uno de los elementos clave para entender no sólo la psicología de los pueblos latinoamericanos, sino, más en particular, el ámbito de lo político y de la política latinoamericana”. (Martín-Baró, 1987a, p. 231).

A maioria dos militantes entrevistados tiveram, na base de suas inserções militantes, um impulso do humanismo cristão, mesmo aqueles que posteriormente fizeram uma opção mais materialista de vida. O que demonstra a veracidade da afirmação de Martín-Baró. A religião aparece, portanto, como utopia ou fuga para as pessoas, é um elemento da subjetividade humana e, por isso mesmo é utilizada tanto na perspectiva da libertação, quanto da dominação.

José, militante que iniciou sua inserção no Movimento Social via Teologia da Libertação diz que a cultura da competitividade, do individualismo, de não apostar-se mais em saídas coletivas, atingiu inclusive essa dimensão: *Você vê manifestações disso inclusive no mundo pastoral, no mundo da religião. A renovação carismática e a igreja universal do reino de Deus, elas crescem exatamente de forma impressionante, na década de 90. Elas crescem vinculadas a essa tese de que a saída é individual. Eu diria assim que a igreja universal do reino de Deus, do ponto de vista pragmático, é a manifestação do neoliberalismo no mundo religioso. A saída tá no indivíduo. Não só isso, mas todo o crescimento do esoterismo, as novas crenças, novas manifestações religiosas. Essa coisa do culto ao corpo, do culto ao lazer, tudo muito voltado pra vida privada. Então aquelas teses da década de 80, de que a saída é coletiva, que tem que ser solidário, a solidariedade... ela perdeu força. O negócio agora é a saída individual: você tem que estudar, tem que se formar, tem que se aperfeiçoar. Não são coisas explícitas, são coisas muito sutis, colocadas no nível da subjetividade, mas coisas muito fortes. O movimento sindical, as pastorais sofrem esse refluxo. Também porque eu acho que nós, os Movimentos Sociais, a formação política que se dava no Movimento Social, no partido, nas pastorais, era uma formação que não levava em consideração esse elemento da subjetividade. Nós nunca soubemos trabalhar com isso.*

Lia, que iniciou sua participação política através do Movimento de Jovens Cristãos, diz que *o Estado não investe em políticas públicas. Você luta, luta, luta e não consegue nada. O pessoal sente isso e cai no marasmo, acha que cada um tem que se virar como pode. Quem pode fazer plano de saúde faz, quem não pode se sujeita ao postinho, morre na fila, mas...vai fazer o que? Pensa que a vida é assim mesmo, foi Deus quem quis. Ai entra esse monte de igrejas que vão sustentar isso: olha o ser humano está na terra, mas Deus está no céu, esperando por ele quando morrer! É toda uma somatória de coisas. Não é à toa que as igrejas crescem e o padre Marcelo diz amém a tudo isso. Mas Lia acredita na religião como um instrumento de libertação*

também: *Eu acho que as Associações de Moradores não trazem nada de novo, não são referências de mudança. Hoje, o que se coloca de mudança é a participação da igreja e isso é fundamental. Eu vejo que os militantes que se mantêm, são aqueles que tiveram uma relação ou que ainda mantêm uma relação muito próxima com a igreja. Por mais que a igreja instituição não permaneça, mas os militantes são aqueles mais engajados, mais conscientes, mais críticos, mais ideologicamente consistentes*²³. *Eles fazem por amor, fazem por acreditar, entende? Seja no reino de Deus, seja em Deus, seja o que for, mas existe uma crença... é diferente do que simplesmente o poder pelo poder. Não existe tanta disputa, não se envolve tanto nas futriquinhas, porque existe um projeto maior. [...] O próprio Movimento Sem Terra tem uma participação muito grande da igreja. Não só influência na formação do MST, na constituição dele, mas hoje inclusive... eles fazem questão de manter uma relação muito próxima com a igreja em todas as áreas onde eles estão, porque sabem que ali é importante. É interessante, por exemplo, pastores evangélicos, que participaram na campanha do Vanhoni e agora na campanha do Lula, têm um desejo bastante profundo de organizar os núcleos dos evangélicos dentro do PT. Porque na campanha do Lula, principalmente, o que eu descobri de evangélicos foi uma coisa impressionante. Existe a possibilidade de a gente extrapolar a igreja católica, levando alguma coisa diferente também para outras igrejas. Não todas é claro, também não adianta se iludir que nós vamos fazer revolução dentro das igrejas pentecostais, não é isso, mas é uma formiguinha... Da mesma forma como eles trouxeram a acomodação dentro do sistema que tai, defendendo (política pra eles era simplesmente pra manutenção da estrutura da igreja deles, os benefícios próprios financeiros) a gente pode ir semeando coisas diferentes lá dentro, inclusive dentro da própria teologia da libertação. Já pensou as igrejas evangélicas pensando dentro da teologia da libertação?! Porque eles estudam teologia também, não estudam? Porque não a teologia da libertação? Nesta entrevista, está muito presente a idéia de “ir aonde o povo está”. Todo espaço é visto como espaço educativo e se o povo está nas igrejas, lá é um espaço onde deve-se fazer a educação política. Esta é a idéia de*

²³ Num sentido oposto a este, uma outra militante entrevista se pergunta: *Por quais lutas concretas passaram os militantes das CEBs?* (referindo-se, em contraposição, aos militantes formados no pré-64 e que tiveram que enfrentar a ditadura). Ao mesmo tempo ela reconhece um valor no “povo da igreja” porque não exclui nenhum oprimido do que se considera ser o “sujeito revolucionário por excelência”, ao contrário daquela esquerda do pré-64 que centra esta responsabilidade no operariado urbano, seguindo a teoria revolucionária do século XIX.

Lia e não apenas um lugar de buscar votos, não é apenas a busca do poder pelo poder como ela mesma disse.

Finalmente, uma questão ligada ainda à religiosidade que é destacada por alguns militantes não cristãos entrevistados, é de que “o povo da igreja” trabalha melhor as questões da subjetividade, da emoção, das coisas que dizem respeito ao indivíduo (ainda que se destaque um certo conservadorismo no que diz respeito à questões relativas à sexualidade). Coisas com as quais a esquerda tem muita dificuldade de trabalhar, conforme apontam várias entrevistas e que foram deixadas de lado nas experiências socialistas no mundo, relacionadas à família, às relações cotidianas, aos sentimentos. “O velho Marx já tinha consciência desse risco quando alertava para as limitações das organizações socialistas secretas que o precederam, observando que elas escorregavam para certa intolerância ascética, certa rigidez ‘espartana’, de modo que não conseguiam crescer e fracassavam politicamente na ação política” (Konder, 2001, p. 13). Mas a preocupação com as pessoas e seus sentimentos, não pode ser visto apenas como parte de um programa partidário ou como uma questão tática para a construção da classe. Ela deve ser vista sim, como objetivo que é perseguido junto com as transformações sociais. Novas estruturas e novas pessoas devem ser formadas se a perspectiva da luta social for a construção da humanidade. E, portanto, todas as dimensões da vida devem ser levadas em conta. “A partir das críticas feitas aos efeitos negativos das megaestruturas e das coações de sujeitos coletivos, de cunho autoritário e despersonalizante, sobre os indivíduos, vem sendo desenvolvida uma revalorização de aspectos dos sujeitos individuais – anseios, desejos, paixões, sentimentos, sexo, inconsciente –, que foram minimizados/abandonados no privilegiamento dado às determinações estruturais e coletivas.” (Wanderley, 1992, p. 143).

CAPÍTULO III

A CONSTRUÇÃO HUMANA NO MUNDO GLOBALIZADO

“Sem dúvida, ninguém pode buscar na exclusividade, individualmente. Esta busca solitária poderia traduzir-se em um ter mais, que é uma forma de ser menos. Esta busca deve ser feita com outros seres que também procuram ser mais e em comunhão com outras consciências, caso contrário se faria de umas consciências, objetos de outras. Seria “coisificar” as consciências (...) O homem não é uma ilha. É comunicação. Logo, há uma estreita relação entre comunhão e busca”. (Freire, 1921-1997).

Tomando-se como ponto de partida a afirmação marxiana de que é a existência – a vida real dos homens – que determina a consciência (Marx, 1986) – interpretação de uma época, conhecimento, representação simbólica, disposição de lutar contra qualquer forma de opressão, é preciso então entender a existência – vida cotidiana, desenvolvimento das forças produtivas, idéias, formas de luta, dentro da qual homens e mulheres produzem suas vidas e como eles e elas reagem a tais determinações. O que a sociedade tem ofertado, nos últimos vinte anos, em termos de conhecimento, valores, exemplos de homens e mulheres que orientem os indivíduos na busca de seu autodesenvolvimento e do desenvolvimento da sociedade? Como as pessoas têm interpretado o mundo em que vivem; o que têm se colocado como objetivo no processo de produção de suas vidas; quais são seus sonhos, projetos, perspectivas e possibilidades concretas de realização?

Entre os postulados da psicologia social comunitária latino-americana, um adquire fundamental importância na análise destas questões: o reconhecimento do caráter ativo dos seres humanos, isto é, “como o homem se insere neste processo histórico, não apenas em como ele é determinado mas, principalmente, como ele se torna agente da história, ou seja, como ele pode transformar a sociedade em que vive.” (Lane, 1981, p. 10). Há situações sociais variadas, experienciadas cotidianamente, que nos podem tornar mais determinados ou mais livres, dependendo de elas colocarem ou não em risco a manutenção da sociedade (Lane, 1981). Tais situações históricas permitem ou obstaculizam o homem avançar no sentido de sua plena humanização,

ainda que nunca inexoravelmente. Daí a importância de se criar alternativas de participação coletiva.

“Desenvolver relações sociais que se efetivem através da comunicação e cooperação entre pessoas, relações onde não haja dominação de uns sobre outros, por meio de procedimentos educativos e, basicamente, preventivos, se tornou o objetivo central de atividades comunitárias (...) O caráter educativo decorre da reflexão que é feita sobre o porquê das necessidades, de como as atividades vêm sendo realizadas, ou seja, como as ações se encadeiam e que resultados são obtidos, tornando possível a todas as pessoas envolvidas recuperarem, através do pensamento e ação, da comunicação e cooperação entre elas, as suas histórias individuais e social, e consequentemente, desenvolverem a consciência de si mesmas e de suas relações historicamente determinadas.” (Lane, 1981, p. 68)

As idéias de Sílvia Lane se aproximam das de Paulo Freire propostas na “teoria da ação dialógica e suas características: a co-laboração, a união, a organização e a síntese cultural” (Freire, 1987, p. 165), ambas formas de desvelamento da realidade e de construção da solidariedade.

“Não há, portanto, na teoria dialógica da ação, um sujeito que domina pela conquista e um objeto dominado. Em lugar disto, há sujeitos que se encontram para a *pronúncia* do mundo, para a sua transformação. Se as massas populares dominadas, por todas as considerações já feitas, se acham incapazes, num certo momento histórico, de atender à sua vocação de ser sujeito, será pela problematização de sua própria opressão, *que implica sempre uma forma qualquer de ação*, que elas poderão fazê-lo. (...) A co-laboração, como característica da ação dialógica, que não pode dar-se a não ser entre sujeitos, ainda que tenham níveis distintos de função, portanto, de responsabilidade, somente pode realizar-se na comunicação. O diálogo, que é sempre comunicação, funda a co-laboração”. (Freire, 1987, p. 166)

Lane e Freire apontam assim, através da educação democrática e a vivência comunitária possibilidades de suspensão temporária da alienação cotidiana e, portanto,

vias de acesso à construção da individualidade ou de desenvolvimento humano genérico.

A Educação Popular (para além da educação como socialização), assim como a vivência comunitária (para além da vivência familiar) são formas de objetivação que não se restringem à reprodução do particular ou a seu ambiente imediato, mas transcendem o cotidiano, ainda que ele seja o ponto de partida. Problematisa-o e o coloca como desafio a ser superado pela ação, naquilo que ele tem de desumanizador. “Todas las objetivaciones que no se refieren al particular o a su ambiente inmediato, trascienden lo cotidiano” (Heller, 1987, p. 25). Essa transcendência, entretanto, envolve riscos; daí o “medo da liberdade” de que fala Paulo Freire (1987, p. 33). “A libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressor-oprimidos, que é a libertação de todos” (Freire, 1987, p. 35). O “parto” é, portanto, o momento em que o homem não apenas se vê como parte do gênero humano, mas descobre-se como co-responsável pela construção da solidariedade humana, enquanto se reconhece em todas as conquistas da humanidade. O homem novo, então, nasce no momento em que a história de sua individualidade se encontra com a história da humanidade. “Portanto, caberia à psicologia social recuperar o indivíduo na intersecção de sua história com a história da sociedade – apenas este conhecimento nos permitiria compreender o homem enquanto produtor da história” (Lane, 1997, p. 13). Isto significa estudar “o comportamento de indivíduos no que ele é influenciado socialmente” (Lane, 1981, p. 8). Esta compreensão é fundamental para qualquer processo educativo, tanto mais o é para uma educação que se quer libertadora.

Militância e Humanização

A presente pesquisa procurou conhecer os militantes entrevistados nesta intersecção de suas histórias de vida com a história da sociedade, conforme propõe Lane, pois entende-se a militância como uma das possibilidades de humanização, na medida em que ela representa um serviço ao outro, ao coletivo. Um militante, em essência, deve ser uma pessoa solidária, ainda que nem sempre isso ocorra pois, como ser humano, ele carrega os vícios e contradições da sociedade onde vive. E isso aparece como crítica e auto-crítica nas entrevistas realizadas. Maria, militante do movimento de

mulheres, diz que se tem que estar sempre fazendo a crítica, seja em nível das grandes estruturas, quanto dos espaços de convivência como grupos, família, movimentos sociais, partido e que é preciso estar-se preparado para esta crítica. Para ela, o núcleo do autoritarismo, são as relações familiares e as relações cotidianas: *Essas coisas [ser solidário] só funcionam quando você está no time perdedor; quando você está no refluxo você consegue ser acolhedora, mas quando você está lá na frente, puxando o movimento, volta à tona o modelo de mando. Porque é muito forte o modelo do individualismo, a relação onde você vale aquilo que mostra. E quando você tá por baixo, tá com problemas, nada melhor do que se afirmar em cima do que está do lado. Ai você é poderoso, você é sabido, você tem título, você manda, você grita. [...] De qualquer forma, o fato de a pessoa ter uma militância, pra mim, mostra que ela já fez uma ponte, há indícios de solidariedade, de se preocupar com o social, com o coletivo. [...] Agora, tem que ter coerência entre o que faz e o que diz. Eu não posso aceitar que um militante de esquerda, que milita em nome do coletivo, da fraternidade, da igualdade desrespeite alguém por ser negro, baixinho, gordo, mulher porque todo ser humano tem algo que o dignifica e eu não posso desrespeitá-lo (pode ser meu filho, meu irmão ou outro qualquer). Quando você milita nesse sentido da dignidade do ser humano, com certeza isto já o eleva, eticamente, a um patamar mais civilizado, mais humano [...]. A transformação pessoal é fundamental, embora a gente nunca esteja pronta, sempre será uma pessoa imperfeita, cheia de falhas. [...] Por que é que tantos pararam de militar? Não pode ser simplesmente porque enxergou defeitos, porque a gente tem que ser capaz de enxergar os defeitos, mas continuar fazendo o processo educativo.*

Mas, se a militância pode ser uma via de acesso à genericidade humana, o que está posto na sociedade em determinados momentos que leva alguns à busca da participação e outros não? Durante a entrevista, a própria Maria se pergunta: *Como é que uma pessoa chega a querer militar?* E ela mesma responde: *Eu acho que cada um tem um caminho e sempre vai ter quem se sensibiliza pra luta coletiva e quem não se sensibiliza. E não quer dizer que essas pessoas sejam, necessariamente, da classe dominante, ou que elas sejam do contra. Será que tem alguma característica particular, psicológica, tipo de educação? É igual ter dom para tocar um instrumento? Eu não sei. O que eu acho é que tem que ter alguma coisa como disparador. Você tem que estar exposta à algumas questões, mas uns se apaixonarão e outros não. Pra você descobrir*

esses talentos pro coletivo, precisa constantemente estar semeando, estar pintando coisas, ter gente agenciando essas coisas.

Se fizermos uma retrospectiva histórica, vamos ver que na década de 50-60, por exemplo, havia muita “semeadura”, muitos “disparadores”, muitos grupos de teatro, educação, cultura popular, onde as pessoas que, num primeiro momento, não haviam despertado pra política ou não quisessem dedicar-se à ela mais diretamente, podiam se engajar e exercitar seu “talento pro coletivo”. Na década de 70-80, as CEBs eram muito presentes e uma diversidade de outros grupos locais se reunindo nos bairros, que eram portas de entrada para o exercício democrático e, conseqüentemente vias de acesso à humanização. Na ausência desses grupos, “disparadores” com conteúdos menos nobres se instalam, como é o caso das gangues e organizações do crime. Ou, na melhor das hipóteses, com conteúdos conservadores, como é o caso das seitas religiosas. Agora, os grupos não se bastam a si mesmos. É necessário uma relação com um projeto maior, uma articulação mais abrangente. E, é óbvio, um interlocutor, seja na condição de aliado ou de oposição, papel que até os anos 80 era assumido pelo Estado.

Mas, qual a importância desses grupos na formação psicossocial das pessoas? Como, concretamente, se dá a influência social sobre os indivíduos? E qual a importância disso para a Educação Popular e os Movimentos Sociais?

Socialização e Ideologia

Ao nascer, o homem já encontra o mundo organizado de um determinado modo. Num primeiro momento, o mundo para ele é a família. A medida que o tempo passa, o homem vai experienciando outros mundos: a escola, a igreja, a turma de amigos, o local de trabalho. Todos esses mundos carregam valores e formas de agir socialmente aceitas. O homem vai aprendendo a lidar com os objetos e se relacionar com outros homens, com os quais ele convive, direta ou indiretamente.

Segundo Martín-Baró, são três os níveis de referência social a partir das quais o homem se constrói psicossocialmente: as relações primárias, as relações funcionais e as relações estruturais. Em última instância, esta última, determina as outras duas, pois divide a sociedade em classes sociais. “La clase social constituye así el nivel de determinación más básico, aunque no por ello el más inmediato, mientras que la familia

es ciertamente el nivel de determinación más inmediato, aunque no necesariamente el más fundamental.” (Martín-Baró, 1995, p. 77).

A socialização assim, que num primeiro momento é feita pela família, já está carregada dos valores, costumes, crenças que veiculam as relações sociais mais amplas. Afinal, a família não é uma ilha. Ela é também produto e produtora da sociedade. Nesta “tensão dialética” o homem vai construindo suas representações do mundo e vai agindo sobre ele; vai se tornando um ser social, uma pessoa humana. Ele se vê separado (individuado) do mundo e dos outros, com os quais se relaciona. “Cuando sucede eso podemos decir que un ser social incorporó (interiorizó) a sí mismo *su estructura social*, estructura que él pasa a vivir a través de un modo de participación en la sociedad.” (Barreiro, 1985, p. 114-115).

O processo através do qual o homem interioriza a ordem social vigente é chamado internalização. Agora, nem tudo o que é internalizado é, de fato, o real. Na verdade, o homem internaliza aquilo que está disponível à apreensão. “De esa manera los límites de la conciencia son los límites del conocimiento social existente y distribuido.” (Barreiro, 1985 p. 116). A sociedade disponibiliza aquilo que a legitima; portanto, o conhecimento internalizado nem sempre permite ao homem compreender o mundo tal qual ele é, em sua totalidade, mas de forma fragmentada.

Assim como o trabalho, numa sociedade de classes, o saber também é dividido socialmente, de acordo com a posição que os homens ocupam nas estruturas sociais. Consequentemente a sociedade determina o comportamento humano, uma vez que ela também estabelece as relações sociais. “Los controles que el orden social establece sobre sus participantes – institucionalizaciones, instituciones establecidas y legitimaciones – están distribuidos por un incontable conjunto de maneras de ‘realizar’ comportamientos y participaciones de personas y grupos en sectores de la sociedad.” (Barreiro, 1985, p. 121).

Mas, se a própria sociedade é fruto da construção humana, o conhecimento disponibilizado e que age como legitimador das estruturas também o é. Ele assume a forma de ideologia porque representa os interesses de uma classe que se torna hegemônica, dentro de um jogo de interesses conflitantes. As ideologias, instituições, formas de organização social vão se cristalizando de geração à geração e tornando cada vez mais distantes no tempo, os motivos que lhes deram origem. E, como tal, vão se naturalizando. Daí a importância de se ter sempre presente os três momentos dialéticos

de construção da realidade social: a exteriorização, a objetivação e a internalização (Berger e Luckmann, 1976). Práticas sociais transformadoras podem contribuir com este desvelamento da realidade, com este resgate histórico às novas gerações, porque “o significado original das instituições é inacessível a eles em termos de memória. Torna-se, por conseguinte, necessário interpretar para eles este significado em várias fórmulas legitimadoras. Estas terão que ser consistentes e amplas no que se refere à ordem institucional, a fim de levarem a convicção à nova geração.” (Berger e Luckmann, 1976, p. 88). Sem esta interpretação histórica, abrangente, consistente, a sociedade aparece reificada, mágica e não como fruto da produção humana.

Um exemplo concreto, no caso do Movimento Popular em Curitiba, é a região do Xapinhal, fruto de uma grande ocupação urbana em 1988. Hoje é uma região totalmente urbanizada, com vários serviços à população (postos de saúde, escolas, transporte acessível). Quantas crianças e adolescentes que moram na região conhecem a história da ocupação? Provavelmente a maioria pense que tudo que existe organizado lá, foi uma iniciativa da prefeitura. Se seus pais e avós não lhes contarem o que foi a luta para conquistar o terreno, a moradia e todos os equipamentos coletivos lá implantados, eles não saberão, porque quando nasceram ou quando tiveram uma idade suficiente para começarem a se perceber “individuados” do mundo e das outras pessoas, o Xapinhal já era assim. Ou seja, se ninguém das gerações anteriores, lhes interpretar aquela realidade, ela lhes aparecerá como natural. Porque ela foi institucionalizada, internalizada. Como este, muitos outros exemplos poderiam ser dados. No caso de Curitiba, talvez o mais importante seja a luta pelo transporte coletivo, que acabou se constituindo em marca de Jaime Lerner, internacionalmente conhecida. Quando, na verdade, é fruto de uma árdua luta dos Movimentos Populares nas décadas de 70 e 80.²⁴ Certamente o projeto urbanístico e, principalmente, o “city marketing” é de Lerner e seu grupo, mas a essência do sistema, aquilo que de fato lhe confere valor de uso, foi fruto de muito estudo realizado pela militância em parceria com técnicos servidores públicos, comprometidos com a população e muita luta, muita mobilização.

²⁴ Vale a pena ler a dissertação de mestrado do professor Lafaiete Santos Neves sobre este tema, realizado na PUC/SP, 1995. Além disso, no que se refere às conquistas na área de saúde, é importante ler a dissertação de mestrado na área do Serviço Social, elaborada por Sílvia Albertini, também na PUC/SP, 2002.

“A cidade de Curitiba foi tornada a marca nacional da modernidade urbana. Nos anos 90 assistimos a um processo crescente de ‘curitibalização’, caracterizado pela cristalização da experiência urbanística bem como pelas diversas tentativas de exportação do modelo da ‘cidade que deu certo’, agora a vitrine urbana do Brasil no exterior. Como cidadãos, entretanto, parecemos um pouco anestesiados, aninhados nos confortáveis braços do senso comum. Acostumados, que estamos, a ler a cidade no prisma da linguagem oficial.” (Garcia, 1997, p. 12)

Mídia e Controle Social

Neste sentido, assume importância fundamental, as novas formas de controle social ancoradas nas tecnologias da informação, pois elas acirram a alienação, intervindo como potente instrumento de socialização. As técnicas informacionais atacam frontalmente dois dos elementos considerados fundamentais para a construção psicossocial do homem: a linguagem e o trabalho enquanto atividade criadora²⁵. Afinal, foi a linguagem que possibilitou o trabalho cooperativo, planejado, pois é através dela que se transmite a forma de executar uma atividade, uma ação e suas conseqüências. Originalmente, a linguagem era facilmente objetivada (cada significado, de fato, correspondia a uma coisa). Com o passar do tempo a linguagem foi se autonomizando em relação ao objeto. “É nesta distinção entre palavra e objeto, que podemos detectar como a linguagem muitas vezes se torna uma arma de dominação”. (Lane, 1981, p. 29).

“Nas sociedades massificadas os indivíduos ‘pensam’ e agem de acordo com as prescrições que recebem diariamente dos chamados meios de comunicação. Nestas sociedades, em que tudo ou quase tudo é pré-fabricado e o comportamento é quase automatizado, os indivíduos ‘se perdem’ porque não têm de ‘arriscar-se’. Não têm de pensar em torno das coisas mais insignificantes; há sempre um manual

²⁵ Além disso, segundo Bauman, a nova velocidade produz nova polarização social pois, ao mesmo tempo em que emancipa algumas pessoas dos limites físicos e cria outros significados geradores de comunidade extraterritorialmente, ela tira do território o significado e a capacidade de doar identidade para a grande maioria das pessoas que continuam confinadas em seus locais. “Alguns podem agora mover-se para fora da localidade – qualquer localidade – quando quiserem. Outros observam, impotentes, a única localidade que habitam movendo-se sob seus pés” (Bauman, 1999, p. 25).

que diz o que deve ser feito na situação ‘A’ ou na situação ‘B’. Raramente se faz necessário parar na esquina de uma rua para pensar em que direção seguir. Há sempre uma flecha que desproblematiza a situação. Mesmo que as indicações nas ruas não sejam um mal em si e que sejam necessárias em cidades cosmopolitas, elas são, porém, uma amostra, entre milhares de outros sinais direcionais que, introjetados, obstaculizam a capacidade de pensar criticamente. A tecnologia deixa de ser percebida como uma das grandes expressões da criatividade humana e passa a ser tomada como uma espécie de nova divindade a que se cultua. A eficiência deixa de ser identificada com a capacidade que têm os seres humanos de pensar, de imaginar. De arriscar-se na atividade criadora para reduzir-se ao mero cumprimento, preciso e pontual, das ordens que vêm de cima.” (Freire, 1982, p. 83-84).

Se é através da linguagem e do trabalho que se generaliza a prática sócio-histórica da humanidade (Lane, 1981) e portanto, através do que o homem se faz humano, que se espera de uma linguagem que “espetaculiza a política e a violência” (Belloni, 1998, p. 47), fragmenta o discurso, descontextualiza os fatos, ao mesmo tempo em que se nega o trabalho a uma parcela cada vez maior da sociedade? “A TV no Brasil usa a violência como forma de controle social. Atemoriza a sociedade para que o poder apareça como recurso salvador.” (Teixeira Coelho, *apud* Belloni, 1998 p. 47).

Utilizando-se ainda de estudos do psicanalista Hélio Pellegrino, Belloni se refere ao pacto social que, na psicanálise freudiana, é chamado de Lei da Cultura, e que se assenta na garantia de trabalho a todos os membros da sociedade, cuja negação deste é responsável pelo rompimento daquele: “Esta ruptura, fraudadora e conspurcadora da dignidade humana, pode levar ao desespero, à cólera, à revolta. O trabalhador tenderá a repelir o pacto social e os sacrifícios que ele exige. (...) Este efeito se tornará tanto mais provável quanto mais existir numa sociedade determinada, além do desrespeito ao trabalho, um clima de apodrecimento dos valores que poderiam cimentar a adesão social” (Pellegrino, *apud* Belloni, 1998 p. 46).

Para além da visão psicanalítica que destaca a dimensão do trabalho como laço estruturador do pacto social, temos o enfoque lukacsiano do trabalho criador, como uma das “formas privilegiadas de objetivação nas quais os procedimentos homogeneizadores superam a cotidianidade” (Netto, 1996, p. 69). Temos então um problema sério a ser

enfrentado quando nos referimos à construção psicossocial do homem, pois se o trabalho criador é cada vez menos acessível à maioria dos membros de uma sociedade (e o desemprego não é a fruição do tempo livre), o que dizer do acesso à arte e à ciência enquanto atividades criadoras?

Se a psicologia se forjou como ciência, conforme afirma Codo (1997) a partir do momento em que o homem se transformou em mercadoria, “o espaço da Psicologia, por imposição histórica ou por definição decorrente de sua prática, se insere na contradição que o duplo caráter do trabalho engendra, entre a alienação, a tortura do trabalho que virou mercadoria e o ser/vir-a-ser que representa o Homem construindo a si mesmo”. (Codo, 1997 p. 150).

Entretanto, o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas parece fazer pender a balança do “duplo caráter engendrado pelo trabalho” para o lado da alienação. O que reduz as possibilidades de objetivação cotidiana pela suspensão e conseqüente retorno qualitativo à cotidianidade, numa “dialética de tensões”, como prevê Lukács. (Netto, 1996, p. 70). Entretanto, dizer que o pêndulo da balança pende para um lado, não exclui o outro lado, ou seja, a intervenção do homem no processo social de construir-se ao mesmo tempo em que constrói o mundo.

Infelizmente, a luta pela sobrevivência tem levado as pessoas a dedicar cada vez mais tempo de suas vidas ao trabalho alienado. As duplas jornadas, os “bicos”, a prestação de serviços são formas de complementação da renda familiar que, se por um lado, suprem algumas necessidades, por outro, diminuem cada vez mais o convívio entre pais e filhos, entre irmãos e amigos, suprime momentos de lazer e de criação desinteressada, prazerosa, autônoma. Para se dar conta dos afazeres, da produtividade, a rapidez é condição e, portanto, a superficialidade e a fragmentação das atividades é a regra. Esta é a realidade cotidiana da maioria esmagadora da humanidade neste início de século. Mas, como “espaço-tempo de construção, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é ineliminável.” (Netto, 1996, p. 66). Ainda que suas determinações fundamentais sejam a heterogeneidade, a imediatez e a superficialidade e que, nela, o homem se esgote, a vida cotidiana é insuprimível. Como então, imersos nesta cotidianidade, cristalizada, reificada, o homem pode compreender “o significado original das instituições” de que falam Berger e Luckmann (1976) e, conseqüentemente, compreender o próprio funcionamento da sociedade em suas diferentes dimensões?

Tais dificuldades são sentidas na carne pelos militantes. Nádia, militante do movimento de mulheres e de saúde, referindo-se às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, diz o seguinte: *“Essa questão do desemprego, em termos do Movimento Popular, afetou profundamente. As pessoas hoje estão muito mais inseguras no seu trabalho, todo mundo está tendo que trabalhar muito mais pra ganhar o mesmo tanto. E acho que mais ainda, é a questão da insegurança. Pensar que mesmo estando empregada, você pode ser mandada embora a qualquer hora. Quer mais anestésico do que isso? Você ter que ficar quietinho, porque a perspectiva de você ser despedida é real?”*

Uma abordagem desta questão, numa outra perspectiva, é feita por João cuja militância se concentrou nas áreas de educação e reforma urbana, da qual hoje se encontra afastado (enquanto militância “clássica” conforme suas palavras): *A globalização está conduzindo a humanidade a um tal estado de miserabilidade, que coloca grande parte da população numa condição, assim, de aproveitar o máximo que ela puder hoje, ainda que seja aquele pouquinho que ela conseguiu, e no menor tempo possível, porque tudo isso está acabando. Tá acabando até a possibilidade de tempo material, de possibilidade de produzir e a renda auferida é pequena. Então, tudo isso traduzido no cotidiano, o que vai acontecer com a cabecinha da pessoa? Tudo o que não for aproveitar o tempo que ela tem pra ganhar o máximo que puder de renda, para poder realizar o mais depressa o seu sonho, não presta, não tem valor. E como é que você pode produzir educacionalmente, a cidadania, se você não tem esse espaço mínimo de tempo que é uma vida, uma vida humana? [...] Como é que se pôde chegar a um processo de civilização em que um movimento seja capaz de comprometer tanta riqueza em tão pouco tempo? E se, em muito pouco tempo, se ganha tanto, em muito pouco tempo também, se produz muita miséria.*

Cotidiano e Alienação

Agnes Heller é uma autora que planta a esperança, concebendo a possibilidade de uma vida cotidiana não totalmente alienada. Esta concepção se assenta na idéia lukacsiana de que o cotidiano representa a fonte primitiva do pensamento, do comportamento estético e científico, que brotam do cotidiano e a ele retornam diferenciados, com nova qualidade e portanto, com novas possibilidades de intervenção

(Heller, 1987). Esta tarefa, de buscar na própria vida cotidiana, as possibilidades de desalienação estava, segundo a autora, “ampliamente entrelazada con una determinación de la idea del socialismo” para além de uma variante estrutural – como “qualidade vital”. (Heller, 1987, p. 6).

Para Lukács (1987), a esfera da vida cotidiana é a esfera de concreção das relações do homem com o desenvolvimento das forças produtivas. E é nesta “zona intermediária concreta” que se encontram as vias que podem conduzir o homem da particularidade às formas mais altas de genericidade e vice-versa. Daí a função histórico-social da vida cotidiana. Seu estudo permite compreender o que Marx, num esforço de abstração, escreve sobre a relação entre infra e superestrutura. (Lukács, 1987, p. 11).

A alienação é um fenômeno das sociedades complexas. Como já se viu, nestas sociedades, a divisão social do trabalho e do conhecimento impede que o homem se aproprie da totalidade das capacidades desenvolvidas em sua época. A ideologia dominante e a luta pela sobrevivência não lhes permite isto. Entretanto, enquanto palco de luta, a vida cotidiana não é um bloco rígido, há momentos de brechas, onde as contradições se explicitam e o homem pode ver um pouco além de seu mundo restrito. Como aproveitar estas brechas ou as vias de acesso à genericidade humana é o desafio.

A apropriação do mundo que se dá no primeiro nível de representação (linguagem, usos e hábitos) é também, contraditoriamente, apropriação da alienação e, portanto, “forma e deforma o homem particular” (Heller, 1987, p. 29). “Sin embargo, el grado de alienación en una sociedad dada depende en gran medida de la posibilidad para el hombre medio de realizar en la vida cotidiana una relación consciente con la genericidad y del grado de desarrollo de esta relación cotidiana.” (Heller, 1987, p. 34). O homem nasce com características particulares e com um ponto de vista particular, diz Heller, porém não com motivações particulares. A exacerbação da particularidade (egoísmo) é uma reação do mundo dos afetos em seu conjunto ante à realidade alienada (Heller, 1987). O mundo atual que exacerba o individualismo competitivo, faz o discurso da valorização do indivíduo mas, na verdade, dilui a individualidade numa massificação jamais vista anteriormente na história humana.

De fato, a individualidade enquanto fruto do desenvolvimento da essência humana é uma possibilidade, um devenir, contraditoriamente implícita nas sociedades modernas. Pois nestas, não é mais a tradição que explica a posição do homem numa

dada ordem social, não é algo acima ou exterior à sociedade. A posição que os homens ocupam dentro das sociedades modernas é uma construção dos próprios homens. Portanto, se ele constrói o mundo de uma determinada forma, pode fazê-lo de maneira diferente.

O indivíduo é o homem que se faz problema para si mesmo, que reflete sobre sua própria vida, que questiona. Saber-se um ser genérico por si só não faz do homem necessariamente um indivíduo. A própria atividade vital humana já o distingue dos animais, enquanto ser genérico. E isto é pressuposto. É ponto de partida para que sua própria vida seja objetivada. É a alienação que dificulta tal objetivação e sua atividade assim, transforma-se em mero meio de subsistência. (Heller, 1987). Por sua vez, como já vimos, a atividade vital do homem, depende de sua posição na estrutura social, isto é, depende de que classe social ele faz parte. Mas, na vida cotidiana, a relação do homem com sua classe não é direta. “Los sistemas de exigencias sociales aparecen cada vez más mediados por grupos concretos, por unidades en las que imperam las relaciones face-to-face, que son las determinantes.” (Heller, 1987, p.69).

Esta afirmação está a exigir estudos mais aprofundados hoje, pois parece que os sistemas de exigências sociais da atualidade já não estão a demandar grupos concretos, onde imperem relações face-a-face. Pelo contrário, os novos meios técnicos permitem que as pessoas vivam boa parte de suas vidas sem comunicar-se com outras. E, talvez aqui, resida o grande perigo da “civilização pós-moderna”, quando se fala na construção psicossocial do homem²⁶.

Paula, militante na área de reforma urbana e direitos humanos tem preocupações relacionadas à compressão do espaço-tempo no uso dessas novas tecnologias²⁷: *Isto daí faz com que as pessoas ignorem os seu próprio espaço. Elas passam a viver o espaço global e esquecem que estão no bairro. É muito complicado você chegar em casa e entrar na internet (e isso também tem na periferia) ou ligar a televisão, e viajar no que*

²⁶ Há uma pesquisa de doutorado sendo realizada por Lúcia Becker, ex-militante do Movimento Popular em Curitiba que poderá trazer grande contribuição a esta discussão. Lúcia está estudando o papel que a internet implantada em escolas públicas e nos faróis do saber, nos bairros de Curitiba, está desempenhando nas relações sociais, especialmente entre a população e a prefeitura. O que tem consequências sérias para a sobrevivência de grupos face-a-face que façam a mediação entre sociedade e Estado. E, se como estamos vendo, tais grupos são fundamentais para a apropriação da vida cotidiana e portanto, para o processo de socialização que se desenvolve durante toda a vida, as vias de humanização podem estar sendo comprometidas.

²⁷ Sobre a questão da compressão espaço-tempo Bauman diz que “o avanço dos meios permitiram afastar os conflitos, solidariedades, combates, debates e a administração da justiça para além do alcance do olho ou do braço humano” (Bauman, 1999, p. 24) o que provocou o enfraquecimento dos laços comunitários.

está acontecendo no mundo, esquecendo o que está acontecendo na própria cidade, no bairro. Há uma tendência de você esquecer que é você que está produzindo o seu espaço. O que é um grande equívoco. Mas com a presença da comunicação instantânea, é como se o mundo acontecesse por ele mesmo, pela tela. Como se não houvesse nada a fazer.

Paula diz que nos cursos que ela dá costuma contar uma história que exemplifica como os novos meios técnicos permitem às pessoas hoje, viverem sem se comunicar face-a-face: *Um homem sai de Paris e vai para a África. Ele abre a garagem de seu prédio com um controle remoto, saca dinheiro de um caixa automático, paga com uma ficha o estacionamento do aeroporto, faz 'check in' automático e embarca no avião. Vai pra sua poltrona e liga a televisãozinha individual com todas as informações de bordo, lê uma revista, chega no aeroporto na África, desembarca, aluga um carro e troca dinheiro automaticamente, vai pro hotel e quando entra no quarto, diz: enfim só! Parece piada, diz Paula, mas acontece. Isso mostra que no percurso ele não falou com ninguém e todas as trocas que ele fez, teria feito tanto em Paris, quanto em Marrocos ou em São Paulo. [...] Então esse é um dos impactos da globalização. É um excesso de informação, tem todas as possibilidades de comunicação, só que solitário.*

Esse parece ser um dos maiores desafios para a Educação Popular e os Movimentos Sociais, enquanto espaços de mobilização, de luta, de colaboração, de convivência, de comunicação, de diálogo. Desafio que Frei Betto (2000) diz ser a essência do neoliberalismo – a deshistorização do tempo. E que contraria uma dimensão humana fundamental – a capacidade de tridimensionalizar o tempo (vê-lo como passado, presente, futuro) (Freire, 1987).

Grupo e Conscientização

Mas, se por um lado, os grupos face-a-face são fundamentais para a apropriação da vida cotidiana, como mediadores entre o particular e o mundo, por outro é o conteúdo dos grupos, suas motivações, sua função na sociedade que vai definir sua contribuição ou não para o desenvolvimento humano genérico (Heller, 1987). Determinados grupos podem ser meros reprodutores da ideologia dominante, acirrando ainda mais a cisão do homem já presente em sua atividade vital alienada. Mais que isto,

podem desenvolver no homem valores que atentem contra sua própria essência, como é o caso dos *skinhead*.

“O aprendizado da democracia é um pré-requisito para o desenvolvimento de uma ação política socialista capaz de atender a duas demandas diferentes, freqüentemente contrapostas, mas essenciais: a do fortalecimento dos valores ligados à autonomização individual e a dos valores ligados à preservação (e à recriação) da dimensão comunitária. Enquanto essa política não se traduzir numa ação eficaz, as duas demandas insatisfeitas criarão situações patéticas ou grotescas. Os indivíduos que conseguirem se tornar mais drasticamente autônomos correm o risco de se transformar em monstros de egoísmo, pessoas inumanas, incapazes de amar e de ser solidárias. Por sua vez, os indivíduos que se entregarem às formas de comunidade disponíveis, aquelas que por acaso encontraram em seus caminhos (seitas, gangues, quadrilhas, grupos de fanáticos), se deixarão conduzir por comandos externos, perderão a autonomia e se tornarão tipos humanamente muito empobrecidos. (Konder, 2001, pp.12-13)

Segundo Martín-Baró, a utilização indiscriminada do termo grupo para realidades tão distintas, pode servir de filtro ideológico que assimile unilateral ou distorcidamente a diversidade de natureza e sentido dos grupos, que existem em cada circunstância histórica e que têm um significado social real (Martín-Baró, 1989, p. 190). E, partindo do pressuposto de que agrupar-se é condição para satisfazer as necessidades humanas, Martín-Baró apresenta um conceito dialético de grupo – “aquella estructura de vínculos y relaciones entre personas que canaliza en cada circunstancia sus necesidades y/o los intereses colectivos” (Martín-Baró, 1989, p. 206).

Enquanto veiculadores de interesses e necessidades, os grupos são estruturas privilegiadas de produção e reprodução da ideologia social. Como já vimos, os grupos primários são responsáveis pela socialização, seu número de membros é reduzido e entre eles existe uma forte interdependência mútua e desenvolvem relações afetivas face-a-face (família, amigos, escola). Num outro nível, resultante da divisão social de trabalho dentro de um determinado modo de produção, temos os grupos funcionais e,

por fim, os grupos estruturais, que são as classes sociais. Este último é o nível mais básico, determinante do que a pessoa poderá ou não ser na vida, mas ele se realiza, se concretiza, através dos outros dois níveis de estruturas grupais.

Assim, os grupos primários e funcionais, funcionam como mediadores entre os particulares e as relações sociais mais amplas. “El grupo, factor primário en la apropiación de la vida cotidiana, no tiene ningún primado en la elaboración de las normas y de los usos; interviene únicamente aquí como mediador”. (Heller, 1987, p. 69). Entretanto, muitas atividades genéricas não poderiam ser pensadas sem a existência destes grupos de relações face-a-face. São eles que dão concretude à vida cotidiana. E o homem, para se desenvolver, precisa participar de uma variedade de grupos, correspondendo a cada um deles um papel social. “Apesar da importância dessa função mediadora, o grupo não é a forma mais avançada de integração social no que se refere à humanização – “la simple existencia del grupo, no dice nada. Solamente su lugar y su función en las integraciones superiores nos clarifican estas cosas.” (Heller, 1987, p. 74).

Talvez pudéssemos dizer que bons exemplos de grupos, dentro desta perspectiva dialética de mediação entre as pessoas e a sociedade, de conteúdo transformador, no caso brasileiro, tenham sido os Círculos de Cultura e os Centros Populares de Cultura, entre outros, durante a década de 60. Aliás, este foi um período onde o fenômeno grupal plantou esperanças, não apenas no Brasil.

“El movimiento que culminó con los sucesos de ‘mayo del 68’ puede ser considerado el momento climático de la llamada ‘dinámica de grupos’. En París o en Tokio, en Frankfurt o en Nueva York, parecía dominar la confianza de que los cambios personales que se producían en los grupos pequeños podrían irradiarse al todo social y cambiar sustancialmente el orden imperante. Se vivía una verdadera explosión de libertad individual y se creía que el conocimiento generado en la relación interpersonal, la razón encontrada en la apertura de unos hacia otros, tendría la fuerza necesaria para reordenar las macroestructuras políticas y económicas. En otras palabras, se confiaba en que la libertad generada en el cambio de las células sociales más pequeñas provocaría el cambio del cuerpo social.”(Martín-Baró, 1989, p. 229).

Mas a repressão pôs fim aquela efervescência de idéias e ações de rebeldia que se voltavam contra toda forma de autoritarismo e propugnava a liberdade individual (Garcia e Vieira, 1999), confirmando as teorias que vêem nos grupos, mediações e não determinações de relações sociais mais amplas. O que não anula a importância de tais processos na dinâmica social. O desafio segue sendo a relação entre micro e macro-estruturas. Assim como a ideologia dominante se veicula através dos grupos, as práticas sociais realizadas com pequenos grupos, para terem algum efeito abrangente, precisam estar vinculadas a um projeto de sociedade que veicule os interesses das classes dominadas.

“Un adecuado entrenamiento a la vida de los grupos primários, un entrenamiento que busque la humanización de sus miembros no puede prescindir de la incardinación del grupo en una situación e historia; debe ser, por tanto, un entrenamiento *conscientizador*, es decir, que asuma como punto de partida la esencial relación del grupo primario com los grupos macrosociales, el condicionamiento de sus procesos por las exigencias y posibilidades abiertas estructuralmente, la determinación de su identidad y de su poder desde los intereses de clase.” (Martín-Baró, 1989, p. 303).

É a práxis do grupo, seu envolvimento em processos de mudanças sociais que dará a seus membros consciência e maior possibilidade de liberdade frente aos determinismos até então ignorados pelo grupo. Retoma-se assim, com Martín-Baró (1989, 1995), a necessidade de práticas sociais imbricadas dialeticamente com os problemas concretos de nossas sociedades latino-americanas. Práticas que ajudem a desvelar o lugar reservado a tais sociedades na atual ordem mundial e suas conseqüências para o processo de humanização dos povos.

CAPÍTULO IV

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também e sobretudo difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’, por assim dizer, transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzido a pensar, coerentemente e de maneira unitária, a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio’ filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos de intelectuais.” (Gramsci, 1891-1937).

Este último capítulo, discute aquilo que constituiu o objetivo desta pesquisa, qual seja: o estudo das relações entre a Educação Popular (EP) e os Movimentos Sociais (MS) nas décadas de 80 e 90, buscando alternativas para o período atual, a partir da perspectiva e das considerações dos militantes que foram entrevistados. Enquanto isto, os capítulos anteriores constituíram a base para a reflexão que se empreende agora, pois apontaram os desafios da realidade atual, seja para a organização coletiva, seja para a construção psicossocial do homem, dimensões imbricadas na concepção educativa aqui assumida.

O conceito de Educação Popular nascido da prática

Neste sentido, entende-se que antes de mais nada precisa-se explicitar a que concepção estamos nos referindo, quando tratamos das duas expressões chaves que dão título a este capítulo, a partir da sistematização dos conceitos construídos pelos próprios militantes entrevistados²⁸.

(2)Eu acho que Educação Popular é exatamente botar esse carro em movimento, esse movimento coletivo, de uma forma reflexiva. Então, pra mim, EP é

²⁸ A partir desta seção os números que antecedem as falas em itálico dizem respeito aos entrevistados citados, de acordo com o quadro da amostra na página 14.

you can make this process of thinking things and acting together. A strike that spontaneously educates little, because it is a social movement that does not enable organization, reflection, discussion. (3) It is also every and any activity that you can get involved in, from information to society as a whole, be it literacy, be it the discussion of a law project, be it orientation to train for work, as long as it has a political formation bias. (4) For me, EP is synonymous of liberating education, and liberating education is not just accumulation of knowledge, but is the process of the subject thinking and reformulating his life from this reflection. (5) It is a process of exchange of knowledge, of you learning things that the people discover, despite its pragmatism, because in this pragmatism, the people are faithful to the cause, they have a class feeling that is very strong. But they do not have all the information that people have, so the importance of the exchange. If you know your role as an agent of transformation and respects this feeling of the people, the exchange is fundamental. (6) It is the popular having consciousness of its rights and its duties, of the society we live in, above what we must fight. And this consciousness comes a lot from confrontation with what the movement takes. In life you can even have some confrontations, but it is lonely, isolated, you do not discuss with anyone, you do not share. (7) It is everything that walks in the direction of building freedom, citizenship, the way how people think their life in a solidary way, then it is more defined by its aspects of horizon than by the form it has. Because you can have a group that has an ideal of solidarity and another of consumerism, where solidarity is completely abolished.

Esses foram alguns dos conceitos construídos pelos entrevistados que nos permitiram sistematizar uma idéia de como a Educação Popular é percebida a partir da prática social. Algumas questões chamaram a atenção: a) nem toda prática coletiva é Educação Popular, mas a Educação Popular só se dá em processos de troca e não na individualidade; b) não é apenas forma ou o conteúdo programático que garantem o caráter popular da educação, mas principalmente seus horizontes, seus objetivos; c) a participação em uma luta por si só não educa, é a reflexão sobre esta participação que educa; d) não é um programa com conteúdo revolucionário que educa, mas é a prática e a reflexão sobre esta prática (ainda que iluminada pela teoria) que são educativos; e) não são apenas eventos extraordinários que educam, mas tudo que cotidianamente permite reflexão crítica sobre este cotidiano. A partir dessas e outras questões apontadas

nas entrevistas, em relação dialética com algumas referências teóricas que delas se aproximam (Paludo, 2001; Freire, 1983; Betto, 2000; Brandão, 1980) construímos um conceito de Educação Popular, cuja concepção fundamenta esta pesquisa.

Educação Popular é entendida aqui como instrumento de conscientização, na perspectiva da transformação social. Seu objetivo é a organização popular voltada à conquista de direitos sociais, culturais e políticos. É impulsionadora e ao mesmo tempo resultante dos Movimentos Sociais (MS) que lutam por justiça e vida digna para todas as pessoas, o que lhe confere uma perspectiva humanizadora, libertadora e não doutrinária. Dentro desta perspectiva, tão importante quanto os conteúdos transmitidos, são as relações que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos no processo educativo e os horizontes perseguidos por estes sujeitos, o que inclui reflexão e ação coletivas. Este conceito inclui não apenas os chamados cursos de formação política, mas todo o processo de preparação, realização e avaliação de atividades mobilizadoras – marchas, greves, ocupações, negociações coletivas, passeatas, encontros, assembleias – que se constituem espaços de convivência, ação e aprendizados coletivos. Os conteúdos deste aprendizado, então, não são transmitidos por um professor aos alunos, mas socializados, trocados ou construídos numa relação dialógica entre pessoas que têm experiências e saberes diferentes – ainda que impulsionadas pela figura do “intelectual orgânico” – porém que têm em comum, a marca da opressão e da exploração e como horizonte, o objetivo de se libertar desta opressão.

A compreensão empírica sobre os Movimentos Sociais

Dentro do conceito de EP construído, de certa forma, está embutida uma determinada concepção de Movimentos Sociais, enquanto instrumento de luta coletiva, de quem é ou são os sujeitos revolucionários e do próprio processo revolucionário. O que é expressado pelos militantes entrevistados da seguinte forma: (1) *Movimento Social é toda e qualquer força organizada que você não possa exatamente chamar classe. Não sei se hoje a gente usa movimento, porque ficou mais insegura em relação ao agente coletivo...Pra mim, o importante é saber que dele fazem parte tanto os sindicatos, como o MST, como o movimento de mulheres e de negros. Com certeza todos esses fazem parte desses sujeitos coletivos mais amplos. O corte popular eu acho que é onde há maiores carências, que teria a ver com o corte de classe... o popular com*

nas entrevistas, em relação dialética com algumas referências teóricas que delas se aproximam (Paludo, 2001; Freire, 1983; Betto, 2000; Brandão, 1980) construímos um conceito de Educação Popular, cuja concepção fundamenta esta pesquisa.

Educação Popular é entendida aqui como instrumento de conscientização, na perspectiva da transformação social. Seu objetivo é a organização popular voltada à conquista de direitos sociais, culturais e políticos. É impulsionadora e ao mesmo tempo resultante dos Movimentos Sociais (MS) que lutam por justiça e vida digna para todas as pessoas, o que lhe confere uma perspectiva humanizadora, libertadora e não doutrinária. Dentro desta perspectiva, tão importante quanto os conteúdos transmitidos, são as relações que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos no processo educativo e os horizontes perseguidos por estes sujeitos, o que inclui reflexão e ação coletivas. Este conceito inclui não apenas os chamados cursos de formação política, mas todo o processo de preparação, realização e avaliação de atividades mobilizadoras – marchas, greves, ocupações, negociações coletivas, passeatas, encontros, assembléias – que se constituem espaços de convivência, ação e aprendizados coletivos. Os conteúdos deste aprendizado, então, não são transmitidos por um professor aos alunos, mas socializados, trocados ou construídos numa relação dialógica entre pessoas que têm experiências e saberes diferentes – ainda que impulsionadas pela figura do “intelectual orgânico” – porém que têm em comum, a marca da opressão e da exploração e como horizonte, o objetivo de se libertar desta opressão.

A compreensão empírica sobre os Movimentos Sociais

Dentro do conceito de EP construído, de certa forma, está embutida uma determinada concepção de Movimentos Sociais, enquanto instrumento de luta coletiva, de quem é ou são os sujeitos revolucionários e do próprio processo revolucionário. O que é expressado pelos militantes entrevistados da seguinte forma: (1) *Movimento Social é toda e qualquer força organizada que você não possa exatamente chamar classe. Não sei se hoje a gente usa movimento, porque ficou mais insegura em relação ao agente coletivo...Pra mim, o importante é saber que dele fazem parte tanto os sindicatos, como o MST, como o movimento de mulheres e de negros. Com certeza todos esses fazem parte desses sujeitos coletivos mais amplos. O corte popular eu acho que é onde há maiores carências, que teria a ver com o corte de classe... o popular com*

o corte de classe mais oprimida. (9) Eu sei que é um pouco equivocado, mas quando eu falo de Movimentos Sociais eu estou incluindo: sindicatos, pastorais, movimentos populares e partido... essas lutas todas. (7) Movimentos Sociais hoje é o título dado às organizações de pessoas que se assumem como vanguarda e começam a se organizar, mas eu incluo neste movimento mais amplo as administrações populares também. Mesmo os militantes que, quando perguntados sobre o que entendiam como Movimento Social, excluíram o partido, ao se referirem às práticas desenvolvidas pelos Movimentos Sociais, incluíram as práticas partidárias. Entretanto, todos foram unânimes em excluir os Conselhos, considerando-os como parte do aparelho de Estado, ainda que admitindo serem espaços conquistados pela luta social, mas que acabaram por transformarem-se em instrumentos de “cooptação e abrandamento” da luta, no caso de Curitiba.

A concepção de Movimentos Sociais na perspectiva dos militantes entrevistados, aproxima-se muito daquela defendida por Frei Betto (2000) e que ele, didaticamente, classifica em cinco esferas sociais, numa ordem cronológica de reorganização popular após 1964 e que se constituem espaços de organização dos oprimidos. “Podemos dizer que quem não está numa dessas cinco esferas não está na luta. Elas são as esferas de articulação do movimento social brasileiro” (Betto, 2000, p. 5): 1) Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base; 2) Movimento Popular (bairro, mulheres, negros, sem-terra, sem-teto, ecológico, homossexuais, etc.); 3) Movimento Sindical; 4) Partidos Políticos; 5) Administrações Populares.

Assim, numa aproximação dos conceitos empíricos com a literatura utilizada, podemos dizer que Movimentos Sociais são todas as formas de organização dos oprimidos que contribuem para a transformação da sociedade. Sua origem são os problemas concretos vividos pelo povo – condições de vida e trabalho; discriminações de gênero, raça, classe, opção sexual, credo religioso; destruição do ambiente; formas de participação política; etc. – mas seu início se dá pela intervenção de um “agente de mediação social” (intelectual orgânico, educador popular) ou seja, por militância e não de forma espontânea. No seu conjunto, os Movimentos Sociais constituem um bloco de forças democrático-populares que, numa perspectiva histórica, faz com que a sociedade avance para além das lutas específicas. Constitui-se portanto de uma pluralidade de práticas e formas de organização que acaba por dificultar um conceito sociológico preciso.

A Educação Popular conforme concepção apresentada nesta pesquisa, atravessa as esferas de organização social popular e, a partir da década de 80 é impossível pensá-la de forma autônoma. A conscientização resulta então do processo educativo que a própria participação social e política engendram, quando são submetidas a um processo de reflexão. E é esta forma que a realiza na perspectiva defendida por Paulo Freire: “A conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens” (Freire, 1980, p. 26). Entretanto, a produção teórica a respeito de Educação Popular e Movimentos Sociais ainda segue de forma muito independente. São raros os textos publicados que a tratam nesta relação dialética. Maria da Glória Gohn, tem uma explicação para esta questão: “O conjunto de pesquisadores que se dedicaram às suas análises se entrincheiraram em campos específicos de suas áreas de conhecimento e da prática social, ou seja, a educação – no caso da educação popular – e as ciências sociais no caso dos movimentos sociais” (Gohn, 1994, p. 42).

O sujeito coletivo da transformação social

Um estudo recente que muito se aproxima da concepção desenvolvida nesta pesquisa, foi realizado por Conceição Paludo, educadora popular e participante do Movimento Social no Rio Grande do Sul, como pesquisa de doutoramento, cujos pressupostos sustentam-se nas obras de Paulo Freire e Gramsci e que, segundo a autora, “pretendeu responder ao que a observação cotidiana deixava intuir e ao objetivo proposto, centrando o foco de estudo na seguinte questão: quais são as transformações político-pedagógicas pelas quais vem passando, a partir dos anos 1990, a concepção de Educação Popular?” (Paludo, 2001, p. 14). A autora vai dizer então que a concepção de Educação Popular que se consolidou nos anos 80 ao lado da formação de um campo de forças democrático popular na sociedade brasileira foi, junto com este campo, impactado pelas mudanças que ocorreram no mundo, atingindo significativamente o Brasil na década de 90. Para a autora, a estratégia geral do campo popular foi a construção do poder popular e, neste sentido, o grande aprendizado da década de 90 foi a compreensão de

“que não é mais possível concentrar todos os esforços num único movimento [...] dada a pluralidade de sujeitos que compõem esse campo, com suas diversas práticas – dos movimentos organizados verticalmente, aos pequenos grupos, às redes e outras formas [...] e, portanto, o grande desafio é articular esta pluralidade de métodos, ou formas organizativas e opções de intervenção política que fizeram avançar na formulação de um projeto de futuro que parece tomar a forma de um novo projeto para o Brasil, buscando ampliar ainda mais esse campo a partir do estabelecimento de identificações em referenciais mais gerais, tanto teórico-político quanto de valores, capazes de nessa pluralidade, sedimentar um sentido comum de direção.” (Páludo, 2001, p. 204)

Está aqui implícita a idéia de formação do que é chamado por Gramsci de “um bloco cultural e social” que é fruto de uma ligação orgânica, uma aliança entre os intelectuais e “os simples” de maneira a construir uma “organicidade de pensamento e a solidez cultural” a fim de se “elaborar e tornar coerente os princípios e os problemas” apontados pela atividade prática dos simples. (Gramsci, 1989a, pp. 13-15). Esta também é a idéia que está posta no Movimento Político Consulta Popular²⁹ – uma espécie de impulso cultural, que unifique e faça avançar princípios gerais já presentes no meio do povo, mas de maneira fragmentária (Benjamim et al., 1998). O que coincide com o que dizem os militantes entrevistados quando se referem à “sabedoria popular”, a um certo “sentimento de classe”, que pode se elevar em consciência, quando se estabelece a troca entre “povo” e “agentes de transformação”.

É importante lembrar que na história brasileira, dois momentos ricos em idéias e mobilizações populares – 1954-64 e 1975-89 – foram fruto desta aliança que foi interrompida pela ditadura militar e pela ditadura de mercado, respectivamente. Neste sentido, um dos grandes desafios da Educação Popular hoje, em todos os espaços onde ela possa se dar – Movimentos Populares, ONGs, Igrejas, Escolas, Partidos Políticos, Cooperativas Populares, etc. – é formar uma nova geração de intelectuais orgânicos³⁰

²⁹ Sobre a história desse Movimento e sua relação com a educação ler monografia elaborada pela própria autora desta dissertação, realizada como conclusão da especialização em Organização do Trabalho Pedagógico – “A dimensão pedagógica da Consulta Popular”, UFPR, 2000.

³⁰ Isto é fundamental porque, numa perspectiva transformadora, os Movimentos Sociais não se organizam espontaneamente. Sua origem são os problemas concretos, mas o início de sua organização se dá numa aliança entre povo oprimido e intelectuais orgânicos. (Souza, 1997).

ou, pelo menos dar os primeiros passos neste sentido, uma vez que esta tarefa é uma tarefa que demanda anos, porque envolve estudo, dedicação e muita disciplina (Gramsci, 1989b; Makarenko, 1986). E não está se falando aqui de um estudo meramente acadêmico, mas de um conhecimento novo, que busca na realidade concreta seus conteúdos (Freire, 1982, 1987); que parte do “senso comum” para atingir o “bom senso” (Gramsci, 1989a); que articula o micro e o macro, o mediato e o imediato, rompendo tanto com a idéia de basismo quanto com a de vanguardismo – esforço que pressupõe quebra de preconceitos, tanto por parte dos mais ativistas, quando por parte dos mais intelectualizados.

Este novo intelectual só pode nascer desta estreita relação entre Educação Popular e Movimentos Sociais e, portanto, no bojo de um movimento cultural mais amplo³¹, que tenha como objetivo a construção do poder popular e não simplesmente a construção de um partido ou a tomada do poder estatal.

O desafio da relação Educação Popular-Movimentos Sociais

O grande aprendizado da década de 90 foi de que o desafio histórico é construir algo novo; uma nova utopia³², que oriente uma nova prática, “uma ação adequada às condições históricas, realizando o possível de hoje para que possam viabilizar amanhã o impossível de hoje” (Freire, 1982, p. 80) e que tenha como objetivo construir as condições para que a essência da humanidade se materialize no cotidiano. Esta é uma possibilidade, contraditoriamente implícita no processo de globalização que acabou por escancarar as contradições do capitalismo e, de certa forma, das formas estatais de socialismo experimentadas no mundo até então. (Mézaros, 2002; Ianni, 2000; Santos, 2000b).

Esta é também a percepção que nasce da vida concreta dos militantes entrevistados quando dizem que algo novo está se gestando no meio do caos, ainda que não consigam precisá-lo. Uma esperança que se mescla a um pessimismo quando admitem, por exemplo, que as novas técnicas informacionais ao mesmo tempo em que

³¹ Este novo “bloco social e cultural” (Gramsci, 1989a) ou este “novo campo democrático e popular” (Paludo, 2001), amplia a idéia de sujeito da transformação social para além da classe operária e é este campo que formará seus intelectuais.

³² Esta nova utopia coincide com a idéia de Heller que entende o socialismo (para além de explicações estruturais, políticas e econômicas) como uma qualidade vital, onde a idéia condutora é o sentido da vida das pessoas (Heller, 1987).

desfocam as pessoas dos problemas locais, descomprometendo-as com a construção do seu próprio espaço, permitiram construir os Movimentos Sociais anti-globalização e popularizar discussões como a da ALCA, por exemplo.

Rui, militante entrevistado, que concentrou sua atuação no movimento de bairro e na luta pela moradia, diz o seguinte: *“Veja, eu mesmo não utilizo os meios disponíveis hoje, mas acho que nossas lideranças teriam que dominá-los completamente – a própria comunicação – buscar informações que hoje estão disponíveis é fundamental. Nós estamos vivendo num outro contexto hoje, onde você tem que ser um cidadão não do Xapinhã, ou da região sul, ou de Curitiba, mas um cidadão do mundo. E temos que estar atentos a tudo que está acontecendo no mundo e entender a interferência que isto tem na vida de cada um. Temos que estar ligados a essas coisas e aí a crítica é pra mim mesmo, que sou um dos que não fazem isso. Acho que a formação hoje deve ajudar as pessoas a desvendar esse mundo como um todo, ajudar a saber o que acontece em cada lugar e tirar lições de cada coisa que acontece. Uma coisa que a gente vê “na boca do povo” (e eu fico feliz da vida) é que o Bush é capaz de provocar uma guerra por causa do interesse dos EUA no petróleo, por interesses econômicos, não importando quantas pessoas vão morrer. Isso, até bem pouco tempo era segredo de Estado, ninguém sabia dessas coisas, hoje está popularizado. E isto é fruto dos meios de comunicação disponíveis.*

Talvez esteja se vislumbrando agora, aquilo que Scherer-Warren (1993) previa como perspectiva para os Movimentos Sociais já nos anos 90 – uma preocupação que articula micro e macrotransformações. O que esta pesquisa apontou, considerando a avaliação dos militantes entrevistados, foi que os anos 90 se constituíram numa espécie de “parada para balanço” das lideranças mais locais, ainda que isto tivesse se dado muito individualmente. Mas deve-se ter em mente que esta pesquisa se centrou, principalmente, nos Movimentos Sociais Populares Urbanos de Curitiba, ou seja, naquela dimensão caracterizada por Scherer-Warren (1993) como característica dos anos 80, que são os chamados movimentos de base. É preciso lembrar então, que se houve um “refluxo” nesta forma de organização, por outro lado houve também um crescimento dos Movimentos Sociais no campo e dos Movimentos Anti-globalização; de uma série de iniciativas populares voltadas para o auto-sustento e a conquista de um grande número de prefeituras, onde se implantaram Administrações Populares. Aliás, uma das causas apontadas como responsáveis pelo “refluxo” dos movimentos de base

no meio urbano. Não porque a conquista de Administrações Populares fosse ruim, mas porque isto deslocou grande parte dos intelectuais orgânicos dos Movimentos Sociais para os espaços institucionais conquistados. Que somado, ao recuo da Igreja Católica na sua “opção pelos pobres” provocou um vazio em nível de base. O que foi acrescentado a todas as questões de ordem macrossocial já discutidas no Capítulo II, para as quais os poucos militantes que restaram no meio do povo, não estavam preparados, sem contar com a falta de investimento na formação de novos quadros conforme citado por um dos militantes entrevistados nesta pesquisa.

A relação Educação Popular-Movimentos Sociais e a escola

A pesquisa abordou também a relação EP-MS com a escola, buscando ver qual tem sido a contribuição desta última para as transformações sociais, na perspectiva dos militantes. E o que a maioria dos entrevistados apontou é de que o aprendizado escolar ajuda muito pouco o processo de organização popular com vistas à transformação da sociedade. Ainda que admitam a possibilidade de que a escola possa ser um espaço de Educação Popular, destacaram um limite – a escola não promove vivência, não insere os alunos nos problemas concretos da realidade e, conseqüentemente, não os organiza no sentido de resolverem nem os problemas que lhes dizem respeito diretamente. Os entrevistados dizem que (9) *a escola não consegue ser um espaço educador porque, apesar de ser um espaço importante de socialização, ela está submetida aos valores dominantes na sociedade; valores permeados pela mídia, pela competitividade. Ao contrário do Movimento Social, que tem outra perspectiva, mais oxigenada, pulsa mais, as pessoas são mais valorizadas, estabelecem relações mais sérias, refletem sobre seu comportamento na sociedade.* (8) *Eu me formei na faculdade e não tenho dúvida nenhuma em dizer que aprendi muito mais na minha militância política [...] Nós falamos de Paulo Freire, mas suas idéias não são aplicadas na escola. Os professores são autoritários, as salas de aula são cheias e eles não conseguem fazer um trabalho, não têm resposta pras coisas e são pressionados por todo lado.* (10) *Você sabe por que é que o que se aprende no Movimento Social não se aprende na escola? Porque no Movimento você não aprende só teoria, você aprende relação, você aprende sentimento, você aprende prática, você constrói. A escola é parada, fixa, estática. É uma teoria totalmente descolada da realidade. Se a escola tem alguma abertura ela*

aprende com o Movimento, mas são estes que têm que ocupar o espaço da escola. Os próprios pais acham que a formação escolar é pra entrar no mercado de trabalho e competir com o colega ao lado. Então o trabalho mais inserido na comunidade não acontece porque não é uma prioridade. (1) Eu acho até que pode ocorrer na escola esta metodologia de trabalho próprio da Educação Popular, mas por que não acontece? Eu acho que tem um tensionamento entre quantidade de conteúdo a passar e prazos a cumprir. Existe seriação, tem que fazer teste final, tem o vestibular, o provão, etc. Por trás de todo o sistema escolar está essa coisa da quantidade de conteúdo. Outra coisa é que as pessoas não tem vinculação imediata com um problema mais prático pra resolver, mas eu acho que as escolas podiam se apropriar mais das experiências dos Movimentos Sociais, de qualquer forma nunca vai ser igual, porque demanda outro tempo e as pessoas estarem mais juntas. (7) O que foi mais rico na nossa experiência escolar? Foi exatamente aqueles momentos fora do currículo, não foi o dia-a-dia, as lições que te passaram, mas o como isto foi feito, a convivência. Por outro lado, tudo que é passado de um modo às vezes até artificial, acaba tendo um sentido. Como é que uma pessoa pode liderar outras, organizar um movimento, se ela não tem o saber universal? Tudo o que a gente puder saber é importante, porque aí está a construção da tua liberdade. O mal talvez esteja no como isto é feito, porque às vezes é de modo muito duro e até alienado. Por exemplo: eu vi gente do Movimento Social organizando ocupação em área de manancial, em área de risco. E o que leva a isto? É apenas a disponibilidade do terreno e a necessidade da pessoa morar? Se as pessoas soubessem que aquele espaço garantiria água durante toda a vida para uma população inteira, talvez aquela energia organizativa tomasse um outro caminho. Veja, neste caso, se trabalhou na direção de que todos tenham casa e na direção contrária de que todos tenham água.

Esses depoimentos mostram o quão importante seria uma relação orgânica da escola (em todos os seus níveis) com os Movimentos Sociais. O que esta troca não poderia produzir de aprendizados e ações concretas voltadas para a melhoria das condições de vida da população? E o que isto poderia significar na resolução de problemas enfrentados pela escola, inclusive no campo disciplinar? Mas, a

impossibilidade de levar a metodologia do trabalho popular³³ para dentro da escola, está ancorada na própria lógica da reprodução do sistema. “A Educação Popular é incompatível com a cronologia curricular porque depende do tempo dos educandos e não do tempo do currículo.” (Betto, 2000, p. 21).

“Existe uma série de inovações por aí. Mas ainda são uma gota d’água, no oceano de um sistema escolar preso no currículo, à tradição e à mentalidade pedagógica que perdura na escola brasileira. No Quênia, África, existe uma experiência de educação que impressiona: ela tenta uma adequação entre o pensar e o fazer. Não pretende ser Educação Popular, é educação burguesa. Mas é um passo do qual nossa educação está a mil anos luz. Uma das experiências da escola é que cada aluno passe uma semana do ano convivendo com trabalhadores, para permitir ao aluno entender como a cidade se articula por baixo. Alguns saem de madrugada com os lixeiros da cidade, na coleta de lixo; outros, uma semana de estágio como auxiliar de enfermeiro, no hospital público, etc. Na nossa escola, as pessoas passam vinte e dois anos nos bancos escolares, saem com diploma, mas não sabem cozinhar, costurar, consertar um eletrodoméstico, entender de mecânica de automóvel, passar roupas. Na escola, nunca se debate coisas como perda, ruptura, afetividade, sexualidade, morte, dor, espiritualidade. Nossa escola ainda não chegou em coisas elementares”. (Betto, 2000, pp. 22-23)

³³ Esta metodologia segue a concepção freireana de, partindo-se dos próprios problemas sentidos pelos oprimidos, ir desvelando junto com eles suas causas, identificando os responsáveis por elas, ao mesmo tempo em que vão se organizando e lutando em várias frentes para superá-los e buscar erradicar as causas que os provocam. É um trabalho que tem uma intenção para além da resolução dos problemas imediatos, conforme ilustra os conceitos que se seguem: “Trata-se de criar espaços, estímulos e conhecimentos para que a consciência espontânea do trabalhador desabroche em consciência de indivíduo singular, de classe social e de espécie humana e frutifique em ação transformadora; ação de alcance tanto imediato como histórico, tanto exterior – de construção do mundo – quanto interior – de construção de si próprio enquanto sujeito singular e plural, individual e coletivo” (Arruda, 1988, p. 2). “Trabalho popular, como é entendido aqui, é toda atividade sistemática desenvolvida junto às classes populares. Sistemática no sentido de ter um mínimo de clareza de objetivos, bem como uma estratégia e uma metodologia definida de acordo com esses objetivos. Salientamos também o caráter coletivo do trabalho popular, onde cada decisão sobre os objetivos e as formas de concretizá-los é tomada e assumida pelo grupo-comunidade envolvido. Isto se chama democracia”. (Grupo TAO, 1996, p. 8). “Neste sentido, não é a educação que forma para, mas são os diferentes sujeitos que vão criando uma nova educação, que se traduz em novas formas de relações sociais, na medida em que se inserem em processos, vivenciam e refletem sobre o realizado. O conhecimento dos próprios sujeitos, o conhecimento científico, os métodos de análise, a crítica e a auto-crítica, etc. são instrumentos através dos quais os educadores, os educandos, as lideranças, os dirigentes, enfim, os diferentes sujeitos estudam a realidade no seus múltiplos aspectos, buscando conhecê-la e transformá-la.” (Paludo, 2001, p. 189)

Está claro que Frei Betto, num esforço de mostrar a necessidade de uma educação escolar que una teoria e prática, conteúdo e técnica, acabou caricaturando a escola brasileira, quando se refere a aprendizados tais como passar roupa e cozinhar, ainda que a escola deva trabalhar contra os preconceitos arraigados na nossa cultura em relação a trabalhos manuais. Mais que isso, deveria trabalhar a idéia de que essas são tarefas que todos precisam realizar porque necessárias à manutenção da vida cotidiana e buscar a revalorização do trabalho, das atividades mais simples às mais complexas.

A verdade é que, como instrumento de transformação da ordem social injusta, a Educação Popular foi e continua sendo praticada fora da escola. Como tal, ela só se transforma em política governamental, quando se consolidam (ou buscam se consolidar) processos revolucionários, a exemplo de Cuba, Nicarágua e Guiné Bissau (Pérez e Martínez, s/d; Brandão, 1987; Freire, 1978). As experiências que se forjaram em governos oscilantes entre o populismo e o popular, como o do Chile e do Brasil antes dos golpes militares, tiveram vida tão curta e contraditória quanto os governos que as experimentaram. E isto é assim porque a Educação Popular é práxis transformadora (não apenas transmissão de conteúdos científicos); exige mobilização crítica para superação das contradições sociais, entre elas as relações de dominação e dependência. Assim, dizer que a Educação Popular não cabe na escola é pouco. É preciso explicitar em que escola de que sociedade ela não cabe.

“Admite-se e deseja-se, nestes novos tempos, que esta concepção de *educação popular* não seja adequada exclusivamente para os espaços não-formais de educação. Aposta-se na sua capacidade de disputa na rede oficial de ensino, embora se admita que sua ressignificação e fecundidade sejam maiores nos espaços não-formais, visto que muito mais liberta das amarras que prendem os espaços formais e porque exercida por indivíduos que possuem por ela uma opção clara, o que não significa estar, como tudo na vida, isenta de contradições. Considera-se que esta tarefa é mais fácil de ser levada a efeito quando existem governos democráticos e populares, mas também quando eles não existem, admite-se a possibilidade, desde que os sujeitos educadores queiram orientar as práticas educativas por esta perspectiva, se disponham a ‘entrar na luta’ e a projetar e vivenciar um

outro modo de fazer a educação das classes subalternas.” (Paludo, 2001, p. 206-207)

É importante dizer que nas duas últimas décadas, temos visto experiências de Educação Popular tentando se estruturar na escola pública brasileira a partir de Administrações Populares. Também temos visto, experiências de Educação Popular nas escolas públicas dos assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Entretanto, isto implica em que a escola reformule seus tempos e grades curriculares, concebendo a educação para além do ensino³⁴, ou seja, como um verdadeiro “programa histórico”, capaz de constituir-se em instrumento de formação-organização do povo ao longo de sua própria ação transformadora (Barreiro, 1985). Daí a dificuldade de que ela se consolide enquanto programa governamental (ainda que popular), dentro dos marcos da sociedade capitalista.³⁵

Neste sentido o Governo Lula traz potencialmente novas possibilidades, ainda que não necessariamente. Depende da política educacional adotada pelo governo, assim como da forma como a sociedade vá se comportar. Se houver uma retomada de um movimento em defesa da escola pública, ao mesmo tempo em que se organizem formas de participação popular na gestão das escolas é possível que a metodologia da Educação Popular adentre os espaços institucionais onde a educação se dá e a aproxime dos

³⁴Pode-se perguntar: é possível centrar a educação na sua dimensão “ensino” e ainda assim dizê-la transformadora? “Sempre me opus ao ponto de vista segundo o qual a pedagogia se baseia no estudo da criança e no estudo de métodos educativos isolados e concebidos em abstrato. Considero que a educação é a expressão do credo político que professa o pedagogo e que os seus conhecimentos não passam de meios auxiliares” (Makarenko, 1986, p. 30). “Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos.” (Freire, 2000, p. 116). “Então, a exemplo do que Marx afirmou sobre a velha filosofia, redefine-se aí o conceito de educação: já não está presente uma abstração que dá sentido ao estudo em si mesmo (que esgota em si mesmo o sentido do ato de teorizar, estudar, sistematizar), mas abre-se o processo iniciando-o a nível da prática, da realidade, para retornar a ela como consciência crítica adquirida no processo, já com uma capacidade transformadora e operativa fundamental. Esta teoria do conhecimento, como vêem, não deprecia o ato de teorizar, mas busca romper com o elitismo, integrando esse elemento no processo que, partindo da prática a ela retorna”. (Arruda, 1987, p. 111). Partindo de tais concepções, a resposta à pergunta inicial desta nota parece ser não.

³⁵ Paulo Freire faz uma “distinção entre *educação sistemática*, a que só pode ser mudada com o poder, e os *trabalhos educativos*, que devem ser realizados com os oprimidos, no processo de sua organização. A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.” (Freire, 1987, p. 41). Sobre a relação da Educação Popular com o Estado e/ou com a Escola, ler também: FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo : Cortez, 1991, onde o autor discute a sua experiência enquanto Secretário de Educação da cidade de São Paulo, na gestão Luiza Erundina; MAKARENKO, A. S. *Problemas da educação escolar*. Moscovo : Progresso, 1986; e CAPRILES, René. *MAKARENKO: o nascimento da pedagogia socialista*. São Paulo : Scipione, 1989.

espaços não formais, constituindo-se num grande movimento pedagógico que organize a sociedade por baixo.

O momento é propício para se dar passos concretos no sentido da criação da proposta gramsciana de escola unitária, equilibrando a capacidade de trabalhar manualmente e intelectualmente. “O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo” (Gramsci, 1989b).

Os frutos colhidos e os aprendizados resultantes

A disseminação de experiências de Educação Popular nos próprios espaços institucionais conquistados, ainda que carregadas de contradições, se constituem parte dos frutos colhidos e aprendizados acumulados pelos Movimentos Sociais.

Conquistas materiais e legais importantes ocorreram nestes últimos 20-25 anos, entretanto, parte delas antes mesmo de serem usufruídas foram acrescidas de novas demandas, pois a população urbana cresceu e os problemas estruturais não foram resolvidos.

Os militantes entrevistados dizem que (3) *foram colhidos muitos frutos. Têm muitas transformações visíveis, institucionalizadas, mudanças de hábitos mesmo da sociedade como um todo. Só que a gente tem que ter a clareza que quando tem uma conquista, a gente já tem que estar lutando por outra. Quando a gente conseguiu botar os Conselhos e a participação na lei, a gente não percebia o destino que isto ia ter. Então hoje a gente já tá lutando pra mudar essa forma de participação dos Conselhos, pra torná-los efetivamente legítimos, já estamos colocando isso em discussão. Na década de 80, quando a gente trabalhou na Constituinte, a gente não tinha a globalização acontecendo. Então o Estatuto da Cidade, por exemplo, tem 11 anos de tramitação. Foi construído para uma outra cidade e tem dispositivos que não servem pro dia de hoje. As coisas estão mudando mais rapidamente do que mudavam há 15 ou 20 anos atrás. E a gente tem que estar correndo atrás mesmo.* (5) *Concretamente, muitas melhorias das cidades, aconteceram por reivindicação dos movimentos, e a gente até precisaria faturar politicamente com isso, era preciso que a população*

soubesse isso também. Muitas das coisas que a gente conseguiu foi... eu tava lembrando: o ligeirinho foi uma idéia de uma moradora de um bairro porque usando o ônibus, ela achava um absurdo não ter um ônibus direto, já que muita gente só pegava ônibus no bairro, então precisaria um expresso direto, e isto foi transformado numa proposta indicativa de um mandato popular. Só que aí mudaram de nome e chamaram de ligeirinho, mas isso foi idéia da população. E outras coisas mais: o jeito que os postos de saúde são, hoje, um em cada bairro, isto foi reivindicação da população mesmo. As creches e outras coisas que existem foi tudo mobilização da comunidade. Então, tem conquistas importantes desde a parte concreta, até a parte ideológica mesmo, cultura como a do abaixo-assinado, assembléias, greves, manifestações, acho que isso tudo criou uma cultura de que o povo não tá parado. Para isso o PT teve muita importância, porque soube ser um braço político sem ser uma correia de transmissão, acho que nós soubemos fazer isso bem feito. Nós soubemos fazer a coisa, nós tínhamos essas preocupações, sempre tivemos. De ser um partido de expressão das lutas, mas não confundir as coisas. E com a igreja também a gente soube fazer, sem ser fundamentalista, a Igreja deu força, lutou, mas nunca se explicitou publicamente em prol do partido. E nem o contrário, o PT se dizer ligado a um grupo religioso só. Acho que nós soubemos fazer isto, o PT soube fazer, acho que o povo... Não sei se em algum lugar do mundo, conseguiram fazer isso... Por isso é que todo mundo, parece, fica olhando o PT do Brasil pra ver o que é que vai dar. (7) Os movimentos ajudaram a mudar o país. Não há como negar que a sociedade, de um momento até de medo pela imposição dos direitos sociais advindos a partir dos movimentos, hoje se percebe a partir dos movimentos, pois não se reconhece sociedade, coletividade hoje no Brasil, não fossem os movimentos pelos direitos à terra, à habitação, à atenção às crianças de primeira infância, à educação formal na idade própria, ao trabalho e direitos correlatos. Hoje a sociedade aprendeu a ver as organizações não governamentais como formas auto-gestionárias de organizar serviços públicos, de controlar os orçamentos públicos, de conseguir equipamentos de uso coletivo. (8) O movimento faz as pessoas melhores. Eu quando entrei na minha comunidade e quando minha companheira falava de negros para as irmãs dela, nossa, elas reagiam negativamente, elas não aceitavam de jeito nenhum. Elas não casaram com negros, por não gostarem de ser negras. Quantas pessoas começaram a se aceitar como elas são, e sentirem que elas têm capacidade de ser gente, de construir algo pra elas a partir da atuação do movimento?

Onde as pessoas começavam a acreditar no seu potencial. Eu quando comecei a quebrar todos esses tabus, eu disse: eu quero casar, eu quero ter filhos, eu quero estudar. Eu consegui fazer tudo isso. E não tenho dúvidas de que tudo isso aconteceu pelo fato de eu me identificar como pessoa. Eu me identificar como ser humano, que tem e pode mudar sua realidade e isso é um aprendizado que nós construímos no movimento. (9) Eu acho que os militantes fazem apostas de mundo, muito melhores, embora muitas vezes o seu comportamento e dos próprios movimentos não ensejem isso. Temos muitos problemas no MS, de comportamento, de procedimentos, graves, que se contrapõe até ao que teoricamente se fala. Mas numa média, num balanço, eu diria que o movimento contribui com um mundo melhor. Se a gente for olhar, na perspectiva de uma sociedade mais humana, você encontra valores e apostas nos movimentos e nos militantes que não encontra em outros espaços. E é exatamente esse contraponto que o MS e os militantes fazem, que levam outras pessoas, outras instituições, à reflexão. Isso o movimento tá fazendo, com todos os problemas que existem dentro dele. Eu acho que existem vários problemas de formação, de degeneração, que são pouco construtivos, a luta pelo poder, uma vaidade exacerbada, mas num balanço eu diria que sim, tem frutos a colher. A década de 90 foi uma década mais dura pro movimento social, foi uma década de resistência, diferente da década de 80, que foi uma década de avanço. Embora a eleição do Lula agora é um fato importante. A vitória do Lula é fruto da resistência do movimento social. Porque muita gente abandonou o barco, desistiu... A resistência ao projeto neoliberal foi muito importante. Não é que não tenha melhorado a qualidade de vida do povo, mas eu acho que a grande contribuição do movimento social, está na insistência da construção de valores que são solidários, humanos, de defesa do público. Não tem alternativa (acho que aí está uma questão de fundo) pra esta lógica privada, se não houver concessões... não dá pra cada um querer pensar apenas na sua vida, no seu destino, na construção do seu projeto... Isso hoje não é mais possível, tem que incorporar esses outros elementos.

É visível na fala dos militantes entrevistados que os frutos colhidos não se referem apenas às conquistas materiais ou aquilo que alguns autores identificam como “a face corporativa dos Movimentos Sociais na disputa do fundo público” (Doimo, 1997, p. 139), mas também à construção da solidariedade, à transformação das pessoas. Saber distinguir prioridades locais que quase nunca se traduziram imediatamente em

votos para aqueles militantes inseridos que acabaram se lançando a cargos eletivos, mas que continuaram com seu trabalho educativo e organizativo, é uma prova de que há muita generosidade neste meio, ainda que também haja muitos defeitos. É por isso que muitos militantes identificam a eleição de Lula como fruto de um caldo cultural que foi sendo construído historicamente, depositando no momento atual, uma esperança de enfrentamento dos problemas estruturais, cuja resolução exigia forças superiores àquelas acumuladas pelos Movimentos Sociais até então.

As propostas de ação dos militantes entrevistados

Por fim, tendo presente o objetivo a que se propôs, esta pesquisa ouviu os militantes a respeito de propostas de ações, buscando levantar alternativas conscientizadoras que resultem desta relação entre Educação Popular e Movimentos Sociais. Tais propostas se mesclam com os sonhos de futuro dos próprios militantes pois se originam dos compromissos resultantes da intersecção de suas histórias de vida com a própria história da sociedade. Algumas delas chamaram a atenção da pesquisadora porque reafirmam preocupações relacionadas à micro e macrotransformações e tentam responder aos desafios do mundo atual.

Destaca-se primeiro uma preocupação com a juventude, passando pela família. Vários militantes referem-se à necessidade de uma espécie de “escola para pais”. É importante destacar que tais propostas não se assentam em concepções conservadoras, ao contrário, assentam-se na idéia de que a violência urbana atinge, fundamentalmente, a juventude e não está restrita tão somente à falta de perspectivas materiais, mas à própria ausência de valores construtivos na sociedade.

Vera, militante já citada anteriormente, cuja prática social não se pautou por sentimentos cristãos, diz o seguinte: *Eu tinha muita vontade de desenvolver um projeto que trabalhasse com as famílias. Porque eu acho que a violência, ela é por causa do desemprego, por causa da carência econômica, por causa principalmente da desigualdade – é diferente você não ter e você não ter num lugar onde outros têm, é muito diferente isso. Mas ela tem um componente que a gente nunca valorizou muito, que é das relações afetivas, que se estabelecem na família. A esquerda negou muito a família e negou errado, porque é lá que se forma a base afetiva das pessoas – ninguém sobrevive, nenhum filho de chocadeira vai ser feliz, entende? E isso é muito mal*

resolvido. Nós temos curso pra tudo, mas não temos curso pra ser pai... e os pais não estão sabendo educar os filhos. E a violência doméstica, que nunca foi valorizada na esquerda, na verdade é uma das responsáveis pela violência fora de casa, que a juventude está vivendo. Porque uma criança que não é amada, que é rejeitada, que é violentada dentro de casa, ela vai pra fora e vai buscar aonde se agregar... Ela vai achar a gangue, ela vai achar o traficante, ela vai achar a droga. Então eu acho que eu faria um trabalho muito voltado para as famílias, os conflitos, formas de resolver esses conflitos e, paulatinamente, ir construindo propostas prazerosas pra ajudar a juventude. Nós temos que substituir o prazer da bebida, da droga, da violência mesmo (ela é prazerosa, eu estou num grupo e mato um gato, eu posso também matar um ser humano, isso te dá um prazer). A gente tem que substituir os prazeres que destroem, por prazeres positivos. Eu trabalharia nessa área.

Rui, em sua entrevista, levanta a proposta de uma “escola para meninos de rua”, mas uma escola diferente, que implique direitos e deveres, trabalho e cultura, onde os talentos possam vir à tona. E diz que isso não é responsabilidade somente do poder público, mas da sociedade como um todo. Na proposta de Rui está muito presente (ainda que ele não o tenha lido) as práticas desenvolvidas por Makarenko, na Colônia Gorki, trabalho realizado com crianças e adolescentes de rua, logo após a revolução de outubro na antiga URSS. Da mesma forma que Vera, Rui e outros militantes entrevistados, Makarenko tinha preocupações com a educação que os pais davam a seus filhos e chegou a escrever o “Livro dos Pais”. “Ao educarem seus filhos, os pais de hoje estão educando aqueles que farão a história do nosso país e, conseqüentemente, a história do mundo. Terei eu ombros suficientemente fortes para assumir o enorme peso de um assunto tão vasto? Terei eu o direito e serei necessariamente audaz para resolver ou, pelo menos, destrinchar os seus principais problemas?” (Makarenko, *apud* Capriles, 1989, p. 14).

Maria, militante do movimento de mulheres e de saúde, levantou a necessidade de que se ofereça atividades formativas, mas ao mesmo tempo prazerosas para a juventude, destacando também a dimensão cultural. Além disso Maria resgata a importância de se divulgar a pluralidade de práticas sociais já realizadas no Brasil e no mundo. “A gente tem que se apropriar de uma televisão, um programa de rádio, comprar espaço numa rádio ou TV já existente, pra veicular coisas maravilhosas que já acontecem e que pouca gente sabe. Porque essa indústria massificada, massacrante que

está aí, não deixa aparecer um monte de iniciativas que são prazerosas, que são bem sucedidas. Desde relatar experiências de orçamentos participativos, de grupos de jovens que desenvolvem projetos sozinhos, padarias comunitárias, uma tese que discute coisas novas e interessantes, etc. Divulgar coisas que não têm hoje espaço na mídia, porque ela acaba selecionando, fazendo um recorte de realidade e tem um monte de gente que pensa que é real só aquilo que dá na televisão, que dá no jornal, então... Abrir esses horizontes pra mostrar lugares onde esses valores que eu imagino, do socialismo que eu quero, estivessem postos como por exemplo, de que nós somos capazes de não funcionar só por dinheiro ou só através de regras impostas. Experiências que mostram: como é que agente superou essas coisas? Como é que a gente conseguiu combinar o coletivo com o individual? Como a gente, de fato, diminuiu desigualdades sociais e econômicas. Eu acho que tem uma riqueza de coisas sendo feitas e que não tem esse espaço e acho que as pessoas, fazem e não se acomodam, não param, quando a gente alimenta a esperança. Não precisa mentir pra elas, a gente precisa contar que isso também existe, esse lado humano existe, tá acontecendo em tal lugar, pode ser na Índia. Tudo que valorizar que a gente se perceba nas nossas diferenças, seres humanos, capazes do coletivo, de fraternidade, do prazer de viver, que desfoque a felicidade de ter bens materiais, refoque em cima de estar fazendo, estar usufruindo... eu gostaria bastante de um trabalho assim: da comunicação, de estar divulgando coisas que já rolam por aí.

Paula, militante na área de reforma urbana e direitos humanos, falou de um projeto de Educação Popular que desvele Curitiba, mostrando-a em conexão com a região metropolitana, que é sua extensão. Para ela Curitiba não é essa coisa limpa, organizada que as pessoas vêem, restrita aos limites do município. *Curitiba é uma coisa imensa, enorme, disforme, cheia de problemas, então isso precisa ser conhecido. É preciso ser conhecido que Almirante Tamandaré é Curitiba sim. Os crimes de Almirante Tamandaré dizem respeito à Curitiba. A poluição de Almirante Tamandaré diz respeito à Curitiba. O problema de ocupação do manancial em São José dos Pinhais, diz respeito à Curitiba, que o lixão de Mandirituba diz respeito à Curitiba. Se eu tivesse que fazer um projeto eu faria neste sentido. Eu começaria um trabalho pelas favelas e pelas áreas pobres que ficam perto de condomínios fechados, que sofrerão os efeitos da valorização da área. Sempre que tem um condomínio fechado com alguma comunidade pobre perto, eu começaria por aí porque são justamente as áreas que vão*

durar pouco, porque o processo de valorização do solo em Curitiba, está fazendo com que cada vez se conquiste mais pedacinhos da cidade. É lógico que a tendência natural é que isso se consolide e vá se expandindo sempre, buscando modernizar e valorizar onde tá ruim. Tá o exemplo das pedreiras, que estavam abandonadas em lugar bem pobrezinho, bem "furrebinha" e quando botam um equipamento do tamanho da Ópera de Arame ali, valorizam tudo. E daí tudo que tá perto e que não está de acordo com o que se tornou a nova área valorizada, tem que sair e periferizar.

Paula volta a falar dos chamados projetos internacionais de urbanização baseados num conceito novo chamado "gentrificação", que diz que a implantação de grandes "próteses urbanas" acabam por tornar gentios os rudes a partir da integração promovida, o que ela contesta veementemente. *Por que é que o Alfa Ville decide que tem que fazer um contorno viário sobre a BR e, imediatamente, o contorno é feito e por que é que a Vila Zumbi que sempre teve necessidade disso, nunca foi considerada? Então não tem integração não, a migalhinha [serviços domésticos, jardinagem, coleta de lixo, etc.] que ela recebe como alternativa de emprego é muito legal, mas não significa integração, menos ainda respeito. Eu pego muito a questão metropolitana porque as pessoa não tem idéia do que isto significa, nunca param pra pensar sobre essas coisas. E se você pega todos esses projetos de gentrificação americanos, por exemplo, que só gentrifica áreas que tem negros e hispânicos dá pra perceber o nível de exclusão embutido neles.*

Outros entrevistados levantaram questões relacionadas à própria formação política de militantes locais que nos últimos dez anos não tiveram oportunidade de participar em processos formativos mais amplos e, portanto, não tiveram oportunidade de rever suas próprias práticas. Relacionando a isso preocupações no sentido de que tais processos se dêem de forma mais consistente, onde o conhecimento se assente em pesquisa da realidade, em um diagnóstico que identifique os principais problemas da cidade, onde os projetos já implementados sejam apoiados e qualificados, que pessoas sensíveis, com história de lutas sejam chamadas a se integrarem num trabalho mais amplo, mais articulado. São preocupações que dão às alternativas propostas conteúdo, seriedade e que possam se colocar à altura dos desafios da realidade atual, tanto no que se refere à transformação das pessoas quanto à construção de um mundo melhor para todos.

São propostas que tentam fazer frente à atomização dos interesses e ampliação das necessidades impostas pela ideologia do consumo, conforme aponta Mejia (1994), ao aumento de ofertas do que fazer aos jovens, mas todas destituídas de um norte, de que fala Maria, à perda de identidade coletiva de que fala Vera, à cultura da competitividade de que fala José, todos militantes entrevistados nesta pesquisa.

São propostas que buscam reconstruir espaços de convívio no cotidiano, grupos intermediários capazes de contribuir com a construção humana de que falam Heller (1987) e Martín-Baró (1989) e cujas atividades se constituam possibilidades de desalienação, de desvelamento da realidade, de exercício democrático, conforme apontam Lane (1981) e Freire (1987); que sejam capazes de atender as duas demandas destacadas por Leandro Konder como essenciais: fortalecimento dos valores ligados à autonomização individual e dos valores ligados à preservação e recriação da dimensão comunitária (Konder, 2001).

Enfim, são propostas que para além da construção do partido ou de um determinado grupo, inscrevem possibilidades de construção da humanidade e que se aproximam das três tarefas urgentes, teóricas e práticas, apontadas por Martín-Baró (1998), como necessárias à libertação dos povos latino-americanos, quais sejam: a recuperação da memória histórica; a desideologização do senso comum e da experiência cotidiana; e o fortalecimento das virtudes humanas. É preciso que essas três tarefas façam parte das novas alternativas a serem construídas e as propostas dos militantes entrevistados apontam nesta direção.

Uma iniciativa concreta está em processo de elaboração no Paraná, por um grupo de militantes-educadores sociais, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, às Pastorais Sociais da Terra e Operária, à Consulta Popular e outros Movimentos Sociais. Um documento resultante das discussões iniciais coloca como objetivo da escola que está sendo chamada “Escola de Formação Política Milton Santos”, o seguinte: “contribuir na formação de lideranças inseridas no Movimento Popular, Sindical, Pastorais, Partidos Políticos e ONGs, na perspectiva de superação da histórica dependência externa que permeia a formação sócio-política e econômica do Brasil, na construção de uma sociedade plural, ecologicamente responsável, economicamente justa e radicalmente

democrática, que resgate a auto-estima e a cultura do nosso povo e leve em conta as potencialidades de nosso país.”³⁶

No que se refere à questão metodológica, o documento citado fala que “a Escola buscará sempre privilegiar a construção coletiva, valorizando a prática dos participantes; irá se referenciar nas experiências das lutas sociais existentes e na ação política, sindical e pastoral de cada participante; irá privilegiar momentos de mística para fortalecer uma espiritualidade engajada e comprometida com os excluídos; etc.” Tais pressupostos vão ao encontro das questões destacadas pela pesquisadora à página 68, referidas à percepção que os militantes entrevistados têm de Educação Popular a partir de suas próprias práticas e contempla a religiosidade popular, destacada pela pesquisadora como um dos elementos fundamentais a serem levados em conta na análise das práticas sociais no Brasil e na América Latina.

Iniciativas como esta poderão não apenas enfrentar o desafio da formação de quadros, também destacado nesta pesquisa, mas contribuir com a organização de uma base popular que dê sustentação às possíveis reformas estruturais que venham a ser implementadas pelo atual governo em favor das classes populares ou fazer das propostas que, num primeiro momento, têm cunho assistencialistas, uma alavanca para transformações sociais significativas.

O próprio projeto “Fome Zero”, apresentado neste início do Governo Lula, pode esconder aspectos complexos da pobreza se ele se restringir a arranjar comida para os famintos, conforme diz Bauman (1999), reforçando a forma como a mídia trata a questão da miséria, dissociando as imagens da fome daquelas que destroem o trabalho como alternativa de construção da existência, mascarando a realidade e escondendo os verdadeiros responsáveis pela pobreza. A distribuição de vales, cestas básicas, ou seja lá o que for, deve vir acompanhada de recursos para a organização de iniciativas de auto-sustento, de forma coletiva, de maneira a permitir o exercício de novas relações de produção e consumo e de um trabalho educativo que desvele as causas da fome, organizando a sociedade por baixo e devolvendo a ela o direito de decidir sobre seu destino.

³⁶ Este é um esboço inicial de projeto que está sendo elaborado pelos Movimentos Sociais citados, a que a pesquisadora teve acesso através do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, porém ainda restrito à discussão interna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU INICIAIS?)

*“Viemos da margem.
Somos a anti-sinfonia que estorna da estreita
pauta da melodia.
Não cabemos dentro da moldura...
Somos dilacerados como todos os filhos da
paixão.
Briguentos. Desaforados. Unidos. Livres: como
meninos de rua.
Quando o inimigo não fustiga, inventamos
nossas próprias guerras,
desenvolvemos um talento prodigioso para elas.
Com nossas mãos, sonhos, desavenças...
compomos um rosto de peão,
Uma voz rouca de peão e desassombro dos peões
para oferecer ao país, para disputar o país.
Por sua boca dissemos, na fábrica, nos estádios,
nas praças
que este país não tem mais dono.”*

(Pedro Tierra, trecho de “Os filhos da paixão”)

As mudanças macro-estruturais impactaram negativamente os movimentos de base, mas abriram possibilidades para a organização de movimentos sociais mais abrangentes, inclusive internacionais, assim como o desenvolvimento de práticas locais voltadas para o auto-sustento, além de colocar em pauta a questão ecológica. Trouxeram também possibilidades de comunicação mais ampla e acesso a um conjunto maior de informações, mas de maneira solitária, o que traz consequências para a construção psicossocial dos indivíduos e para a organização popular na perspectiva das transformações sociais.

O conceito de Educação Popular construído a partir da visão dos militantes entrevistados, nos chamaram a atenção para alguns aspectos: a) nem toda a prática coletiva é Educação Popular, mas esta só se dá em processos de troca e não na individualidade; b) não é apenas a forma ou o conteúdo programático que garantem o caráter popular da educação, mas principalmente seus objetivos de longo prazo; c) a participação espontânea em uma luta, por si só não educa, é a reflexão sobre esta participação que educa, porque permite rever as práticas e ajustá-las aos objetivos propostos; d) não são apenas atos extraordinários que educam, mas tudo que, cotidianamente permite reflexão crítica sobre esse cotidiano.

A conscientização entendida como práxis – teoria e prática, consciência e ação, conforme discutida nesta dissertação, coincide com a concepção freireana e resume, ou melhor, representa a síntese da relação estabelecida entre Educação Popular e Movimentos Sociais na perspectiva transformadora. Entendida dessa forma, como consciência e ação, pode-se dizer que não existe consciência política sem engajamento concreto numa ação transformadora de caráter coletivo.

Porém, é exatamente esse caráter coletivo da ação transformadora que está sendo ameaçado no mundo atual, conforme tratado no Capítulo II, cujos meios técnicos permitem uma vida cada vez mais solitária. Por outro lado, esses mesmos meios técnicos abrem novas possibilidades, pois além de permitirem comunicação em rede internacional, possibilitam maior acesso à informação. E, se pensar-se com Júlio Barreiro (1985) de que o limite da consciência são os limites do conhecimento social existente e distribuído, poder-se-ia dizer que hoje não há mais limites para a consciência. Entretanto, essa relação não é linear, ela é contraditória pois se foi facilitado o acesso às informações construtivas, formadoras, também o foi àquelas deformadoras do caráter, degeneradoras dos valores humanos. O desafio, então, é como utilizar os novos meios técnicos e as possibilidades abertas à construção da humanidade para resgatar o caráter coletivo da ação transformadora. Se agrupar-se é condição para satisfazer as necessidades humanas como diz Martín-Baró (1989), a grande tarefa é criar espaços de convivência, de atividade criadora, de exercício democrático, de recriação de valores humanos e de fortalecimento da dimensão comunitária.

Neste sentido, o campo democrático e popular que de acordo com Paludo (2001) foi construído no Brasil nos últimos 25 anos, enquanto sujeito coletivo, tem responsabilidades no processo de conscientização; essa é sua dimensão pedagógica e, para tanto, precisa se fortalecer, precisa se desenvolver enquanto dirigente – moral e intelectualmente – o que pressupõe a superação de divergências internas e o exercício da tolerância – condições para a unificação de objetivos em meio à pluralidade de idéias e práticas³⁷.

A perspectiva de conscientização como construção da humanidade, favorece a superação de divergências, o auto-controle de vaidades e do gosto pelo mando, o auto-

³⁷ A iniciativa de construção da “Escola de Formação Política Milton Santos” parece se inserir dentro desta proposta, mas ela terá que se abrir à contribuições realmente plurais se quiser trabalhar na perspectiva de consolidação de um campo democrático popular, enquanto sujeito coletivo da transformação.

reconhecimento e a vontade de superar atitudes machistas, racistas e egoístas dentro dos Movimentos Sociais e entre companheiros, porque contempla as dimensões individual e coletiva da ação transformadora. Traz consigo a idéia de que as pessoas se educam em comunhão e, portanto, derruba a prepotência das verdades prontas e acabadas a serem levadas pelos conscientes aos inconscientes. Obriga à permanente avaliação e revisão das práticas, à crítica fraterna e à auto-crítica. Daí a sua radicalidade e, portanto, o revolucionamento cotidiano das atitudes, sem o que não se faz transformação das estruturas.

O desafio é maior do que fundar uma escola, organizar um curso, uma associação, porque os problemas da realidade atual demandam formação em campos que extrapolam a ação política, o que foi apontado pelos próprios militantes entrevistados e pelas análises aqui realizadas. A idéia de direção moral e intelectual implica um profundo conhecimento da realidade local em suas relações com realidades mais amplas.

Um bom ponto de partida seria a realização de uma investigação ação participante ou pesquisa participante conforme apontam pesquisadores-educadores populares latino-americanos (Fals Borda *et al.* s/d; Brandão, 1986b) e investigação de temas geradores conforme propõe Paulo Freire (1987) como forma de conhecer a própria interpretação que o povo faz sobre os problemas por ele enfrentados e suas propostas de solução, de maneira que elas possam avançar a partir de um processo de troca de saberes entre militantes-educadores e o próprio povo.

“Assim como não é possível [...] elaborar um programa a ser doado ao povo, também não o é elaborar roteiros de pesquisa do universo temático a partir de pontos prefixados pelos investigadores que se julgam a si mesmos os sujeitos exclusivos da investigação. Tanto quanto a educação, a investigação que a ela serve tem de ser uma operação simpática, no sentido etimológico da expressão. Isto é, tem de constituir-se na comunicação, no sentir comum uma realidade que não pode ser vista mecanicamente compartimentada, simplesmente ‘bem-comportada’, mas, na complexidade de seu permanente vir a ser. Investigadores profissionais e povo, nesta operação simpática, que é a investigação do tema gerador, s”ao ambos sujeitos deste processo.” (Freire, 1987, p. 100-101).

Um trabalho desta natureza não pode ser feito de maneira espontaneísta ou de forma isolada. É preciso que se construa um arco de alianças que a sustente desde sua preparação inicial, envolvendo militantes sociais com contribuições importantes, seja numa dimensão mais política, quanto numa dimensão mais técnica. Realizar um levantamento prévio de todas as organizações existentes nas áreas a serem trabalhadas e que possam ser envolvidas, para que as atividades, uma vez desencadeadas não pereçam, frustrando o esforço inicial e decepcionando as populações envolvidas, historicamente usadas como objeto. Ou seja, o compromisso não se extingue na execução da pesquisa; como o próprio nome diz ela é de ação participante e, uma vez desencadeada, novas ações se colocam. Tão pouco os militantes-educadores ou educadores-militantes envolvidos, poderão se esquivar de encaminhar soluções para problemas apontados como fundamentais pela população, o que implica preparação para trabalhar com questões que, tradicionalmente não fazem parte da agenda política da esquerda, tais como a drogadicção e a violência, entre outros. Daí a necessidade de se trabalhar de maneira interdisciplinar. Só assim pode-se construir unidade de objetivos em meio à pluralidade de idéias e práticas.

A conjuntura atual possibilita (ainda que potencialmente) o desencadeamento de tais processos, mas ela por si só não os desencadeará. Estarão os militantes-educadores ou educadores-militantes à altura desta empreitada? Esta é a reflexão proposta aqui e cuja resposta passa, necessariamente, pelos sujeitos e grupos envolvidos, o que faz dessas considerações finais um ponto de partida e não de conclusão. Oxalá ela possa contribuir com novas reflexões e, quem sabe, com novas práticas!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albertini, Silvia (2002). **Metamorfoses do Fórum Popular de Saúde – FOPS: participação na política de saúde – Curitiba – PR – 1991-2001**. Dissertação de mestrado, PUC/SP.
- Alencastro, Luiz Felipe de (1998). Os mal-entendidos da história do Brasil. In: Haddad, Fernando (Org.). **Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda**. São Paulo : Perseu Abramo; Petrópolis : Vozes, pp. 49-65.
- Alves, Maria Helena Moreira (1985). **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis : Vozes.
- Andery, Alberto A. (1997) Psicologia na comunidade. In: Lane, Sílvia T. M. e Codo, W. (Orgs) (1997). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo : Brasiliense, 13ª ed., 2ª reimpr. pp. 203-220.
- Antunes, Ricardo (2000). **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo.
- Arns, Dom Paulo Evaristo (Org.) (1985). **Brasil: nunca mais**. Petrópolis : Vozes.
- Arroyo, Miguel (2001). Paulo Freire e o projeto popular para o Brasil. In: Souza, A. I. (Org.). **Paulo Freire: vida e obra**. São Paulo : Expressão Popular, pp. 267-278.
- Arruda, Marcos (1987). O desafio da educação popular na Nicarágua. In: Brandão, Carlos Rodrigues (Org.) (1987). **Lições da Nicarágua: a experiência da esperança**. 3ª ed. Campinas : Papirus.
- _____ (1988). **Sugestões para um movimento de educação popular nos municípios na perspectiva da práxis**. Rio de Janeiro : PACS.
- _____ (1999). **Dívida e(x)terna: para o capital, tudo; para o social, migalhas**. Petrópolis : Vozes; Rio de Janeiro : PACS.
- Barreiro, Julio (1985). **Educación popular y proceso de concientización**. 10ª ed., México : Siglo Veintiuno.
- Batista, Paulo Nogueira (1999). **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo : Consulta Popular.
- Bauman, Zygmunt (1999). **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor.

- Becker, Howard S. (1999). **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4ª ed. São Paulo : Hucitec.
- Belloni, Maria Luiza (1998). Estética da violência. **Comunicação & Educação**. Ano IV, n. 12, pp. 43-48, maio/agosto.
- Benjamim, César et al. (1998). **A opção brasileira**. Rio de Janeiro : Contraponto.
- _____ (2000). **Um passo à frente na Consulta Popular**. São Paulo : Consulta Popular.
- Berger, Peter L. e Luckmann, Thomas (1976). **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, RJ : Vozes.
- Betto, Frei (2000). **Desafios da Educação Popular**. São Paulo : CEPIS.
- _____ (2001). Comentários. In: Konder, Leandro e Betto, Frei. **O indivíduo no socialismo**. São Paulo : Perseu Abramo, pp. 21-10.
- Bezerra, Aida (1986). As atividades em educação popular. In: Brandão, Carlos Rodrigues (Org.). **A questão política da educação popular**. 6ª ed. São Paulo : Brasiliense, pp. 16-39.
- Bezerra Jr, Benilton (1999). Seremos sujeitos amanhã? **Cadernos de psicanálise**, ano 21, n.13, pp. 103-124.
- Biondi, Aloysio (1999). **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo : Fundação Perseu Abramo.
- Bittar, Jorge (org.) (1992). **O modo petista de governar**. São Paulo : Teoria & Debate.
- Boal, Augusto (2001). **O teatro como arte marcial**. Porto Alegre : Fórum Social Mundial.
- Brandão, Carlos Rodrigues (1984a). Prefácio. In: Doimo, Ana Maria. **Movimento social urbano, igreja e participação popular**. Petrópolis : Vozes, pp. 11-13.
- _____ (1984b). **Pensar a prática: escritos de viagem e estudos sobre a educação**. São Paulo : Loyola.
- _____ (Org.) (1986a). **A questão política da educação popular**. 6ª ed. São Paulo : Brasiliense.
- _____ (Org.) (1986b). **Pesquisa participante**. 6ª ed. São Paulo : Brasiliense.
- _____ (Org.) (1987). **Lições da Nicarágua: a experiência da esperança**. 3ª ed. Campinas : Papirus.
- _____ (2001). **A educação popular: 40 anos depois em busca de nomes, de sentidos**. Mimeo, 34 páginas.

- Calado, Alder Júlio Ferreira (1997). Reproblematizando o(s) conceito(s) de educação popular. In: Prestes, Emília M. T. e Martins, Katarina M. C. **Encontro de pesquisa educacional do Nordeste: educação popular, Natal, 17 a 20 de junho de 1997**. Natal : EDUFRN, p. 7-24.
- Capriles, René (1989). **Makarenko: o nascimento da pedagogia socialista**. São Paulo : Scipione.
- Cardoso, Fernando Henrique (1984). Introdução (Quase um prefácio). In: Sorj, Bernardo e Almeida, Maria Hermínia T. de. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo : Brasiliense.
- Carvalho, M. C. Brant (1996). O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: Carvalho, M. C. B. de e Netto, J. P. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 4ª ed. São Paulo : Cortez, pp. 13-63.
- Cassen, Bernard (1999). Por uma sociedade de tempo liberado. França, **Le Mond Diplomatique**. Dezembro. Tradução de Maria Regina Pilla.
- Castoriadis, Cornelius (1987-1992). **As encruzilhadas do labirinto, III: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- Chauí, Marilena (1983). **O que é ideologia**. 13ª ed. São Paulo : Brasiliense.
- Chiavenato, Júlio José (1988). **As lutas do povo brasileiro: do “descobrimento” a Canudos**. São Paulo : Moderna.
- CNBB/Cáritas et al. (2000). **A vida acima da dívida: Tribunal da Dívida Externa**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Codo, Wanderley (1997). Relações de trabalho e transformação social. In: Lane, S. T. M. e Codo, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 13ª ed., 2ª reimpr. São Paulo : Brasiliense, pp. 136-151.
- Comparato, Fábio Konder (1986). **Muda Brasil: uma constituição para o desenvolvimento democrático**. São Paulo : Brasiliense.
- Doimo, Ana Maria (1985). **Movimento social urbano, igreja e participação popular**. Petrópolis : Vozes.
- _____ (1997). Movimentos sociais e participação política. In: Lhullier, L. A.; Camino, L. e Sandoval, S. **Estudos sobre comportamento político: teoria e pesquisa**. Florianópolis, SC : Obra Jurídica Ltda, pp. 129-147.
- Fals Borda, Orlando (s/d). **Como investigar la realidad para transformarla**. Lima, Perú : TAREA.

- Faria, José Henrique de (2001). Trabalho, tecnologia e sofrimento: as dimensões desprezadas do mundo do trabalho. **Crítica Jurídica**, n. 18, p. 197-214.
- Ferrarotti, Franco (1988). Sobre a autonomia do método biográfico. In: Finger, Matthias e Nóvoa, António (Orgs.) (1988). **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa : Ministério da Saúde, p. 17-34.
- Fiori, José Luís (1997). Neoliberalismo e políticas públicas. In: Fiori, J. L. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis : Vozes, p. 201-213.
- Fiori, José Luís (2001a). **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo**. Rio de Janeiro : Record.
- _____ (2001b). A ilusão do desenvolvimento. In: Fiori, J. L. **Brasil no espaço**. Petrópolis : Vozes, p. 27-35.
- Freire, Paulo. (1978). **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 4ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- _____ (1980). **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3ª ed. São Paulo : Moraes.
- _____ (1982). **Ação cultural para a liberdade**. 6ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- _____ (1983). **Educação como prática da liberdade**. 14ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- _____ e Betto, Frei (1986). **Essa escola chamada vida**. 3ª ed. São Paulo : Ática.
- _____ (1987). **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- _____ (1994). Reagindo sobre este texto. In: Nogueira, Adriano (Org.). **Contribuições da interdisciplinaridade para a ciência, para a educação, para o trabalho sindical**. Petrópolis : Vozes; Curitiba : APP-sindicato, pp. 100-102.
- _____ (2000). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15ª ed. São Paulo : Paz e Terra, 2000.
- _____ (2001). **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo : Cortez.
- Freitas, Maria de Fátima Quintal (1996). Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária: os paradigmas de Silvia Lane, Ignacio Martín-Baró e Maritza Monteiro. **Psicologia e Sociedade**. Ano 8, n.1, pp. 63-82, jan/jun.

- Freitas, Maria de Fátima Quintal de (1998). Novas práticas e velhos olhares em psicologia comunitária: uma conciliação possível? In: Souza, L.; Freitas, M. F. Q. e Rodrigues, M. M. P. (Orgs.). **Psicologia: reflexões (im)pertinentes**. São Paulo : Casa do Psicólogo, pp. 83-108.
- _____ (2000a). *Voices from the south: the construction of brazilian community social psychology*. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, nº 10: pp. 315-326.
- _____ (2000b). O movimento da lente focal na história recente da psicologia social latino-americana. In: Campos, R. H. F. e Guareschi, P. A. **Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana**. Petrópolis : Vozes, pp. 167-185.
- Forrester, Viviani (1997). **O horror econômico**. São Paulo : Editora da UNESP.
- Garcia, Marco Aurélio e Vieira, Maria Alice (Orgs) (1999). **Rebeldes e contestadores: 1968, Brasil, França e Alemanha**. São Paulo : Fundação Perseu Abramo.
- García, Fernanda E. Sánchez (1993). **Curitiba imagem e mito: reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro : UFRJ.
- _____ (1997). **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba : Palavra, 1997.
- Gohn, Maria da Glória (1994). **Movimentos sociais e educação**. 2ª ed. São Paulo : Cortez.
- _____ (1997). **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo : Loyola.
- Gonçalves, Reinaldo e Pomar, Valter (2001). **O Brasil endividado: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90**. São Paulo : Fundação Perseu Abramo.
- Gramsci, Antonio (1989a). **Caderno 11 (XVIII) 1932-1933: introdução ao estudo da filosofia**. Tradução de Paolo Nosella. São Carlos : UFSCar.
- _____ (1989b). **Caderno 12 (1932): apontamentos e notas esparsas para um conjunto de ensaios sobre a história dos intelectuais**. Tradução de Paolo Nosella. São Carlos : UFSCar.
- Grupo TAO (1996). **A mística do animador popular**. São Paulo : Ática.

- Guimarães, Samuel Pinheiro (2001). **Quinhentos anos de periferia**. 3ª ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro : Editora da UFRGS/Contraponto.
- Haguette, Teresa Maria Frotta (1987). **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis : Vozes.
- Hardt, Michel e Negri, Antonio (2001). **Império**. 3ª ed. Rio de Janeiro : Record.
- Harvey, David (2001). **Condição pós-moderna**. 10ª ed. São Paulo : Loyola.
- Heller, Ágnes (1982). **Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia**. São Paulo : Brasiliense.
- _____ (1987). **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona : Península.
- Ianni, Octavio (1997a). A visão mercadológica do governo e o distanciamento da sociedade. **Revista Universidade e Sociedade**. Ano VII, n. 12, fev.
- _____ (1997b). A política mudou de lugar. In: Dowboe, Ladislav. **Desafios da globalização**. Petrópolis : Vozes.
- _____ (2000). **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.
- _____ (2002). Esse governo fez do país uma província do capital mundial. **Revista Caros Amigos**. Ano V, n. 58, p. 30-33.
- Jara, Oscar (1987). A educação na América Latina: o desafio de teorizar sobre a prática para transformar. In: Brandão, Carlos Rodrigues (Org.). **Lições da Nicarágua: a experiência da esperança**. 3ª ed. Campinas : Papyrus, pp. 84-103.
- Konder, Leandro e Betto, Frei (2001). **O indivíduo no socialismo**. 1ª reimpressão. São Paulo : Perseu Abramo.
- Kuenzer, Acácia (1999). Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: Frigotto, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 3ª ed. Petrópolis : Vozes, pp. 55-75.
- Lane, Sílvia Tatiana Maurer (1981). **O que é psicologia social**. São Paulo : Brasiliense.
- _____ (1997a). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: Lane, Sílvia T. M. e Codo, W. (Orgs) (1997). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo : Brasiliense, 13ª ed., 2ª reimpr. pp. 11-19.
- _____ (1997b) Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In: Lane, Sílvia T. M. e Codo, W. (Orgs) (1997). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo : Brasiliense, 13ª ed., 2ª reimpr. pp. 40-47.

- Lukács, György (1987). Prefácio. In: Heller, A. **Sociologia de la vida cotidiana**. 2ª ed. Barcelona : Península, pp. 9-14.
- Makarenko, Anton Semionovitch (1986). **Problemas da educação escolar**. Moscovo : Progresso.
- Manzano, Marcelo (2001). Eu e o mundo. **Revista Caros amigos**. Ano V, n. 54. São Paulo : Casa Amarela, p. 14, setembro.
- Martín-Baró, Ignacio (1987). Del opio religioso a la fe libertadora. In: Montero, M. **Psicología política latinoamericana**. Caracas : Panapo, pp. 229-268.
- _____ (1989). **Sistema, grupo y poder: psicología social desde Centroamérica II**. El Salvador : UCA Editores.
- _____ (1995). **Acción e ideología: psicología social desde Centroamérica**. 6ª ed. El Salvador, UCA Editores.
- _____ (1998). **Hacia una psicología de la liberación**. Edición, introducción y notas de Amálio Blanco. Epílogo de Noam Chomski. Madrid : Editorial Trotta.
- Marx, Karl (1986). **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo : Hucitec.
- _____ (1988). **O capital: crítica da economia política**. Volume I. Tomo I. São Paulo : Nova Cultural.
- Mejía, Marco Raúl (1994). Educação e política: fundamentos para uma nova agenda latino-americana. In: Garcia, P. B. et al. **O pêndulo das ideologias: a educação popular e o desafio da pós-modernidade**. Rio de Janeiro : Relume-Dumará.
- Mézáros, István (2002). **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo : Boitempo; Campinas : Editora da UNICAMP.
- Minayo, Maria Cecília de Souza (1996). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4ª ed. São Paulo-Rio de Janeiro : Hucitec-ABRASCO.
- Moisés, José Álvaro (1986). **Cenas de política explícita: descaminhos de uma longa transição política**. São Paulo : Marco Zero.
- Montero, Maritza (1994). Un paradigma para la psicología social. Reflexiones desde el quehacer en América Latina. In: Montero, M. (Coord.). **Construcción y crítica de la psicología social**. Barcelona : Anthropos, pp. 17-37.
- Morel, Edmar (1979). **A revolta da chibata**. Rio de Janeiro : Graal.
- Netto, José Paulo (1996). Para a crítica da vida cotidiana. In: Carvalho, M. do C. B. de Carvalho e Netto, J. P. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 4ª ed. São Paulo : Cortez, pp. 64-93.

- Neves, Lafaiete Santos (1995). **Movimento popular e transporte coletivo em Curitiba (1970-1990)**. Dissertação de mestrado em História. São Paulo : PUC.
- Nóvoa, António e Finger, Matthias (1988). **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa : Ministério da Saúde.
- Olabuénaga, José Ignacio Ruiz e Ispizua, M. Antonia (1989). **La descodificación de la vida cotidiana**. Bilbao : Universidad de Deusto.
- Oliveira, Pedro A. Ribeiro de (2000). **Análise de Conjuntura**. Brasília : CNBB, setembro.
- Ortega, José Joel Vázquez (2001). Compromiso social y político en la psicología social de la liberación, de Ignacio Martín-Baró (1942-1989). In: **POLIS: Investigación y análisis sociopolítico y psicosocial**. Volume UNO, Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa, pp. 263-289.
- Paganele, Conceição (2002). Uma guerreira contra a FEBEM. **Revista Caros Amigos**. Ano V, n. 60. São Paulo, Casa Amarela, pp. 30-36.
- Paludo, Conceição (2001). **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre : CAMP, Tomo Editorial.
- Pérez, Esther e Martínez, Fernando (s/d). diálogos com Paulo Freire. In: **Fundamentos de la educación popular**. Quaderno n.º 1. Argentina : Universidade Popular Madres de Plaza de Mayo, pp. 7-32.
- Petras, James (1995). **Ensaio contra a ordem**. São Paulo : Scritta.
- _____ (2002). Uma nação de delatores. **Revista Caros Amigos**, ano V, n. 59, p. 28-29, fevereiro.
- Poker, José Geraldo Alberto B. (1997). Reinventando a vida: reflexões sobre as circunstâncias, a tradição e a razão na construção do mundo novo. **Universidade e Sociedade**, ano VII, n. 12, p. 56-65, fevereiro.
- Pomar, Pedro Estevan da Rocha (1987). **Massacre na Lapa: como o exército liquidou o Comitê Central do Pcdob, São Paulo, 1976**. São Paulo : Busca Vida.
- Pomar, Wladimir (1990). **Quase lá: Lula, o susto das elites**. São Paulo : Brasil Urgente.
- Pompeu, Renato (2001). É a terceira guerra mundial. **Revista Caros Amigos**, ano v, n. 55, São Paulo : Casa Amarela, pp. 18-19, outubro.

- Queiroz, Maria Isaura Pereira de (1988). Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: Von Simson, Olga de Moraes (Org.). **Experimentos com história de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo : Vértice, Editora Revista dos Tribunais.
- Rochabrún S., Guillermo (1974). **La metodología en el positivismo y en el marxismo**. Lima, Perú : PUC.
- Sader, Emir (2001). Soberania e democracia na era de hegemonia americana. **Revista Fórum: outro mundo em debate**, p. 8-12.
- Sampaio Jr., Plínio de Arruda (1998). A atualidade do Manifesto na periferia do capitalismo. **Estudos Avançados**, ano 12, n. 34, p. 83-86.
- _____ (1999). **Entre a nação e a barbárie**. Petrópolis : Vozes.
- Sandoval, Salvador (1997). O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. In: Lhullier, Louise Amaral; Camino, L. e Sandoval, S. (Orgs.). **Estudos sobre comportamento político: teoria e pesquisa**. Florianópolis : Obra Jurídica, pp. 13-23.
- _____ (2000). O que há de novo na psicologia social latino-americana? In: Campos, R. H. F. e Guareschi, P. A. (Orgs.). **Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana**. Petrópolis, RJ : Vozes, pp. 101-109.
- Santos, Milton (1997). Conversa com um intelectual combativo. Entrevista à Elizabeth Lorenzotti. **Revista do MST**. Ano 1, n. 1, p. 11.
- _____ (1999a). **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo : Hucitec.
- _____ (1999b). Entrevista a José Corrêa Leite. **Revista Teoria e Debate**. Ano 12, n. 40, p. 32-39, fev/mar/abr.
- _____ (1999c). Não sou militante de coisa nenhuma, exceto de idéias. **Revista Adusp**, n. 17, pp. 6-13, junho.
- _____ (2000a). **A pobreza necessária**. São Paulo : Valor Econômico, 14/15/16 de julho.
- _____ (2000b). **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2ª ed. Rio de Janeiro : Record.
- Sawaia, Bader B. (1995). Psicologia social: aspectos epistemológicos e éticos. In: Lane, S. T. M e Sawaia, B. B. (Orgs.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo : Brasiliense, pp. 45-54.

- Scherer-Waren, Ilse (1993). **Redes de movimentos sociais**. São Paulo : Loyola.
- Schwarz, Roberto (1998). Do lado da viravolta. In: Haddad, Fernando (Org.). **Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda**. São Paulo : Perseu Abramo; Petrópolis : Vozes, pp 15-26.
- Souza, Ana Inês (2000). **A dimensão pedagógica da consulta popular**. Monografia de especialização. Curitiba : UFPR.
- Souza, João Francisco (1997). Os movimentos sociais populares como “locus” pedagógico. In: Cortez, J. B. e Ataíde, Y. D. B. de. **13º Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste Movimentos**. Natal : EDUFRN, pp. 47-60.
- Wanderley, Luiz. Eduardo W. (1992). Os sujeitos sociais em questão. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ano XIII, n. 40, dezembro, pp. 141-156.
- Weffort, Francisco C. (1984). **Por que democracia?** São Paulo : Brasiliense.

ANEXO

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Filhos:

Formação:

Tempo de gravação da entrevista:

1º bloco: sobre o/a militante (relação indivíduo/movimento/projeto)

1. Quando e por que tu começaste a te envolver com os movimentos sociais? O que fazias nesta época e o que te levou a isto?
2. Tu precisaste aprender alguma coisa especial para poder desenvolver este trabalho no movimento? Onde tu buscaste este conhecimento?
3. Esta relação com os movimentos/militância te trouxeram algum conhecimento novo, algum aprendizado para tua vida?
4. Enquanto militante ou nesta relação com os movimentos sociais, tu te vês como educador/a também ou não? Por quê?
5. E hoje o que tu fazes? Continuas envolvido/a com o movimento, com a militância?

2º bloco: Sobre as práticas desenvolvidas no movimento:

6. Se tu fosses fazer uma avaliação das práticas desenvolvidas nos movimentos sociais nas décadas de 80 e 90 apontarias alguma diferença ou não?
7. Que fatores (internos ou externos aos MS) ocorridos neste período (80-90), influenciaram o trabalho comunitário e/ou nos Movimentos Sociais (para melhor ou para pior)?
8. No teu modo de ver existe alguma diferença entre trabalho comunitário, movimento popular, movimento social, participação política, militância? Ou tu usas esses termos todos como sinônimos?
9. Tu achas que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho afetaram os MS? Em que sentido?

10. E sobre a relação movimentos sociais e Estado, você viu alterações neste período (décadas de 80 e 90). Quais e por quê?
11. Que desafios estão postos hoje para o trabalho nos movimentos? Estes desafios são relativos à formação, disponibilidade, recursos.. a que se referem?

3º bloco: sobre a relação da educação com os movimentos sociais

12. De modo geral, olhando o trabalho no movimento social, tu vês nele aspectos educativos?
13. Isto tem alguma coisa a ver com a educação escolar? O que se aprende na escola, também se aprende no movimento?
14. O que é Educação Popular pra ti?
15. Que desafios tu achas que estão postos hoje para a Educação Popular?
16. Os desafios educativos são os mesmos das décadas passadas? Mudou alguma coisa? Por quê?
17. De modo geral, que papel tu achas que a educação tem no processo de participação popular e política?
18. O que tu entendes por conscientização? Como e por que ela ocorre?

4º bloco: balanço, avaliação e propostas

19. Se tu fosses olhar para trás e fazer um balanço, terias feito tudo igual ou abririas mão de alguma coisa?
20. Tu achas que a militância/a participação política/o trabalho comunitário faz as pessoas e o mundo melhores ou não?
21. De modo geral, que frutos foram colhidos? Os movimentos sociais ajudaram a mudar o país, a melhorar a vida do povo?
22. Se alguém chegasse pra ti hoje e dissesse: – olha, eu consegui uma verba pra desenvolver um projeto de Educação Popular, e preciso de idéias, você pode me ajudar? Que propostas tu farias?
23. Que sonhos tu persegues hoje? Que caminho estás trilhando e com quem?